



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Diretoria De Benefícios
Coordenação-Geral De Pagamentos e Gestão De Serviços Previdenciários
Coordenação De Pagamentos e Gestão De Benefícios
Divisão De Consignações em Benefícios

TERMO DE ENCERRAMENTO DE TRÂMITE FÍSICO

Processo nº 35000.001686/2019-59

Interessado: BANCO DAYCOVAL S/A, UBANILDA FERRAZ, TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS - TJDF

1. O processo em epígrafe foi devidamente convertido do suporte físico para eletrônico no SEI, em conformidade com o disposto na Portaria Conjunta nº 1 /DGPA/DTI/INSS, de 21 de outubro de 2019, mantendo o mesmo número do processo físico (NUP) e mesmo interessado.
2. Fica encerrada a tramitação do processo em suporte físico, sendo vedada qualquer juntada física de novos documentos, para, a partir de então, ter continuidade de sua instrução e tramitação somente por meio do SEI.
3. Para fins de registro, o processo originalmente em suporte físico era composto de:
 - 3.1. Folhas: 96
 - 3.2. Volumes: 1
 - 3.3. Mídias: 1
4. O processo eletrônico resultante da presente conversão ficou composto da seguinte forma:
 - 4.1. Volume de Processo: 1
 - 4.2. Apartado Sigiloso: 0
 - 4.3. Conteúdo de Mídia: 1
5. Unidade responsável pela conversão: DCBEN
6. O presente termo deverá ser impresso, numerado e inserido como última página no processo físico, o qual não poderá mais receber novos documentos.
7. A conclusão do procedimento de conversão se deu na data de assinatura do presente Termo.



Documento assinado eletronicamente por **KARINA VIANA DE FREITAS, Chefe de Divisão**, em 05/10/2020, às 22:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site



https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1744121** e o código CRC **253F7C2C**.

Referência: Processo nº 35000.001686/2019-59

SEI nº 1744121

**TJDFT**

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS
TERRITÓRIOS



INSS/PRESIDÊNCIA
COMANDO N.º
481.290.348

**SEGUNDA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO
DISTRITO FEDERAL**

FÓRUM DESEMBARGADOR JOSÉ JÚLIO LEAL FAGUNDES

SMAS, Trecho 4, Lote 4/6, Bloco 1, 2ª andar, Salas 203/204

(61) 3103 1780, CEP 70610-906, Brasília-DF

Ofício n.º. 172/2019

Brasília, 12 de março de 2019.

Previdência Social
SERVIÇO DE PROTOCOLO



35000.001686/2019-59

A Sua Senhoria o(a) Senhor(a)

Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

Setor de Autarquias Sul - Quadra 2, Bloco O, Asa Sul

Brasília - DF

Assunto: **Art. 52, da Instrução Normativa INSS/PRES N.º 28/2008**

Número do processo: 0707205-16.2018.8.07.0009

Classe judicial: **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO (1689)**

EMBARGANTE: BANCO DAYCOVAL S/A

EMBARGADO: UBANILDA FERRAZ DE AZEVEDO

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Senhoria que foi prolatado Acórdão nos autos do(a) **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO (1689)** em epígrafe, em que são partes: **EMBARGANTE: BANCO DAYCOVAL S/A - CNPJ: 62.232.889/0001-90 e EMBARGADO: UBANILDA FERRAZ DE AZEVEDO - CPF: 096.940.481-68.**

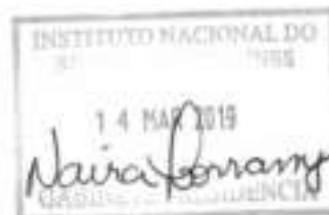
Em cumprimento ao determinado no referido Acórdão, encaminho anexos o Acórdão e a certidão de trânsito em julgado, para os fins do art. 52, incisos I a V, da Instrução Normativa INSS/PRES N.º 28/2008.

Atenciosamente,

PATRÍCIA TORRES SANTOS MAGALHÃES

Diretora de Secretaria

2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do DF



Número do documento: 1903121439464880000007460522

<https://pje2i.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=1903121439464880000007460522>

Assinado eletronicamente por: PATRÍCIA TORRES SANTOS MAGALHÃES - 12/03/2019 14:38:57

Num. 7628600 - Pág. 1

Processo 0707205-16.2018.8.07.0009 (1744094)

SEI 35000.001686/2019-59 / pg. 3

EM BRANCO

**TJDFT**

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS
TERRITÓRIOS



Órgão Segunda Turma Recursal DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO DISTRITO FEDERAL

Processo N. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO 0707205-16.2018.8.07.0009

EMBARGANTE(S) BANCO DAYCOVAL S/A

EMBARGADO(S) UBANILDA FERRAZ DE AZEVEDO

Relator Juiz ALMIR ANDRADE DE FREITAS

Acórdão Nº 1149027

EMENTA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO VERIFICADA. CONDENAÇÃO EM OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA. AUSÊNCIA DE FIXAÇÃO DE CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS. NECESSIDADE DE INTEGRAÇÃO DO JULGADO. EMBARGOS CONHECIDOS E ACOLHIDOS.

I. Trata-se de Embargos de Declaração interpostos pelo banco requerido em face de acórdão exarado por esta Turma Recursal que deu provimento em parte ao recurso por ela interposto, decotando-se da sentença guerreada a condenação a título de danos morais e determinando a compensação entre o valor descontado do benefício de aposentadoria e aquele transferido para a conta da parte autora. A parte embargante alega a omissão na fixação da correção monetária e juros incidentes na condenação.

II. Salutar, pois, o provimento dos Embargos de Declaração da parte autora para sanar a omissão apontada, retificando o item XI da ementa, passando a ter a seguinte redação: "*XI. Recurso conhecido e provido em parte para decotar da sentença guerreada a condenação a título de danos morais e determinar a compensação entre o valor descontado do benefício de aposentadoria e aquele transferido para a conta da parte autora. Para tanto, os valores depositados em favor da parte autora, deverão ser corrigidos monetariamente pelo INPC desde a data de cada depósito/transferência eletrônica e acrescidos de juros de mora de 1% ao mês a contar da citação. Já os valores descontados pela parte ré do benefício previdenciário da requerente, deverão ser corrigidos monetariamente pelo INPC desde a data de cada desconto em folha e acrescidos de juros de mora de 1% ao mês a contar da citação*".

III. Embargos conhecidos e acolhidos para sanar a contradição nos termos expostos.

IV. Súmula do julgamento servirá de acórdão nos termos do artigo 46 da Lei 9.099/95.



ACÓRDÃO

Acordam os Senhores Juizes da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, ALMIR ANDRADE DE FREITAS - Relator, JOÃO LUIS FISCHER DIAS - 1º Vogal e ARNALDO CORRÊA SILVA - 2º Vogal, sob a Presidência do Senhor Juiz JOÃO LUIS FISCHER DIAS, em proferir a seguinte decisão: CONHECIDOS. EMBARGOS ACOLHIDOS. UNÂNIME, de acordo com a ata do julgamento e notas taquigráficas.

Brasília (DF), 06 de Fevereiro de 2019

Juiz ALMIR ANDRADE DE FREITAS
Relator

RELATÓRIO

Dispensado o relatório. A ementa servirá de acórdão, conforme inteligência dos arts. 2º e 46 da Lei n. 9.099/95.

VOTOS

O Senhor Juiz ALMIR ANDRADE DE FREITAS - Relator

Dispensado o voto. A ementa servirá de acórdão, conforme inteligência dos arts. 2º e 46 da Lei n. 9.099/95.

O Senhor Juiz JOÃO LUIS FISCHER DIAS - 1º Vogal
Com o relator

O Senhor Juiz ARNALDO CORRÊA SILVA - 2º Vogal
Com o relator

DECISÃO

CONHECIDOS. EMBARGOS ACOLHIDOS. UNÂNIME





Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

Segunda Turma Recursal

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

Segunda Turma Recursal - 1ª Sessão Ordinária - 2019 - 2ª TRJEDF

Órgão : Segunda Turma Recursal

Espécie : EMBARGOS DE DECLARAÇÃO (1689)

Nº
Processo : 0707205-16.2018.8.07.0009

Data da
Sessão : 06/02/19

Presidente : JOAO LUIS FISCHER DIAS

Quorum : ALMIR ANDRADE DE FREITAS - Relator, JOAO LUIS FISCHER DIAS - 1º Vogal e
ARNALDO CORREA SILVA - 2º Vogal

Decisão : CONHECIDOS. EMBARGOS ACOLHIDOS. UNÂNIME

Brasília-DF, 6 de fevereiro de 2019

PATRICIA TORRES SANTOS MAGALHAES
Segunda Turma Recursal



EM BRANCO

**TJDFT**

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS
TERRITÓRIOS



FÓRUM DESEMBARGADOR JOSÉ JÚLIO LEAL FAGUNDES
Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal

Número do processo: 0707205-16.2018.8.07.0009
Classe judicial: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO (1689)
Assunto: [Antecipação de Tutela / Tutela Específica]
EMBARGANTE: BANCO DAYCOVAL S/A
EMBARGADO: UBANILDA FERRAZ DE AZEVEDO

CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO

Certifico que, à 00:00:00 de **12 de março de 2019**, decorreu o prazo legal sem que fosse interposto recurso ao acórdão. Assim, remeto este processo ao juizado especial de origem.

Brasília-DF, 12 de março de 2019.



EM BRANCO



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL



01.001.0 - GABINETE DA PRESIDÊNCIA, em 15 / 03 / 2019

Ref.: Ofício n 172/2019(SIPPS nº 481.290.348).

Int.: SEGUNDA TURMA RECURSAL DOS
JUIZADOS ESPECIAIS DO DISTRITO
FEDERAL - TJDF

Ass.: Processo 0707205-16.2018.8.07.0009 – Banco
DAYCOVAL S/A e UBANILDA FERRAZ DE
AZEVEDO.

1. Trata-se de Embargos de Declaração.
2. Encaminhe-se à Diretora de Benefícios, para conhecimento do Acórdão e da certidão de trânsito em julgado, para fins do art. 52, incisos I a V, da Instrução Normativa INSS/PRES nº 28/2008.

Sidarta Costa de A. Souza
SIDARTA COSTA DE AZEREDO SOUZA
Chefe de Gabinete da Presidência

EM BRANCO



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL



DIRETORIA DE BENEFÍCIOS-01.500, em 07.03.2019.

Ref.: Processo Judicial n. 0704279-80.2018.8.07.0003
– Aplicação de Penalidades da IN 28 – Banco Olá Bonsucesso Consignado S.A (SIPPS 479.846.135)

Int.: Divisão de Consignação em Benefício

Ass.: Aplicação de penalidade.

Ciente.

Processo administrativo formalizado em decorrência de intimação judicial através de Ofício do Tribunal de Justiça do Distrito Federal para aplicação da penalidade prevista no Art. 52, incisos I a V, da Instrução Normativa INSS/PRES nº 28/2008 ao Banco Olá Bonsucesso Consignado S.A.

Em que pese estarmos diante de intimação judicial, o INSS não foi autor da ação judicial, nem tão pouco parte no processo, razão pela qual para aplicação da penalidade prevista no Art. 52, incisos I a V, da IN INSS/PRES nº 28/2008 deverá obrigatoriamente observar o devido processo legal.

Desta forma, antes de aplicarmos a penalidade, deverão ser adotados os procedimentos administrativos que observem o contraditório e ampla defesa, com fundamento no Art. 5º, inciso LIV, da CF e Arts. 26 e seguintes da Lei nº 9784/1999 (Lei do Processo Administrativo), bem como previsto na Instrução Normativa INSS nº 74, de 03 de outubro de 2014, aplicáveis ao caso em questão.

Seguindo as disposições previstas nos referidos normativos, observando-se que a IN 100/2018 ainda não entrou em vigência, deverá ser adotado o seguinte fluxo antes da aplicação da penalidade, se for o caso:

- a) Notificar a instituição financeira, mediante ofício, em que conste expressamente a descrição da conduta alegadamente irregular, bem como a previsão de possibilidade de apresentação de defesa escrita, no prazo de dez dias, contatos a partir do recebimento da notificação, que deverá ser certificada nos autos;
- b) caso a instituição financeira envolvida não apresente a defesa no prazo, deverá ser certificada no processo administrativo tal ocorrência;
- c) caso a instituição financeira envolvida apresente defesa, ela deverá ser motivadamente apreciada pela DCONB;

SEM BRANCO



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

d) esgotadas as providências previstas nos itens "a a "b", a DCONB elaborará Nota Técnica nos autos e proporá à Coordenação-Geral de Gerenciamento do Pagamento de Benefícios - CGGPB o arquivamento ou a aplicação de penalidade específica, dentre outras medidas que entenderem cabíveis.

e) da decisão da CGGPB caberá recurso hierárquico, no prazo de dez dias, contados da ciência da decisão, que será direcionado à autoridade que prolatou a decisão, a qual, não a reconsiderando no prazo de cinco dias, deverá encaminhar os autos à DIRBEN, para decisão no prazo de trinta dias, a partir do seu recebimento; e

f) da decisão da DIRBEN caberá novo recurso hierárquico, no prazo de dez dias, contados da ciência da decisão, direcionado à autoridade que prolatou a decisão, a qual, não reconsiderando no prazo de cinco dias, deverá encaminhar os autos à Presidência do INSS, no prazo de trinta dias a partir do seu recebimento.

Esclareço que o fato de se tratar de ofício encaminhado pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal proferido em processo do qual a instituição bancária foi ré, não retira do INSS a obrigatoriedade de se observar o devido processo legal em relação às penalidades que serão impostas no âmbito administrativo, uma vez que para esta há necessidade de se seguir o fluxo especificamente administrativo.

Retorno à Divisão de Consignações para as providências acima citadas.

MÁRCIA ELIZA DE SOUZA
Diretora de Benefícios

EM BRANCO



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Ofício nº101/INSS/CGGPB/DCONB

Brasília, 18 de março de 2019.

Ao Senhor
MORRIS DAYAN
Diretor do Banco Daycoval S/A
Avenida Paulista, 1842, 15º, Cerqueira César
CEP: 01310-200 – São Paulo/SP

Assunto: Aplicação de Penalidade previstas no Art. 52 da Instrução Normativa nº28/INSS/PRES de 16/05/2008 - Notificação

Senhor Diretor,

I. Em atenção à recomendação do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - TJDF, de aplicação das penalidades previstas no art. 52, incisos I a V (transcritos abaixo) da Instrução normativa nº28/INSS/PRES de 16/05/2008 – IN28/2008, solicitamos manifestação desta Instituição.

Art. 52. Constatadas irregularidades nas operações de consignação/retenção/RMC realizadas pelas instituições financeiras ou por correspondentes bancários a seu serviço, na veiculação, na ausência de respostas ou na prestação de informações falsas ou incorretas aos beneficiários, sem prejuízo das operações regulares, o INSS aplicará as seguintes penalidades:

I - suspensão do recebimento de novas consignações/retenções/RMC pelo prazo de cinco dias úteis a partir da data do recebimento pela Dirben, nos casos de: grifo nosso

a) reclamações ou recomendações oriundas de órgãos de fiscalização e/ou de defesa do consumidor, por prática lesiva ao beneficiário, referente à concessão de créditos; ou

b) sentenças judiciais transitadas em julgado em que a instituição financeira tenha sido condenada por prática lesiva ao beneficiário ou ao INSS; grifo nosso

II - suspensão do recebimento de novas consignações/retenções/RMC, pelo prazo mínimo de cinco dias e enquanto perdurar o motivo determinante, nos seguintes casos:

a) não atendimento ao disposto nos §§ 3º e 5º do art. 47, art. 48 e inciso I do parágrafo único do art. 49 desta Instrução Normativa; ou

b) descumprimento das cláusulas do convênio ou das instruções emanadas pelo INSS;

III - suspensão do recebimento de novas consignações/retenções/RMC por 45 dias corridos, a contar da comunicação, quando for confirmada a existência de ocorrência que contrarie o disposto no inciso II do art. 3º e inciso I do art. 15, independentemente dos procedimentos estabelecidos no art. 46 desta Instrução Normativa;

IV - suspensão do recebimento de novas consignações/retenções/RMC por um ano, na hipótese de reincidência da situação prevista no inciso III, a contar da notificação formal à instituição financeira; e

V - rescisão do convênio e proibição de realização de um novo convênio pelo prazo de cinco anos, contados da data da notificação;

a) na hipótese de reincidência na ocorrência de que trata o inciso III, após o cumprimento da suspensão prevista no inciso IV; e

b) na ocorrência de dez incidências consecutivas ou concomitantes no cometimento dos motivos ensejadores da suspensão de que trata a alínea "b" do inciso II, dentro do mesmo exercício financeiro.

EM BRANCO

São Paulo, 11 de abril de 2019.



AO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

Setor de Autarquias Sul, Quadra 02, Bloco O, 8º Andar

Brasília/DF, CEP 70070-946

Ref.: Ofício 101/INSS/CGGPB/DCONB.

Assunto: Aplicação de Penalidade prevista no Art. 52 da Instrução Normativa nº 28/INSS/PRES de 16/05/2008 - Notificação

BANCO DAYCOVAL S/A, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, 1.793, Bela Vista, devidamente inscrita no CNPJ sob nº. 62.232.889/0001-90, vem respeitosamente à presença de Vossas Senhorias, manifestar-se na forma que segue, pelos motivos de fato e de direito que passa a expor.

I - DOS FATOS

Esta Instituição recebeu o ofício supratranscrito em 29 de março de 2019, relativo à recomendação da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal e dos Territórios - TJDF, a respeito de aplicação das penalidades previstas no art. 52, inciso I a IV, da Instrução Normativa nº 28/INSS/PRES de 16/5/2008 - IN28/2008, ocasião em que essa Autarquia Federal concedeu a esta Instituição Financeira o prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentar resposta ao conteúdo do r. ofício.

A recomendação perpetrada pela Segunda Turma Recursal, oriunda dos autos do processo nº 0707205-16.2018.8.07.0009, o qual, em apertada síntese, está lastreada no suposto descumprimento, por parte desta Instituição Financeira, das

Banco Daycoval - Financeira
Avenida Paulista, 1793 - São Paulo - SP - 01311-200 - Bela Vista.
PABX: (11)3138.0500 - fax: (11)3138.0400 - www.daycoval.com.br



exigências previstas art. 21-A, inciso VII, alíneas "c" e "d", da IN28/2008, posto que no contrato de adesão de Cartão de Crédito Consignado objeto da referida ação não teriam sido prestadas as seguintes informações ao consumidor: (i) número e periodicidade das prestações; (ii) Termo inicial e final das prestações; e (iii) soma total a pagar.

Referida notificação veio acompanhada da cópia do v. acórdão proferido no processo judicial acima referenciado e da IN28/2008.

Assim, tem-se que a presente manifestação se apresenta tempestiva, posto que, foi entregue a essa Autarquia antes do termo final, que seria em 12 de abril de 2019.

Sendo estes os fatos, o Banco Daycoval, tempestivamente, expõe os fundamentos pelos quais entende que a recomendação da Segunda Turma Recursal não merece guarida, conforme restará demonstrado.

II - PRELIMINARMENTE - DA INCOMPETÊNCIA DO ÓRGÃO JUDICIAL PARA ELABORAR RECOMENDAÇÃO PARA IMPOSIÇÃO DE SANÇÃO - VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES (ART. 2º, DA CRFB)

Conforme consta do referido ofício 101, objeto da presente manifestação, pretende o INSS que sejam prestados esclarecimentos a respeito dos relatos constantes da recomendação oriunda da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal e dos Territórios - TJDF, extraída dos autos nº 0707205-16.20001118.8.07.0009, onde se concluiu que esta Instituição Financeira não teria observado integralmente o dever de informação, deixando de inserir no termo de contratação de Cartão de Crédito Consignado objeto da ação, dados especificados na IN28/2008, quais sejam: (i) número e periodicidade das prestações; (ii) Termo inicial e final das prestações; e (iii) soma total a pagar.

EM BRANCO

Todavia, após uma detida leitura da decisão exarada pela Segunda Turma Recursal, extrai-se que o referido Órgão do Poder Judiciário usurpou a competência exclusiva dessa Autarquia Federal, em total desprezo ao que preceitua o art. 52-A, inciso I, da IN28/2008¹.

Ao afirmar, categoricamente, que existem irregularidades na operação de Cartão de Crédito Consignado celebrado por esta Instituição Financeira e o Consumidor Autor, o Órgão Judicial imiscuiu-se em matéria reservada, com exclusividade, ao INSS, pois é dessa Autarquia Federal, por meio da Divisão de Consignações em Benefícios - DCONB, a competência para apurar se houve ou não irregularidades nas operações de RMC, conforme dispõe a normativa (IN28/2008) a seguir:

Art. 52-A. As penalidades previstas neste capítulo serão aplicadas mediante observância do devido processo legal, respeitados o contraditório e a ampla defesa, a ser desenvolvido nas seguintes fases: (Incluído pela IN INSS/PRES nº 100, de 28/12/2018)

I - o processo de apuração por irregularidades nas operações de consignações/retenção/RMC realizadas pelas instituições financeiras ou por correspondentes bancários a seu serviço, na veiculação, na ausência de respostas ou na prestação de informações falsas ou incorretas aos beneficiários será iniciado de ofício ou mediante requerimento de qualquer interessado, pela Divisão de Consignações em Benefícios - DCONB, que deverá instruir o processo com todos os elementos necessários à identificação da conduta alegadamente irregular; (Incluído pela IN INSS/PRES nº 100, de 28/12/2018) (sem grifo no Original)

¹ Art. 52-A. As penalidades previstas neste capítulo serão aplicadas mediante observância do devido processo legal, respeitados o contraditório e a ampla defesa, a ser desenvolvido nas seguintes fases: (Incluído pela IN INSS/PRES nº 100, de 28/12/2018)

I - o processo de apuração por irregularidades nas operações de consignações/retenção/RMC realizadas pelas instituições financeiras ou por correspondentes bancários a seu serviço, na veiculação, na ausência de respostas ou na prestação de informações falsas ou incorretas aos beneficiários será iniciado de ofício ou mediante requerimento de qualquer interessado, pela Divisão de Consignações em Benefícios - DCONB, que deverá instruir o processo com todos os elementos necessários à identificação da conduta alegadamente irregular; (Incluído pela IN INSS/PRES nº 100, de 28/12/2018) (sem grifo no Original)

EM BRANCO



Pois bem, sem observar o devido processo legal, o Órgão Judicial não reservou a essa Autarquia a etapa de apuração de irregularidade da operação de Cartão de Crédito, objeto de análise nos autos do processo nº 0707205 – 16.2018.8.07.0009 e de forma açodada, determinou que fosse oficiado o INSS para aplicação das penalidades previstas no art. 52, da IN28/2008, sem contudo observar que a competência para apurar se, de fato, existem ou não irregularidades na operação de Cartão de Crédito Consignado é exclusiva dessa Autarquia.

Ora, o ato judicial que não observa o devido processo legal e, ainda despreza os mais mezinhos critérios de competência no que se refere a apuração de irregularidades de operações de crédito celebradas com estelo em convênios firmados entre a Instituição Financeira e essa Autarquia, padece de vício insanável, na medida em que foi produzido com violação ao princípio da separação dos Poderes (art. 2º, da CRFB).

Nesta senda, ao recomendar a imediata aplicação das penalidades previstas no art. 52, da IN28/2008, sem que houvesse a devida apuração, por parte do INSS, da supostas irregularidades do contrato de Cartão de Crédito Consignado, a Segunda Turma Recursal interviu, indevidamente, na competência exclusiva da Administração Pública, configurando-se, portanto, ato nulo de pleno direito, razão pela qual impõe-se o reconhecimento da invalidade da recomendação perpetrada pelo Poder Judiciário, com conseqüente arquivamento deste processo administrativo.

II.A - DA PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO DESTE PROCESSO ADMINISTRATIVO EM RAZÃO DA VIGÊNCIA DA IN100/2018 E DA IRRETROATIVIDADE DAS ORIENTAÇÕES VEICULADAS NA IN94/2018 E IN100/2018

Observado o devido processo legal e em deferência ao contraditório, o INSS promoveu a notificação desta Instituição Financeira com o escopo de obter esclarecimentos referente ao teor da recomendação emanada da Segunda Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - TJDFT.

EM 2018/07



O referido Órgão do Poder Judiciário, em processo que ali tramitou sob o nº 0707205-16.2018.8.07.0009, achou por bem declarar nula a operação de Cartão de Crédito Consignado por entender que o contrato de adesão firmado entre esta Instituição Financeira e o Consumidor não observava as exigências do art. 21-A, inciso VII, alíneas "c" e "d", da IN28/2008, pois não há no respectivo instrumento negocial por ausência de previsão referente ao: (i) número e periodicidade das prestações; (ii) Termo inicial e final das prestações; e (iii) soma total a pagar.

Neste sentido, pede-se vênica para transcrever o conteúdo da decisão judicial que deu origem a este r. ofício:

"Os artigos 21 e 21-A da referida instrução, estabelecem, dentre outras disposições que merecem destaque, que o contrato de cartão de crédito consignado firmado entre a instituição financeira e o beneficiário do INSS deve conter "o tipo de operação realizada (cartão de crédito, reserva de margem consignável), indicado de forma clara e objetiva, discriminando com clareza sua forma de pagamento" (VI, art. 21-A) e informações quanto "ao montante dos juros de mora e da taxa efetiva anual de juros" ("a", VII, art. 21-A); "aos acréscimos legalmente previstos" ("b", VII, art. 21-A); "ao número e periodicidade das prestações, incluindo seus termos inicial e final"; ("c", VII, art. 21-A) e "à soma total a pagar, com e sem financiamento" ("d", VII, art. 21-A), destacando, ainda, em seu parágrafo único que "da omissão de qualquer uma das informações disciplinadas nos incisos de I a VII do caput, a operação será considerada irregular e não autorizada, sendo motivo de exclusão da consignação".

Da leitura dos termos contratuais e das guias de solicitação de saque (ID 6242148, p. 2 e ID 6242151), embora estejam em destaque o valor solicitado, a taxa de juros, IOF, tarifa e custo efetivo total, não inclui informações quanto ao número e periodicidade das prestações, termo inicial e final, soma total a pagar, dentre outras."

EM BRANCO



Todavia, melhor sorte não assiste às razões invocadas na referida recomendação, isso porque, é cediço que o contrato celebrado e submetido a julgamento nos autos do processo 0707205-16.2018.8.07.0009, foi formalizado em 21 de outubro de 2015, conforme faz prova documento anexo, entretanto, o Art. 21-A da IN28/2008 em que está lastreada a referida recomendação, foi inserido na IN28/2018 por meio da IN94/2018, que passou a vigorar em 01 de maio de 2018, ou seja, após a celebração do Termo de Adesão ao Cartão de Crédito Consignado.

Nada obstante, o texto do Art. 21-A da IN28/2008 que foi originariamente inserido pela IN94/2018, mais uma vez foi alterado, dessa vez pela IN100/2008, sendo que recentíssimas alterações apenas passaram a vigorar em 31 de março de 2019.

É pertinente ressaltar que a redação atual do texto do Art. 21-A, da IN28/2008 foi promovida pela IN100/2018, sendo que essa nova redação tem por escopo regulamentar, especificamente, as operações de Contratos de Adesão de Cartão de Crédito Consignado, elencando quais informações devem constar especificamente do TERMO DE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO, o qual se tornou obrigatório.

Não é demais rememorar que, as alterações promovidas no art. 21-A pela IN100/2018 originam-se do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado entre a Defensoria Pública da União e o INSS, nos autos da Ação Civil Pública, processo nº 106890-28.2015.4.01.3700, que tramitou perante a 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Maranhão.

Na referida demanda, o INSS consentiu pela necessidade de inserir na IN28/2008 disposição normativa que regulamentasse, com exclusividade, as operações de Cartão de Crédito Consignado, pois era evidente que as exigências constantes do antigo texto normativo (Art. 21-A inserido pela IN94/2018 e Art. 21 da redação original da IN28/2008) eram incompatíveis com a natureza do produto, logo, ao ser estabelecida nova norma com disposições específicas e regulamentando toda a matéria afeta ao produto "cartão de crédito consignado" a par das que antes existiam em razão, acabou por revogar, tacitamente, todas as disciplinas anteriormente vigentes.

EM BRANCO

Não obstante a IN100/2018 tenha tratado integralmente a matéria referente às operações para constituição de RMC, o que por si só implicaria na revogação tácita do texto original do art. 21-A inserido pela IN94/2018², referida norma (IN100/2018) dispôs em seu art. 2^º, que todas as alterações promovidas pela IN94/2018 foram igualmente revogadas, razão pela qual, qualquer pretensão de sanção administrativa lastreada nas orientações do texto revogado da IN94/2018 devem ser rechaçadas ante a perda superveniente de sua vigência.

Ainda que assim não fosse, a recomendação exarada pela Segunda Turma Recursal do Distrito Federal foi construída sobre o texto do art. 21-A, da IN28/2008, contudo, a vigência do referido dispositivo teve seu termo inicial apenas em 01 de maio de 2018 ao passo que o Contrato de Cartão de Crédito Consignado, objeto da demanda analisada no citado Órgão Judicial, foi celebrado em 21 de outubro de 2015, quando ainda não existiam as exigências normativas elencadas na recomendação.

Observe, não bastasse a recomendação do Tribunal de Justiça Distrital estar amparada em norma já revogada, ainda não se acautelou o mencionado Órgão em observar que sua decisão (v. acórdão) e respectiva recomendação estão fundadas em disposições regulamentares, cuja vigência é posterior ao Contrato apreciado naquela demanda judicial.

Ora, é certa a violação ao ato jurídico perfeito, pois tanto o v. acórdão proferido nos autos do processo nº 0707205-16.2018.8.07.0009 quanto a recomendação dirigida a essa Autarquia Federal estão fundadas em instrução normativa (IN94/2018), cuja vigência é posterior a celebração do contrato de cartão de crédito, que por sua vez foi firmado em outubro de 2015.

¹ Lei nº 4.657/1942 (LINDB)

Art. 2º. Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

§ 1º. A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regulare inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior. (c.c.)

² Art. 2º. Revogam-se:

I -

II - a Instrução Normativa nº 94/TRES/INSS, de 1º de março de 2018, publicada no DOU nº 42, de 2 de março de 2015, Seção 1, pág. 144.

EM BRANCO



Desta forma, à guisa do preceito inserido no art. 5º, inciso XXXVI, da CRFB⁴ e art. 6º, da Lei nº 4.657/1942⁵, não poderia o Tribunal de Justiça do Distrito Federal recomendar a essa autarquia a punição desta Instituição Financeira por ato praticado antes da vigência da norma em que se funda citada recomendação. Assim agindo, viola um dos princípios mais básicos do ordenamento jurídico pátrio, que é o da Segurança Jurídica.

Portanto, requer seja acolhida esta preliminar para que, nos termos acima fundamentado, seja promovido o arquivamento do presente processo administrativo, pois é flagrante sua inconstitucionalidade e ilegalidade da recomendação e decisão adotada pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios e por ser medida da mais lida justiça.

III - DO MÉRITO - DA INCOMPATIBILIDADE DAS EXIGÊNCIAS PREVISTAS NOS ARTIGOS 21 E 21-A DA IN28/2008 (redação dada pela IN94/2018 e posteriormente revogada pela IN100/2018) COM A NATUREZA JURÍDICA E FUNCIONALIDADE DO CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO.

Conforme indicado, o presente ofício versa sobre a recomendação exarada pela Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, oriunda dos autos nº 0707205-16.2018.8.07.0009 que, em apertada síntese, alega suposto descumprimento, por parte desta Instituição Financeira, das exigências previstas art. 21-A, inciso VII, alíneas "c" e "d", da IN28/2008.

Na citada recomendação, a Segunda Turma Recursal sustenta que no contrato de adesão de Cartão de Crédito Consignado celebrado e apreciado naqueles autos, não constam algumas informações que são exigidas pelo art. 21 e 21-A da IN28/2008, a saber: (i) número e periodicidade das prestações; (ii) Termo inicial e final das prestações; e (iii) soma total a pagar.

⁴ XXXVI - a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada

⁵ Art. 6º A Lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada. (g.n)

EM BRANCO

EM BRANCO

No contrato há previsão expressa quanto **Reserva de Margem consignável**:



ADESÃO

- 1. Condições Gerais:** Declaro que recebi e li previamente as Condições Gerais de Emprego e Utilização do Cartão de Crédito Consignado do Banco Daycoval para Trabalhadores de Empresas Privadas, Servidores Públicos, Alunos e Inscritos em Programas de Pós-Graduação do INSS (Condições Gerais), registradas em 02/08/2011 no 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil do Poder Judiciário do São Paulo/SP sob nº 2.021.370, incluindo direitos sobre saldos, vencidos e corrigidos.
- 2. Autorização para Reserva de Margem Consignável:** Autorizo o Banco Daycoval S.A. a realizar, de forma antecipada e irrevogável, a constituição de reserva de margem consignável de até 10% do limite autorizado, por meio de depósito em nome de terceiros, nos termos da legislação aplicável e do disposto no art. 6º da Lei 10.324/2003 e no art. 15 da Lei 10.324/2003 para cartões emitidos a trabalhadores e pensionistas do INSS, para se comprometer a manter tal reserva de Cartão de Crédito Consignado do Banco Daycoval S.A. de forma irrevogável, devendo tal autorização permanecer sempre válida e eficaz sob pena de cancelamento imediato de meu Cartão e de todas as medidas cautelares.
- 3. Outras Declarações:** Declaro estar ciente e concordar que, in de saldar o Cartão, devo assinar este Termo de Adesão, assim como, para a utilização do cartão, devo assinar o Cartão de Crédito Consignado.

Ora, estamos diante de uma operação de Cartão de Crédito Consignado, celebrado através de instrumento com linguagem clara, ostensiva e que orienta o consumidor em todos os aspectos da operação aderida.

No mais, resta comprovado, além da regular adesão ao produto, a respectiva utilização do limite pelo cliente por meio de pré-saque (fato incontroverso). Ademais, foi comprovado o desbloqueio do cartão, o que assegurou a Instituição financeira, inclusive, o ressarcimento do valor outrora creditado em benefício do consumidor, conforme consta do v. acórdão proferido pela Segunda Turma Recursal.

Com essas ponderações, não se questiona a validade do contrato de Cartão de Crédito Consignado, pois fora celebrado em observância à todas exigências previstas em norma de regência (IN28/2008) e com esteio no Código de Defesa do Consumidor (CDC, art. 52).

Além disso, é importante destacar que esta modalidade de crédito assume características, natureza e funcionalidade diferentes das demais operações de crédito pessoal, razão pela qual, algumas informações exigidas nos arts. 21 e 21-A da IN28/2008 (com redação dada pela IN94/2018 já revogada pela IN100/2018) com ela não são compatíveis, contudo, tais circunstâncias serão abordadas no tópico seguinte.

Assim, por não avaliar os autos e as provas com vistas a apurar a regularidade da contratação, a E. Segunda Turma Recursal do Distrito Federal e Territórios laborou em evidente equívoco, todavia, tal absurda conclusão não será

Banco Daycoval - Financeira
Avenida Paulista, 1793 - São Paulo - SP - 01311-200 - Bela Vista.
PABX: (11)3138.0500 - fax: (11)3138.0400 - www.daycoval.com.br

EM BRANCO

repetida nesta instância administrativa, razão pela qual, roga pelo imediato arquivamento do presente processo administrativo.



III.B - DO EFETIVO CUMPRIMENTO DA EXIGÊNCIA LEGAL VIGENTE NA DATA DA CONTRATAÇÃO - DA PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÃO AO BENEFICIÁRIO SOBRE O PRAZO DA OPERAÇÃO - DO EFETIVO ENVIO DO CARTÃO E DAS FATURAS AO ENDEREÇO DA CONSUMIDORA.

Verifica-se nas conclusões extraídas do v. acórdão e da recomendação expedida pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal, a alusão de que o contrato de adesão ao cartão de crédito consignado padece de vícios.

Neste ponto, aquele julgador elege como motivo para tal conclusão, a suposta ausência de previsão de prazo para liquidação da operação e conclui, equivocadamente, que os valores descontados mensalmente no benefício da consumidora não representam significativos abatimentos no valor total devido, o que configuraria, repita-se, na conclusão daquele MM^º Juízo, uma dívida excessivamente onerosa.

Todavia, mais uma vez, as deduções aferidas pela Segunda Turma Recursal caminham diametralmente oposta às provas acostadas naquele processo, senão vejamos:

De proêmio, vale destacar que a oferta do Banco Daycoval à contratação do Saque pelo cliente se deu na modalidade à vista, portanto, toda demonstração de taxas e CET (Custo Efetivo Total) se estabelece conforme o crédito contratado pelo consumidor. Todavia, o beneficiário, titular do cartão, está ciente de que se deixar de pagar o valor integral do saldo devedor da FATURA, até a data de vencimento, estará optando por financiar este saldo remanescente com a incidência dos juros de financiamento e encargos indicados na FATURA.

Assim, ao ser exercido pelo consumidor a opção de financiamento referida no parágrafo anterior, o Banco Daycoval abrirá um crédito ao consumidor, na modalidade de crédito rotativo, conforme expressa previsão das cláusulas "10.1." e "10.2." das "CONDIÇÕES GERAIS DE EMISSÃO E UTILIZAÇÃO DO CARTÃO DE CRÉDITO

EM BRANCO

CONSIGNADO DO BANCO DAYCOVAL", disponível ao consumidor no site desta Instituição Financeira*



Ademais, há expressa previsão no TERMO DE ADESÃO de que o consumidor apenas sofrerá descontos mensais, caso não pague a integralidade do débito apontado na fatura enviada à sua residência. Veja:

sendo mensal do valor consignável acima descrito; (vi) mensalmente sem consignado em mesma natureza e valor do pagamento mínimo indicado nas faturas do Cartão, obrigando-me no caso de opção pelo pagamento integral a saldar a fatura do Cartão para quitar o débito que exceder o valor consignável; (vii) o Daycoval está autorizado por prazo indeterminado a debitar quaisquer

E não é só isso, no próprio termo de "SOLICITAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DE SAQUE VIA CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO" esta instituição, imbuída de total boa-fé e clareza nas suas operações, acautelou-se em prever expressamente que a modalidade de contratação é para liquidação a vista, por meio de pagamento do valor integral da fatura, contudo, não descuidou em informar ao consumidor que era dele a opção de financiar o saldo devedor mediante pagamento mínimo da fatura por meio de desconto em folha de pagamento. Observe:

conforme condições vigentes na presente data é (c) o valor do saque solicitado deverá ser pago juntamente com as demais despesas da fatura do meu cartão de crédito ou financiado após a amortização do pagamento mínimo de minha fatura por meio de desconto em folha de pagamento;

Desta forma, não sobram dúvidas de que há expressa previsão para liquidação do valor contratado, na medida em que a modalidade de contratação é para pagamento a vista, contudo, fica à mercê do consumidor optar por esta modalidade ou financiar o remanescente na modalidade de crédito rotativo.

Assim, necessário esclarecer que a quantidade de parcelas necessárias para a quitação do valor está estritamente relacionada à conduta do cliente que pode optar pelo pagamento exclusivo da RMC ou efetuar o pagamento do valor total da fatura do cartão.

* <https://www.daycoval.com.br/Content/Documentos/CartaoConsignadoContratoUtilizacao.pdf>

EM BRANCO

De mais a mais, ainda vale destacar que a afirmação que consta no v. acórdão proferido pela Segunda Turma Recursal de que "os valores descontados mensalmente no benefício da consumidora não representam significativos abatimentos" não possui amparo fático nem jurídico. Explica-se.



Ao concluir por equivocada premissa, verifica-se que o MM^a Juiz, Relator do Recurso processado e Julgado pela Segunda Turma Recursal do Distrito Federal laborou de forma açodada sem compulsar detidamente as provas coligidas pela defesa.

Na ocasião, esta Instituição Financeira demonstrou por meio da planilha de simulação de liquidação de débito que, se a consumidora tivesse realizado apenas o pré-saque⁷ (R\$ 2.740,00), a dívida seria liquidada após 39 (cinquenta e nove) descontos em folha.

Entretanto, como também foi realizado um novo saque complementar (Telesaque) em 03 de maio de 2018, no valor de R\$ 973,00 (novecentos e setenta e três), a expectativa é de que a dívida seja liquidada com 62 (Sessenta e dois) descontos APÓS a contratação do Telesaque, que resultaria em um total de 92 (noventa e dois) descontos em virtude das duas operações contratadas (pré-saque e telesaque).

Deste modo, afirma-se categoricamente de não se está diante de uma operação excessivamente onerosa, pois, ao contrário do que afirmado no v. acórdão, os descontos mensais realizados na folha de pagamento da consumidora representam significativos abatimentos no saldo devedor, o que possibilita, inclusive, a quitação do débito apenas com os descontos mensais.

Por fim, vale destacar que todas as faturas, bem como o respectivo cartão foi enviado pelo Banco Daycoval ao endereço da consumidora, conforme solicitado por ela, nos termos dos documentos anexos, ou seja, esta Instituição Financeira sempre agiu diligentemente no cumprimento do seu mister, seja pela clareza e

⁷ Solicitação expressa do consumidor para realização de transferência de valores para sua conta antes do recebimento/desbloqueio do cartão, esta somente acontece mediante manifesta assinatura da AUTORIZAÇÃO E SOLICITAÇÃO DE SAQUE VIA CARTÃO DE CRÉDITO.

EM BRANCO

transparência das informações, seja pelo efetivo cumprimento das disposições contratuais ajustada com os seus mutuários, não havendo razões que amparem às conclusões equivocadas adotadas na seara judicial.

Portanto, não havendo motivos que justifiquem a manutenção deste expediente administrativo, esta instituição financeira roga pelo seu imediato arquivamento, pois esta é a medida de direito e justiça.



III.C - DA IMPOSSIBILIDADE DE SE ESTABELECEER NO CONTRATO DE ADESÃO O NÚMERO DE PRESTAÇÕES, BEM COMO INDICAR TERMO INICIAL E FINAL PARA PAGAMENTO DO DÉBITO CONTRAÍDO ATRAVÉS DO CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO

Depreende-se das conclusões existentes na recomendação expedida pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal que o contrato de adesão ao cartão de crédito consignado padece de vícios, na medida que não atende às exigências dos arts. 21 e 21-A, da IN28/2008, em especial no que diz respeito a indicação do número e periodicidade das prestações, bem como na indicação do termo inicial e final das respectivas cobranças ("c", inciso VII, art. 21-A).

De início, é relevante desenvolver uma breve digressão legal e funcional do produto "Cartão de Crédito Consignado" para que se possa compreender a lógica do raciocínio que adiante será desenvolvido, uma vez que o escopo desta resposta é demonstrar a infundada e equivocada alegação de irregularidade do contrato de adesão ao referido produto ("cartão"), veja:

O crédito consignado é regido pela Lei 10.820/2003 alterada pela Lei 13.172/2015 que possibilitou a concessão de crédito, condicionando seu pagamento ao desconto em folha, o qual, poderá ser tomado através empréstimos, financiamentos, cartões de crédito e operações de arrendamento mercantil, estipulando que referido desconto terá como limite 35% sobre remuneração disponível, sendo 5% destinados

EM BRANCO

exclusivamente para (i) amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito; ou (ii) utilização com a finalidade de saque por meio do cartão de crédito.

Assim, conforme se verifica, pretendeu o legislador possibilitar à sociedade novas linhas de crédito, determinando limite máximo de comprometimento de renda em 35%, sendo que deste percentual, 5% somente podem ser utilizados para liquidação de créditos oriundos de cartão de crédito consignado.

Ademais, o Banco Daycoval somente envia o cartão de crédito consignado mediante ADESÃO EXPRESSA DO CONSUMIDOR AO PRODUTO, conforme modelo abaixo, que na época foi utilizado na contratação examinada no processo judicial nº 0707205-16.2018.8.07.0009.



Referido documento é condição específica para concessão do limite de crédito nesta modalidade de contratação, uma vez que, somente através dele o consumidor autoriza o Banco Daycoval à reserva de margem consignável (RMC) no percentual determinado em lei, o qual se encontra expresso no documento abaixo (5%).

ADESÃO

1. **Condições Gerais:** Declaro que recebi e li previamente as Condições Gerais de Emissão e Utilização do Cartão de Crédito Consignado do Banco Daycoval para Trabalhadores de Empresas Privadas, Servidores Públicos, Alunos e Profissionais Autônomos, e Pensionistas do INSS ("Condições Gerais"), registradas em 07/05/2013 na 10ª Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Cartório da Pessoa Jurídica de São Paulo/SP sob nº 2.021.870, incluindo direitos sobre suas atividades, direitos e obrigações.

2. **Autorização para Reserva de Margem Consignável:** Autorizo o Banco Daycoval S/A, neste ato, de forma irrevogável e inalienável, a constituir reserva de margem consignável de até 5% (cinco por cento) de minha remuneração por tempo indeterminado, nos termos da legislação e demais aplicáveis e do disposto no art. 6º da Lei 10.420/03 e no inciso VI do artigo 154 do Decreto 3048/99 para cartões emitidos a aposentados e pensionistas do INSS, para os pagamentos mensais mensais de meu Salário do Cartão de Crédito Consignado do Banco Daycoval ("Cartão") de minha titularidade, devendo ser atualizada automaticamente sempre válida e eficaz sob pena de cancelamento imediato do meu Cartão e adoção das medidas cabíveis.

3. **Outras Declarações:** Declaro estar ciente e concordar que: (i) ao utilizar o Cartão para adquirir bens ou serviços, estou autorizado, em caráter irrevogável e inalienável, ao disposto nas Condições Gerais; (ii) posso consultar sempre as Condições Gerais e suas alterações/alterações no site do Banco Daycoval S/A ("Daycoval") no endereço eletrônico www.daycoval.com.br; (iii) as Condições Gerais poderão ser alteradas de tempos em tempos pelo Daycoval, mediante aviso registrado em cartório, no qual poderá, a critério do Daycoval, ser disponibilizado na forma de aviso "X" acima registrado, assim que serão notificados no site do Daycoval; (iv) o salário ou tempo do convênio firmado pelo Daycoval e a Empresa/Instituição Autorizada para descontar em minha renda mensal do valor consignável acima descrito; (v) mensalmente será consignado em minha remuneração o valor do pagamento mínimo indicado nas faixas do Cartão, obrigatório no caso de opção pelo pagamento integral a título de fatura do Cartão para quitar o débito que ultrapasse o valor consignável; (vi) o Daycoval está autorizado por prazo indeterminado a debitar quantos valores devidos em relação ao Cartão em minha conta corrente/debito acima citada em minha conta corrente de minha titularidade no Brasil que venha a substituí-la, inclusive a conta disponibilizada por sua empregadora.

Estou ciente de que se responsabilizo a veracidade das declarações e informações constantes neste Termo de Adesão, notando minha inteira responsabilidade civil em caso de violação do artigo 200 do Código Penal (Crime de Falsidade Ideológica).

EM BRANCO

Uma vez concedido limite de crédito através do cartão consignado, poderá o consumidor utilizá-lo através da:

- i) Realização de COMPRAS em todos os estabelecimentos comerciais que aceitem as bandeiras indicadas; e
- ii) Realização de SAQUES até o limite do crédito concedido, por meio de terminais eletrônicos ou via telefone (Prê-Saque ou Saque Complementar), conforme se demonstrará.

Desta forma, diferentemente do empréstimo consignado, onde a concessão do crédito em conta é automática à contratação, no cartão consignado, esta é uma OPÇÃO do consumidor, a qual poderá ser feita a qualquer tempo e não obrigatoriamente no momento da adesão. Uma vez aderido ao cartão, através do referido termo de adesão, não há obrigatoriedade de utilização imediata do crédito, podendo ser exercido dentro dos valores desejados pelo consumidor, até o limite do crédito e no tempo de sua necessidade.

Havendo utilização do cartão (compras - Prê-saque - Saque complementar) o consumidor mensalmente recebe em seu endereço, fatura a respeito do referido cartão contendo todo o detalhamento de despesas e os respectivos locais de utilização, pagamentos, incidência de juros e outros, podendo além de conhecer todas as informações de forma clara e precisa a respeito de seu débito, também realizar pagamentos parciais ou totais por meio da fatura.

Com isto, o consumidor que desejar pode liquidar o saldo integral da fatura a qualquer momento, não sendo necessário aguardar a liquidação do débito apenas com o desconto do mínimo (RMC 5%), diferentemente daquele que tomou empréstimo consignado.

Pois bem, a partir destes breves esclarecimentos, não restam dúvidas sobre a impossibilidade de fazer constar no termo de adesão ao cartão de crédito consignado, informações sobre o número de parcelas, termo inicial e final de seus respectivos pagamentos. Ora, é incompatível tal exigência com a natureza do contrato de Cartão de Crédito Consignado, seja porque nesta modalidade de operação não há que

Banco Daycoval - Financeira
Avenida Paulista, 1793 - São Paulo - SP - 01311-200 - Bela Vista.
PABX: (11)3138.0500 - fax: (11)3138.0400 - www.daycoval.com.br



EM BRANCO

EM BRANCO

se falar em concessão automática e imediata de crédito, e ainda porque o referido produto autoriza o consumidor a utilizar, até o limite do crédito, os valores desejados e no tempo de sua necessidade, o que poderá ser feito em diversas oportunidades.

Portanto, notadamente não há compatibilidade entre a exigência normativa ("c", inciso VII, art. 21-A, da IN28/2008) eleita na recomendação e no v. acórdão proferido pela Segunda Turma Recursal com o produto de Cartão de Crédito Consignado, pois a natureza dessa operação não permite ao agente financeiro, no momento da adesão pelo consumidor, aferir quando e quais serão os valores utilizados no cartão de crédito.

Outrossim, não há como saber, no momento da adesão, se o consumidor pagará o débito apenas pelo valor mínimo da fatura mediante desconto direto em sua remuneração (5% - RMC) ou se pagará valores parciais/integrais da fatura, o que alteraria o número e valor das prestações. Assim, por óbvio, considerando que o momento e valor utilizado fica a nuto do consumidor, não é possível prestar informações a respeito de "número de prestações, nem mesmo de seu termo inicial e final" ("c", VII, art. 21-A) no momento da adesão.

Quanto à periodicidade das prestações, é certo que o referido termo prevê, expressamente, que em caso de utilização do cartão nas modalidades inerentes a natureza do próprio produto (compras - Prê-saque - Saque complementar), o consumidor pagará mensalmente, mediante consignação em sua remuneração, o valor mínimo da sua fatura, conforme comprova item "V", da cláusula 3ª, do termo de adesão. Veja:

3. Outras Declarações: Declaro estar ciente e concordar que: (i) no uso do Cartão de Crédito Consignado, o usuário, em caráter inovativo e excepcional, ao dispor nas Condições Gerais de uso, poderá consultar sempre as Condições Gerais e suas alterações atualizadas no site do Banco Daycoval S.A. ("Daycoval") ou endereço eletrônico www.daycoval.com.br; (ii) as Condições Gerais poderão ser alteradas de tempos em tempos pelo Daycoval, mediante aviso prévio por e-mail ou carta, em caso de alteração, a critério do Daycoval, ser disponibilizadas no formato de alerta "X" sobre o endereço e-mail que tenha cadastrado no site do Daycoval; (iii) o usuário se compromete a cumprir o prazo de validade do cartão de crédito emitido pelo Daycoval e a Empresa/Instituição Autorizada para despesa em nome do usuário, obrigando-se no caso de opção pelo pagamento integral a pagar a fatura do Cartão de Crédito de acordo com o valor consignado em sua remuneração e o valor do parcelamento mínimo indicado nas faturas do Cartão, obrigando-me no caso de opção pelo pagamento integral a pagar a fatura do Cartão de Crédito de acordo com o valor consignado em sua remuneração; (iv) o Daycoval está autorizado por prazo indeterminado a debitar o valor

Assim, diante dessas considerações, não pairam dúvidas de que as disposições dos arts. 21 e 21-A (sob a redação dada pela IN94/2018) não são aplicadas

Banco Daycoval - Financeira
Avenida Paulista, 1793 - São Paulo - SP - 01311-200 - Bela Vista.
PABX: (11)3138.0500 - fax: (11)3138.0400 - www.daycoval.com.br

EM BRANCO

integralmente aos contratos de Cartão de Crédito Consignado, por evidente incompatibilidade entre a natureza do produto e as informações exigidas na respectiva seara normativa.



III.D - DA SOMA TOTAL A PAGAR - EXIGÊNCIA EXCLUSIVA PARA CONTRATO DE EMPRÉSTIMO PESSOAL

Conforme vastamente esclarecido no item anterior, o contrato de Cartão de Crédito Consignado difere das demais modalidades de operação de crédito, pois naquela não há imediata liberação de crédito, portanto, não há como prever o valor total a ser pago pelo consumidor.

Por sua vez, nas operações de empréstimo pessoal é preestabelecido o valor do crédito concedido, permitindo a soma total do valor disponibilizado ao mutuante acrescido dos encargos remuneratórios previstos no contrato.

Todavia, como amplamente delineado, tais características são próprias das operações de empréstimo pessoal e não de cartão de crédito consignado. Nesse sentido, a exigência do inciso V, do art. 21, da IN28/2018 para que conste expressamente do contrato de adesão a soma total a ser paga pelo consumidor, apenas tem aplicação EXPRESSA nos contratos de crédito pessoal, não se aplicando às operações de cartão de crédito, para o qual, se exigiu a indicação do LIMITE MÁXIMO PREVISTO, veja:

Art. 21. A instituição financeira, ao realizar as operações de consignação/retenção/constituição de RMC dos titulares de benefícios deverá, sem prejuízo de outras informações legais exigidas (art. 52 do Código de Defesa do Consumidor - CDC), observar a regulamentação expedida pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil, em especial as disposições constantes da Resolução nº 3.694, de 26 de março de 2009, e alterações posteriores, bem como dar ciência prévia ao beneficiário, no mínimo, das seguintes informações:

Banco Daycoval - Financeira
Avenida Paulista, 1793 - São Paulo - SP - 01311-200 - Bela Vista.
PABX: (11)3138.0500 - fax: (11)3138.0400 - www.daycoval.com.br

EM BRANCO

[...]

V - soma total a pagar com o empréstimo pessoal OU o limite máximo previsto para cartão de crédito. (g.n)

Assim, é equivocada a fundamentação do v. acórdão que instrui esse r. ofício ao exigir desta Instituição Financeira o cumprimento de requisitos que, nos termos da norma de regência, não se aplica ao produto de cartão de crédito consignado, mas sim à empréstimo pessoal.

Portanto, novamente se depara com a incoerência da recomendação emanada da Segunda Turma Recursal do Distrito Federal, razão pela qual, pugna-se pelo imediato arquivamento deste processo administrativo.



III - DA INAPLICABILIDADE DA SANÇÃO PREVISTA NO ART. 52 DA IN28/2008 - AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADE DA OPERAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE PRÁTICA LESIVA AO CONSUMIDOR - OBEDIÊNCIA AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA LEGALIDADE (ART. 37, CRFB) E DA PROPORCIONALIDADE

Consoante se verifica no bojo do ofício expedido pela Segunda Turma Recursal do Distrito Federal, nos autos do processo nº 0707205-16.2018.8.07.0009, constata-se expressa recomendação para que essa Autarquia, nos termos do art. 52 da IN28/2008, aplique ao Banco Daycoval a sanção prevista no inciso I, alínea "b" do citado dispositivo, que assim assevera:

Art. 52. Constatadas irregularidades nas operações de consignação/retenção/RMC realizadas pelas instituições financeiras ou por correspondentes bancários a seu serviço, na veiculação, na ausência de respostas ou na prestação de informações falsas ou incorretas aos beneficiários, sem prejuízo das operações regulares, o INSS aplicará as seguintes penalidades:

Banco Daycoval - Financeira
Avenida Paulista, 1793 - São Paulo - SP - 01311-200 - Bela Vista.
PABX: (11)3138.0500 - fax: (11)3138.0400 - www.daycoval.com.br

EM BRANCO

I - suspensão do recebimento de novas consignações/retenções/RMC pelo prazo de cinco dias úteis a partir da data do recebimento pela Dirben, nos casos de:

b) sentenças judiciais transitadas em julgado em que a instituição financeira tenha sido condenada por prática lesiva ao beneficiário ou ao INSS;

Pois bem, da leitura do artigo acima transcrito é possível concluir que para legitimar a penalização prevista em seus incisos e respectivas alíneas são exigidas duas condições, a saber: (i) Irregularidade da operação; e (ii) condenação da Instituição Financeira por prática lesiva ao beneficiário ou ao INSS.



O *caput* do art. 52, estabelece que a penalidade ali prevista apenas será aplicada se verificada irregularidade na: (i) veiculação da operação; e/ou (ii) na ausência de respostas ou na prestação de informações falsas ou incorretas aos beneficiários.

Ora, se bem observados os fundamentos lançados no v. acórdão que instrui este r. ofício 101, não há no bojo da referida decisão qualquer ilação de que operação de cartão de crédito, objeto de análise naquela demanda, padece das irregularidades previstas e taxativamente enumeradas no *caput* do art. 52, da IN28/2008.

O que se vê na referida recomendação/decisão do Tribunal de Justiça Distrital são meras conjecturas de que o contrato de adesão do Cartão de Crédito Consignado não traz algumas informações exigidas nos arts. 21 e 21-A, da IN28/2008, mas não imputa ao referido instrumento contratual ou a esta Instituição Financeira qualquer irregularidade na veiculação da operação e também não relata nenhum episódio concernente a ausência de resposta ou na prestação de informações falsas ou incorretas ao beneficiário, razão pela qual não se justifica a imposição da penalidade sugerida (Art. 52, inciso I, alínea "b", da IN28/2008).

Não obstante a ausência de irregularidade da operação (Constituição de RMC), há que falar ainda na necessidade de condenação da Instituição Financeira por prática lesiva ao beneficiário ou ao INSS para se justificar a punição prevista no

EM BRANCO

art. 52, inciso I, alínea "b", da IN28/2008, isso porque, a adequada subsunção do fato à norma é imprescindível para que se efetive o poder sancionador dessa Autarquia.

Nesta esteira, o termo "prática lesiva" precisa ser delimitado pela própria norma de regência para impedir, inclusive, o arbitrio e discricionariedade do administrador no momento de apreciação dos fatos levados a seu julgamento. Assim, para não sobejar margens interpretativas alheias ao intento do legislador, o próprio art. 52, da IN28/2008, em seu § 4º, estabelece de forma estanque quais serão as condutas consideradas como práticas lesivas. Observe:

Art. 52. [...]

§ 4º Considera-se prática lesiva ao beneficiário, para os fins previstos no inciso I, "a" e "b" do caput, a conduta da instituição financeira que, violando preceito normativo, cause dano, de qualquer espécie material ou moral ao beneficiário.

Ora, a norma é autoexplicativa, na medida em que elege como elementos caracterizadores da prática lesiva a: (i) conduta violadora de preceito normativo; (ii) que cause dano material ou moral ao beneficiário.

A partir destas premissas arremata-se que esta Instituição Financeira não incorre em nenhum dos elementos típicos eleitos na norma punitiva que a faça merecer qualquer sanção.

Ora, como vastamente alinhado na fundamentação inserida nos itens anteriores, há nítida incompatibilidade entre as disposições normativas tidas pelo Poder Judiciário como supostamente violadas e a natureza e funcionalidade do produto cartão de crédito consignado, aliás, como bem esclarecido alhures, as disposições dos arts. 21 e 21-A (sob a redação dada pela IN94/2018) não são aplicadas, integralmente, aos contratos de Cartão de Crédito Consignado, pois pensar de modo diverso inviabilizaria, inclusive, a celebração de qualquer operação financeira em que não haja imediata concessão de crédito ao consumidor. Sendo assim, não há falar em conduta violadora de princípios.



EM BRANCO

Outrossim, além da conclusão pela inexistência de conduta violadora de preceitos normativos, de igual modo, não houve qualquer dano de ordem material ou moral ao beneficiário, quicá ao INSS. Explica-se.

Ao apreciar o tema e voga, o MM^o de Primeiro Grau, ao prolatar a r. sentença nos autos do processo 0707205-16.2018.8.07.0009 (processo judicial que deu origem à recomendação para instauração deste Processo Administrativo) fundamentou sua decisão com a seguinte premissa:

"...considero que não há nada nos autos que demonstre que houve defeito de informação que justifique o reconhecimento de prática abusiva pela requerida quanto ao desconto da parcela de empréstimo no importe de R\$ 126,17."



Ora, como bem ponderado pelo MM^o Juiz, não há elementos, substratos ou indícios de abusividade quanto aos descontos das parcelas do empréstimo tomado pela beneficiária que, no caso concreto, restou comprovado tanto a regular adesão ao produto, bem como, a utilização do limite pelo cliente por meio de pré-saque (fato incontroverso). Ademais, foi comprovado o desbloqueio do cartão, o que assegurou a esta instituição financeira, inclusive, o ressarcimento do valor outrora creditado em benefício do consumidor, conforme consta do v. acórdão proferido pela Segunda Turma Recursal. Veja:

Contudo, a fim de evitar o enriquecimento sem causa do consumidor, deve ser feita a compensação entre o valor descontado do benefício de aposentadoria e aquele transferido para a conta da parte autora, o que pode ser obtido mediante simples cálculo no momento do cumprimento de sentença.

Note, que a evidência de que inexistiu e inexistiu prática lesiva em desfavor do beneficiário é traduzida pelo termo em destaque no qual o Poder Judiciário reconhece a necessidade de compensação de valores para evitar o enriquecimento sem causa DO CONSUMIDOR.

EM BRANCO

Portanto, é leviano afirmar ou sugerir que houve prática lesiva quando tal circunstância, deveras equivocada, foi refutada com veemência pelo próprio Órgão do Poder Judiciário que agora recomenda a penalização desta Instituição Financeira.

De mais a mais, não bastasse inexistir dano de ordem material, também foi reconhecido pela Segunda Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal que não houve danos de ordem moral. Veja:

Por derradeiro, não há que se falar em dano moral indenizável, pois o consumidor manifestou vontade de contrair empréstimo consignado, de forma que seriam realizados descontos diretamente na sua fonte de pagamento.



Assim, com inúmeras razões e fundamentos robustos, sólidos que foram extraídos, inclusive, das decisões judiciais emanadas do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e da análise do caso concreto, é possível afirmar com total convicção que não houve prática de ato lesivo, seja ele de ordem patrimonial (dano material) seja ele de ordem extrapatrimonial (dano moral).

Portanto, à guisa dessa fundamentação, não se justificaria qualquer punição imposta a esta Instituição Financeira: (i) a uma porque não houve conduta violadora dos preceitos normativos; (ii) a duas, porque o Banco Daycoval não causou nenhum prejuízo ao beneficiário, quicá a essa Autarquia Federal.

Importante ressaltar, que o administrador público está, em toda sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei, bem como à exigência do bem comum, sendo-lhe defeso se afastar dessas premissas, sob pena de praticar ato inválido.

Nesta seara, emerge como vetor do exercício regular dos atos administrativo, a estrita observância aos limites legais aplicáveis ao caso concreto, o que se define no princípio da legalidade (CRFB, art. 37, *caput*).

EM BRANCO

Assim, importando tais conceitos ao caso sob análise e considerando que não houve qualquer prática violadora dos preceitos normativos de regência (IN28/2008), nem práticas lesivas em desfavor do beneficiário ou do INSS, não poderá o administrador, a seu nuto, impor a esta Instituição Financeira, quaisquer das sanções previstas no art. 52, da IN28/2008, sob pena de agir arbitrariamente, e total desprezo ao princípio da legalidade (art. 37, caput, da CRFB) e a margem da essência natural do estado democrático de direito.

Por fim, mesmo que superados todos estes argumentos, o que genuinamente não se espera, certo é que a sanção sugerida no art. 52, inciso I, alínea "b" da IN28/2008, mostra-se, deveras desproporcional ao caso concreto.

Em que pese esta Instituição Financeira inclinar-se em plena convicção de que os motivos narrados na recomendação expedida pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal padecerem de evidente equívoco e que não há substrato fático que permita sua penalização, certo é que, caso esse Julgador não comungue do mesmo raciocínio externado nesta manifestação, o que admite-se apenas e deferência ao princípio da eventualidade, nada justificaria a imposição de tamanha penalização em razão de suposta irregularidade em uma única operação. Caso contrário, haveria notória violação ao princípio da proporcionalidade consagrado, implicitamente, na Constituição Federal.

A respeito dessa proposição, ensina Hely Lopes de Meirelles (2007, p. 102), que o *princípio da razoabilidade ou proporcionalidade, implícito na Constituição Federal, também chamado de princípio da proibição de excesso, tem como intuito evitar restrições desnecessárias ou abusivas por parte da Administração Pública, com lesão aos direitos fundamentais, aferindo a compatibilidade entre os meios e fins*.

Para Celso Antônio Bandeira de Mello, corroborando com Hely Lopes de Meirelles, afirma (2007, p. 110) que:

"As competências administrativas só podem ser validamente exercidas na extensão e intensidade proporcionais ao que seja realmente demandado para o cumprimento da finalidade de interesse público a que

Banco Daycoval - Financeira
Avenida Paulista, 1793 - São Paulo - SP - 01311-200 - Bela Vista.
PABX: (11)3138.0500 - fax: (11)3138.0400 - www.daycoval.com.br



EM BRANCO

estão atreladas. Segue-se que os atos cujos conteúdos ultrapasssem o necessário para alcançar o objetivo que justifica o uso da competência ficam maculados de ilegitimidade, porquanto desbordam do âmbito da competência; ou seja, superam os limites que naqueles casos lhes corresponderiam”.

Ora, vislumbrando o caso em exame frente a penalidade que se cogitou aplicar, mostra-se contemporânea, ideal e adequada, a comparação deste celeuma com o brocado jurídico conhecido no direito administrativo e ligado ao princípio da proporcionalidade, que é: “Não se abatem pardais com canhões”.



Portanto, mesmo que superados todos os argumentos e esclarecimentos prestados nesta manifestação e caso o n. Julgador não concorde com as ponderações desenvolvidas por esta Instituição Financeira, o que se admite apenas para argumentar, não se mostra razoável a aplicação da sanção sugerida (art. 52, inciso I, alínea “b”, da IN28/2008) ao caso concreto, sob pena de desbordar dos parâmetros da proporcionalidade, razão pela qual, desde já, esta manifestante propugnada pelo afastamento da sugerida sanção administrativa.

IV. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS E DOS PEDIDOS

Por todo o exposto, considerando a evidente violação ao princípio constitucional da separação dos poderes e considerando a perda superveniente do objeto deste processo administrativo, requer esta Instituição Financeira sejam acolhidas as preliminares arguidas determinando o imediato arquivamento deste processo administrativo.

Subsidiariamente, caso não se entenda pelo pedido acima, requer seja reconhecida a inexistência de violação aos preceitos normativos, conforme sugerido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal, bem como seja reconhecida a inexistência de prática lesiva ao beneficiário e ao INSS, nos termos da fundamentação, determinando o imediato arquivamento deste expediente.

EM BRANCO

Por fim, caso não acolhidos os pedidos acima, o que genuinamente não se espera, requer seja afastada a punição sugerida no r. ofício pois sua eventual imposição malferir o princípio da proporcionalidade.

Sendo que cumpria para o momento, requer-se avaliação e acatamento da presente manifestação, requerendo-se desde já a concessão de efeito suspensivo a presente defesa.

Requer, igualmente, sejam todas as notificações devidamente endereçadas ao subscrevente para ciência a respeito de futura decisão.

Por fim, o Banco Daycoval se coloca à disposição para eventuais outros esclarecimentos que se façam úteis ou necessários bem como aproveita para renovar seus protestos de elevada estima e apreço por esse r. Órgão.


Aline Marques Polido
OAB/SP 287.309



Eliene F. Campoe Barbosa
OAB/SP 240.802

Jonas Alves dos Santos Arrais
OAB/SP 338.424

EM BRANCO



CONTRATO Nº 52-0094760/15_01

Correspondente no País

Código/Nome: 011659/IFP-TAGUATINGA		CNPJ: 02.759.908/0046-00		Telefone:	
Agente: SUELY ROSANA OLIVEIRA				CPF: 666.082.791-91	
CEP: 72015901	Endereço: CSB 02 LOTES 01 A 04				
Complemento: SALA 111	Bairro: TAGUATINGA SUL	Cidade: TAGUATINGA	UF:		
Benefício Vinculado ao Cartão: INSS(X)		Outros Órgãos Públicos()		Empresas Privadas()	
Dados Titular: CPF 096.940.481-68		Nome: URBANILDA DE FERRAZ DE AZEVEDO			
Nacionalidade: Brasileira	Data Nascimento: 11/03/1962	Sexo: Feminino	Estado Civil: Solteira	Identidade(RG): 850848	Data Emissão / Órgão Expedidor - UF: 13/12/2013 / SSP - DF
Nome da Mãe: FRANCISCA LUZIA DE AZEVEDO					E-mail:
CEP: 72313107	Endereço Residencial(Rua, Avenida, etc...): QR 507 CONJUNTO 7				Nº 4
Complemento:		Bairro: SAMAMBAIA SUL SAMAM	Cidade: BRASILIA	UF: DF	
Tel.(DDD e Nº): 61-33596744		Tel.Celular(DDD,Nº): 61-33596744		Portador Adicional(exceto INSS): (X)Não ()Sim - Formulário Anexo	
DADOS DOS BENEFÍCIO/SALÁRIO DO TITULAR					
Nome da Entidade/Empresa Averbadora: INSS		Número do benefício / Matrícula / Registro: 1282045900		Margem(%): 5.00	
Endereço(Rua/Av., nº, Bairro, Cidade/UF): SAUS QUADRA 4 BLOCO N.0.ASA SUL, BRASILIA/DF		Renda(R\$): 2.110,80	Data Admissão: 01/01/2000	Telefone(DDD/Nº): 61-33596744	
Nome do Banco Pagador: BRB - BANCO DE BRASILIA S.A.		Nº do Banco: 0070	Nº Agência: 00043	Conta-corrente: 043121343-7	Dia do Pagamento:

ADESÃO

1. **Condições Gerais:** Declaro que recebi e li previamente as Condições Gerais de Emissão e Utilização do Cartão de Crédito Consignado do Banco Daycoval para Trabalhadores de Empresas Privadas, Servidores Públicos Ativos e Inativos e/ou Aposentados e Pensionistas do INSS ("Condições Gerais"), registradas em 07/08/2013 no 10º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica de São Paulo/SP sob nº 2.021.879, inexistindo dúvidas sobre suas cláusulas, direitos e obrigações.
2. **Autorização para Reserva de Margem Consignável:** Autorizo o Banco Daycoval S/A, neste ato, de forma irrevogável e irretratável, a constituir reserva de margem consignável de até 5% (cinco) de minha remuneração, por tempo indeterminado, nos termos da legislação e convênio aplicáveis e do disposto no art. 6º da Lei 10.820/03 e no inciso VI do artigo 154 do Decreto 3048/99 para cartões emitidos a aposentados e pensionistas do INSS, para os pagamentos mínimos mensais da(s) fatura(s) do Cartão de Crédito Consignado do Banco Daycoval ("Cartão") de minha titularidade, devendo tal autorização permanecer sempre válida e eficaz sob pena de cancelamento imediato de meu Cartão e adoção das medidas cabíveis.
3. **Outras Declarações:** Declaro estar ciente e concordar que: (i) ao utilizar o Cartão e/ou assinar este Termo de Adesão, estou anuindo, em caráter irrevogável e incondicional, ao disposto nas Condições Gerais; (ii) poderei consultar sempre as Condições Gerais e suas alterações/aditamentos no site do Banco Daycoval S.A. ("Daycoval") no endereço eletrônico: www.daycoval.com.br; (iii) as Condições Gerais poderão ser alteradas de tempos em tempos pelo Daycoval, mediante novos registros em cartório, as quais poderão, a critério do Daycoval, ser disponibilizados na forma da alínea "ii" acima (registros esses que serão noticiados no site do Daycoval); (iv) conheço os termos do convênio firmado pelo Daycoval e a Entidade/Empresa Averbadora para desconto em minha renda mensal do valor consignável acima descrito; (v) mensalmente será consignado em minha remuneração o valor do pagamento mínimo indicado nas faturas do Cartão, obrigando-me no caso de opção pelo pagamento integral a utilizar a fatura do Cartão para quitar o débito que exceder o valor consignável; (vi) o Daycoval está autorizado por prazo indeterminado a debitar quaisquer valores devidos em relação ao Cartão em minha conta corrente descrita acima e/ou em outra conta corrente de minha titularidade no Brasil que venha a substituí-la, inclusive a conta disponibilizada por seu empregador. Estou ciente de que se comprovada a falsidade das declarações e informações constantes deste Termo de Adesão estarei sujeito às responsabilidades criminais do artigo 299 do Código Penal (Crime de Falsidade Ideológica).

Local e Data:

Brasília, 21/10/2015
Urbanilda Ferraz de Azevedo
 ASSINATURA PORTADOR TITULAR:

ASSINATURA

EM BRANCO



DADOS DO TITULAR		
CPF:	Nome:	Nº Cartão/Proposta:
096.940.981-08	Ursula de F. de Aguiar	94760
Empregador:		Matricula:
INSS		1282045900

DADOS BANCÁRIOS			
Nome do Banco:	Nº do Banco	Nº Agência	Conta-Corrente
BRB Banco de Brasília	0070	00013	04312343-7

Autorizo o BANCO DAYCOVAL S/A, em caráter irrevogável e irretroatável a transferir o valor abaixo indicado, referente a parte do limite de meu Cartão de Crédito Consignado Daycoval para a Conta Corrente de minha titularidade acima indicada.

Declaro ter recebido a Planilha Demonstrativa do Custo Efetivo Total (CET), previamente à assinatura desta autorização, juntamente com as seguintes informações: (a) o valor estimado do saque; (b) recebi e concordei com todas as informações e cálculos pertinentes ao CET, bem como dos fluxos considerados em seu cálculo, inclusive a taxa percentual incidente, conforme condições vigentes na presente data e (c) o valor do saque solicitado deverá ser pago juntamente com as demais despesas da fatura de meu cartão de crédito ou financiado após a amortização do pagamento mínimo de minha fatura por meio de desconto em folha de pagamento;

Valor do Saque*: R\$ 2.790,00

Taxa de Juros: 3,06 % a.m. Taxa de Juros: 99,30 % a.a. IOF Diário: 0,00 % a.d. IOF Adicional: 0,35 %

Tarifa: R\$ 15,00 CET: 3,74 % a.m. CET: 55,33 % a.a.

(*) O valor do saque está condicionado ao limite de crédito disponível e/ou concedido, podendo o valor do saque ser inferior ao valor solicitado.

Local e Data: Brasília, 21/10/2015

Ursula de F. de Aguiar

ASSINATURA PORTADOR TITULAR:

ASSINATURA

EM BRANCO



EM BRANCO

Fatura de Serviços de Telecomunicações



Oi S.A.
SCS Qd. 02 Bloco II Projção Z1 - ASA SUL
CEP 70302-903 - Brasília - DF
CNPJ Matr.: 78.835.784/0001-43
CNPJ 78.835.784/0328-90 I.E. 07.408.927-003-14

04800474



COD SAMAMBAIA 008-381
UBANILODA FERRAZ DE AZEVEDO
QD QR 807 C.07 C 04
SAMAMBAIA SUL ATRAS DO COLEGIO
72013-107 SAMAMBAIA - DF



7213512820021370000000047430170315

Referência

MARÇO/2016

Telefone

(81) 3358 8744

Vencimento

27/03/2016

Total a pagar

R\$ 172,86

Resumo da sua fatura



OI FIXO

OI FIXO

R\$ 26,91

8,91

PACOTE DE MINUTOS FIXO-FIXO LOCAL
PACOTE DE MINUTOS FIXO-MOVEL LOCAL

SERVICOS DIGITAIS

OUTROS PACOTES E SERVICOS MENSAIS

21,00



OI VELOX

R\$ 55,89

OFERTA VELOX E SERVICOS DE BANDA LARGA

ASSINATURA VELOX

55,89

ANTIVIRUS + BACKUP + EDUCA



EXCEDENTES, OUTROS SERVICOS E TAXAS ...

R\$ 26,98

LIGACOES FIXO-FIXO

18,70

LIGACOES FIXO-MOVEL

1,88

SERVICOS OUTRAS PRESTADORAS E TERCEIROS

5,35



OI TV

R\$ 55,89

GANHE R\$10 DE DESCONTO NOS PRÓXIMOS 3 MESES.

CADASTRE SUA CONTA NO DÉBITO AUTOMÁTICO EM CONTA CORRENTE.

Você não se preocupa mais com atrasos no recebimento e no pagamento da sua fatura.

E ainda continua recebendo, em casa, o detalhamento impresso da sua conta.

Faça o cadastro da sua fatura pela Minha Oi ou pelo telefone 103 14.

Para mais informações, acesse www.oi.com.br/oi-oi-para-você/minha-oi-debito-automatico

Saiba mais sobre as instruções financeiras - Para os bancos brasileiros: Banco do Brasil, Caixa Econômica, Santander, Itaú, e outros entre os

EM BRANCO

Comprovante de TED



Evento: PA00143

Código da Mensagem: PA020151021003496007

Status: Efetuado

Valor: 2.740,00

Data do Movimento: 21/10/2015

ISPB IF Remetente:	62232889 - BANCO DAYCOVAL S.A.
Tipo de Pessoa Remetente:	PJ - Pessoa Jurídica
CNPJ / CPF do Remetente:	62.232.889/0001-90
Nome do Remetente:	Banco Daycoval
Nome do Favorecido:	UBANILDA DE FERRAZ DE AZEVEDO
CPF do Favorecido:	096.940.481-68
Banco Creditado:	BRB - BANCO DE BRASILIA S.A.
Agência Creditada:	00043
Conta Creditada:	043121343 - 7
Tipo de Pessoa Creditada:	PF - Pessoa Física
Data do Status:	21/10/2015
Histórico:	Lib. Telesaque Cartão Consignado

Central de Atendimento: [3004 5300 Capitais e Regiões Metropolitanas e 0800 721 5300 Demais Localidades]
 Atendimento para Deficientes Auditivos/Fala: [0800 880 1919] Ouvidoria: [0800 777 0900] SAC [0800 880 4006]

EM BRANCO

PRÉ-SAQUE

VCTO	Valor Inicial	Encargos	IOF Adicional	IOF Diário	Tarifa de Saque	Desc. Folha	Saldo Final Exibido na Fatura	Qt. descontos em folha
10/11/2015	2.740,00	55,89	10,41	4,49	15,00	0,00	2.825,79	0
10/12/2015	2.825,79	94,93	0,00	0,00	0,00	0,00	2.920,72	0
10/01/2016	2.920,72	97,73	10,74	4,85	0,00	-105,54	2.928,50	1
10/02/2016	2.928,50	98,00	0,00	7,13	0,00	-105,54	2.928,09	2
10/03/2016	2.928,09	91,67	0,02	7,15	0,00	-105,54	2.921,39	3
10/04/2016	2.921,39	95,45	0,00	6,69	0,00	-105,54	2.917,99	4
10/05/2016	2.917,99	93,58	0,00	7,13	0,00	-105,54	2.913,16	5
10/06/2016	2.913,16	92,83	0,00	6,73	0,00	-105,54	2.907,18	6
10/07/2016	2.907,18	89,64	0,33	7,05	0,00	-105,54	2.898,64	7
10/08/2016	2.898,64	92,35	0,00	6,87	0,00	-105,54	2.892,32	8
10/09/2016	2.892,32	92,14	0,00	7,09	0,00	-105,54	2.886,01	9
10/10/2016	2.886,01	88,97	0,00	7,07	0,00	-105,54	2.876,51	10
10/11/2016	2.876,51	91,62	0,00	6,81	0,00	-105,54	2.869,40	11
10/12/2016	2.869,40	88,43	0,00	7,03	0,00	-105,54	2.859,32	12
10/01/2017	2.859,32	91,04	0,00	6,78	0,00	-105,54	2.851,60	13
10/02/2017	2.851,60	90,79	0,00	6,98	0,00	-105,54	2.843,83	14
10/03/2017	2.843,83	81,78	0,00	6,97	0,00	-105,54	2.827,04	15
10/04/2017	2.827,04	89,97	0,00	6,28	0,00	-105,54	2.817,75	16
10/05/2017	2.817,75	82,99	0,00	6,92	0,00	-105,54	2.802,12	17
10/06/2017	2.802,12	85,26	0,00	6,66	0,00	-105,54	2.788,50	18
10/07/2017	2.788,50	82,09	0,00	6,86	0,00	-105,54	2.771,91	19
10/08/2017	2.771,91	84,30	0,00	6,60	0,00	-105,54	2.757,27	20
10/09/2017	2.757,27	83,84	0,00	6,77	0,00	-105,54	2.742,34	21
10/10/2017	2.742,34	80,68	0,00	6,73	0,00	-105,54	2.724,21	22
10/11/2017	2.724,21	82,14	0,00	6,48	0,00	-126,17	2.686,66	23
10/12/2017	2.686,66	76,81	0,00	6,63	0,00	-126,17	2.648,93	24
10/01/2018	2.648,93	78,20	0,00	6,30	0,00	-126,17	2.612,26	25
10/02/2018	2.612,26	77,06	0,00	6,41	0,00	-126,17	2.574,56	26
10/03/2018	2.574,56	68,55	0,00	6,32	0,00	-126,17	2.523,26	27
10/04/2018	2.523,26	74,30	0,00	5,62	0,00	-126,17	2.477,01	28
10/05/2018	2.477,01	70,52	0,00	6,11	0,00	-126,17	2.427,47	29
10/06/2018	2.427,47	71,33	0,00	6,12	0,00	-126,17	2.378,75	30
10/07/2018	2.378,75	67,57	0,00	6,21	0,00	-126,17	2.326,35	31
10/08/2018	2.326,35	68,20	0,00	5,89	0,00	-126,17	2.274,27	32
10/09/2018	2.274,27	66,58	0,00	5,94	0,00	-126,17	2.220,61	33
10/10/2018	2.220,61	62,82	0,00	5,80	0,00	-126,17	2.163,07	34
10/11/2018	2.163,07	63,13	0,00	5,50	0,00	-126,17	2.105,52	35
10/12/2018	2.105,52	59,37	0,00	5,53	0,00	-126,17	2.044,25	36
10/01/2019	2.044,25	59,45	0,00	5,21	0,00	-126,17	1.982,74	37
10/02/2019	1.982,74	57,54	0,00	5,22	0,00	-126,17	1.919,33	38
10/03/2019	1.919,33	50,20	0,00	5,07	0,00	-126,17	1.848,43	39
10/04/2019	1.848,43	53,38	0,00	4,44	0,00	-126,17	1.780,08	40
10/05/2019	1.780,08	49,61	0,00	4,74	0,00	-126,17	1.708,25	41
10/06/2019	1.708,25	49,03	0,00	4,40	0,00	-126,17	1.635,52	42
10/07/2019	1.635,52	45,27	0,00	4,39	0,00	-126,17	1.559,00	43
10/08/2019	1.559,00	44,41	0,00	4,07	0,00	-126,17	1.481,32	44
10/09/2019	1.481,32	42,00	0,00	4,00	0,00	-126,17	1.401,15	45
10/10/2019	1.401,15	38,24	0,00	3,81	0,00	-126,17	1.317,02	46
10/11/2019	1.317,02	36,91	0,00	3,48	0,00	-126,17	1.231,24	47
10/12/2019	1.231,24	33,14	0,00	3,38	0,00	-126,17	1.141,59	48
10/01/2020	1.141,59	31,47	0,00	3,06	0,00	-126,17	1.049,96	49
10/02/2020	1.049,96	28,63	0,00	2,95	0,00	-126,17	955,36	50
10/03/2020	955,36	24,04	0,00	2,73	0,00	-126,17	855,96	51
10/04/2020	855,96	22,61	0,00	2,33	0,00	-126,17	754,74	52
10/05/2020	754,74	18,85	0,00	2,24	0,00	-126,17	649,66	53
10/06/2020	649,66	16,22	0,00	1,91	0,00	-126,17	541,62	54
10/07/2020	541,62	12,45	0,00	1,72	0,00	-126,17	429,61	55

EM BRANCO



VCTO	Valor Inicial	Encargos	IOF Adicional	IOF Diário	Tarifa de Saque	Desc. Folha	Saldo Final Exibido na Fatura	Qt. descontos em folha
10/08/2020	429,61	9,40	0,00	1,40	0,00	-126,17	314,25	56
10/09/2020	314,25	5,82	0,00	1,17	0,00	-126,17	195,06	57
10/10/2020	195,06	2,06	0,00	0,87	0,00	-126,17	71,82	58
10/11/2020	71,82	0,00	0,00	0,54	0,00	-71,82	0,00	59

EM BRANCO

SOLICITAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DE SAQUE VIA **CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO**

DADOS DO TITULAR			
CPF:	Nome:	Nº Cartão/Proposta	
096.940.481-68	Ubamilda Loraiz de Aguiar	296920	
Empregador:		Matrícula:	
INSS		1282045900	
DADOS BANCÁRIOS			
Nome do Banco:	Nº do Banco	Nº Agência	Conta-Corrente
BBB Banco do Brasil S.A.	6070	6043	043121343-7

Autorizo o BANCO DAYCOVAL S/A, em caráter irrevogável e irretratável a transferir o valor abaixo indicado, referente a parte do limite de crédito do meu **Cartão Consignado Daycoval**, para a Conta Bancária da minha titularidade acima indicada.

Declaro: (a) ter recebido a Planilha Demonstrativa do Custo Efetivo Total (CET), previamente à assinatura desta autorização, com o valor estimado do saque; (b) que recebi e concordei com todas as informações e cálculos pertinentes ao CET, bem como dos fluxos considerados em seu cálculo, inclusive a taxa e percentual incidente, conforme condições vigentes na presente data; e (c) que o valor do saque será pago juntamente com as demais despesas da fatura de meu cartão de crédito ou financiado após a amortização do pagamento mínimo de minha fatura por meio de desconto em folha de pagamento.

Valor do Saque: R\$ 973,00 ()

Taxa de Juros: 3,00 % a.m. Taxa de Juros: 15,25 % a.a. IOF Diário: 0,002 % a.d. IOF Adicional: 3,0 %

Tarifa: R\$ 15,00 CET: 3,68 % a.m. CET: 69,29 % a.a.

(*) O valor do saque está condicionado ao limite de crédito disponível e/ou concedido, podendo o valor do saque ser inferior ao valor solicitado.


TERMO DE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO

Declaro, para os devidos fins de direito, estar ciente de que o pagamento da fatura do cartão de crédito deve ocorrer em valor integral, constituindo o pagamento por consignação apenas o valor mínimo da fatura. O não pagamento integral da fatura do cartão de crédito gera encargos rotativos na ordem de _____, ao mês, incidentes sobre o valor não pago. Esse percentual é inferior ao cartão de crédito convencional.

Declaro ainda ciência de que existem outras modalidades de crédito, a exemplo do empréstimo consignado, que possuem juros mensais em percentuais menores.

taquatinga, 03 maio 2018
Local e Data:

Ubamilda Loraiz de Aguiar
ASSINATURA PORTADOR TITULAR:

 ASSINATURA

EM BRANCO

Comprovante de TED



Evento: PAG0143

Código da Mensagem: PAG20180503007188598

Status: Efetuada

Valor: 973.00

Data do Movimento: 03/05/2018

ISPB IF Remetente:	62232889 - BANCO DAYCOVAL S.A.
Tipo de Pessoa Remetente:	PJ - Pessoa Jurídica
CNPJ / CPF do Remetente:	62.232.889/0001-90
Nome do Remetente:	Banco Daycoval
Nome do Favorecido:	UBANILDA DE FERRAZ DE AZEVEDO
CPF do Favorecido:	096.940.481-68
Banco Creditado:	BRB - BANCO DE BRASILIA S.A.
Agência Creditada:	00043
Conta Creditada:	43121343 - 7
Tipo de Pessoa Creditada:	PF - Pessoa Física
Data do Status:	03/05/2018
Histórico:	Lib. Telesaque Cartão Consignado

Central de Atendimento: [3004 5300 Capitais e Regiões Metropolitanas e 0800 721 5300 Demais Localidades]

Atendimento para Deficientes Auditivos/Fala: [0800 880 1919] Ouvidoria: [0800 777 0900] SAC [0800 880 4006]

EM BRANCO

Pré-Saque + Saque Complementar

VCTO	Saldo Inicial	Encargos	IOF Adicional	IOF Diário	Tarifa de Saque	Sq. Cr. Eletrônico	Telesaque	Compras	Desc. Folha	Pagto Avulso	Saldo Final Exibido na Fatura	Qt. descontos em folha baixado até a data
10/11/2015	2.740,00	55,89	10,41	4,49	15,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.825,79	0
10/12/2015	2.825,79	94,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.920,72	0
10/01/2016	2.920,72	97,73	10,74	4,85	0,00	0,00	0,00	0,00	-105,54	0,00	2.928,50	1
10/02/2016	2.928,50	98,00	0,00	7,13	0,00	0,00	0,00	0,00	-105,54	0,00	2.928,09	2
10/03/2016	2.928,09	91,67	0,02	7,15	0,00	0,00	0,00	0,00	-105,54	0,00	2.921,39	3
10/04/2016	2.921,39	95,45	0,00	6,69	0,00	0,00	0,00	0,00	-105,54	0,00	2.917,99	4
10/05/2016	2.917,99	93,58	0,00	7,13	0,00	0,00	0,00	0,00	-105,54	0,00	2.913,16	5
10/06/2016	2.913,16	92,83	0,00	6,73	0,00	0,00	0,00	0,00	-105,54	0,00	2.907,18	6
10/07/2016	2.907,18	89,64	0,33	7,05	0,00	0,00	0,00	0,00	-105,54	0,00	2.898,64	7
10/08/2016	2.898,64	92,35	0,00	6,87	0,00	0,00	0,00	0,00	-105,54	0,00	2.892,32	8
10/09/2016	2.892,32	92,14	0,00	7,09	0,00	0,00	0,00	0,00	-105,54	0,00	2.886,01	9
10/10/2016	2.886,01	88,97	0,00	7,07	0,00	0,00	0,00	0,00	-105,54	0,00	2.876,51	10
10/11/2016	2.876,51	91,62	0,00	6,81	0,00	0,00	0,00	0,00	-105,54	0,00	2.869,40	11
10/12/2016	2.869,40	88,43	0,00	7,03	0,00	0,00	0,00	0,00	-105,54	0,00	2.859,32	12
10/01/2017	2.859,32	91,04	0,00	6,78	0,00	0,00	0,00	0,00	-105,54	0,00	2.851,60	13
10/02/2017	2.851,60	90,79	0,00	6,98	0,00	0,00	0,00	0,00	-105,54	0,00	2.843,83	14
10/03/2017	2.843,83	81,78	0,00	6,97	0,00	0,00	0,00	0,00	-105,54	0,00	2.827,04	15
10/04/2017	2.827,04	89,97	0,00	6,28	0,00	0,00	0,00	0,00	-105,54	0,00	2.817,75	16
10/05/2017	2.817,75	82,99	0,00	6,92	0,00	0,00	0,00	0,00	-105,54	0,00	2.802,12	17
10/06/2017	2.802,12	85,26	0,00	6,66	0,00	0,00	0,00	0,00	-105,54	0,00	2.788,50	18
10/07/2017	2.788,50	82,09	0,00	6,86	0,00	0,00	0,00	0,00	-105,54	0,00	2.771,91	19
10/08/2017	2.771,91	84,30	0,00	6,60	0,00	0,00	0,00	0,00	-105,54	0,00	2.757,27	20
10/09/2017	2.757,27	83,84	0,00	6,77	0,00	0,00	0,00	0,00	-105,54	0,00	2.742,34	21
10/10/2017	2.742,34	80,68	0,00	6,73	0,00	0,00	0,00	0,00	-105,54	0,00	2.724,21	22
10/11/2017	2.724,21	82,14	0,00	6,48	0,00	0,00	0,00	0,00	-126,17	0,00	2.686,66	23
10/12/2017	2.686,66	76,81	0,00	6,63	0,00	0,00	0,00	0,00	-126,17	0,00	2.648,93	24
10/01/2018	2.648,93	78,20	0,00	6,30	0,00	0,00	0,00	0,00	-126,17	0,00	2.612,26	25
10/02/2018	2.612,26	77,06	0,00	6,41	0,00	0,00	0,00	0,00	-126,17	0,00	2.574,56	26
10/03/2018	2.574,56	68,55	0,00	6,32	0,00	0,00	0,00	0,00	-126,17	0,00	2.523,26	27
10/04/2018	2.523,26	74,30	0,00	5,62	0,00	0,00	0,00	0,00	-126,17	0,00	2.477,01	28

EM BRANCO



VCTO	saldo Inicial	Encargos	IOF Adicional	IOF Diário	Tarifa de Saque	Sq. Cx. Eletrônico	Telesaque	Compras	Desc. Folha	Pagto Avulso	Saldo Final Exibido na Fatura	Qt. descontos em folha baixado até a data
10/05/2018	2.477,01	70,52	0,00	6,11	0,00	0,00	0,00	0,00	-126,17	0,00	2.427,47	29
10/06/2018	2.427,47	108,30	3,69	8,82	15,00	0,00	973,00	0,00	-126,17	0,00	3.410,11	30
10/07/2018	3.410,11	98,50	0,00	5,86	0,00	0,00	0,00	0,00	-126,17	0,00	3.388,30	31
10/08/2018	3.388,30	101,12	3,73	7,34	0,00	0,00	0,00	0,00	-126,17	0,00	3.374,32	32
10/09/2018	3.374,32	100,69	0,00	8,29	0,00	0,00	0,00	0,00	-126,17	0,00	3.357,13	33
10/10/2018	3.357,13	96,92	0,00	8,25	0,00	0,00	0,00	0,00	-126,17	0,00	3.336,13	34
10/11/2018	3.336,13	99,50	0,00	7,93	0,00	0,00	0,00	0,00	-126,17	0,00	3.317,39	35
10/12/2018	3.317,39	95,73	0,00	8,48	0,00	0,00	0,00	0,00	-126,17	0,00	3.295,44	36
10/01/2019	3.295,44	98,24	0,00	8,17	0,00	0,00	0,00	0,00	-126,17	0,00	3.275,67	37
10/02/2019	3.275,67	97,62	0,00	8,39	0,00	0,00	0,00	0,00	-126,17	0,00	3.255,51	38
10/03/2019	3.255,51	87,61	0,00	8,33	0,00	0,00	0,00	0,00	-126,17	0,00	3.225,28	39
10/04/2019	3.225,28	96,06	0,00	7,47	0,00	0,00	0,00	0,00	-126,17	0,00	3.202,63	40
10/05/2019	3.202,63	92,28	0,00	8,20	0,00	0,00	0,00	0,00	-126,17	0,00	3.176,95	41
10/06/2019	3.176,95	94,56	0,00	7,88	0,00	0,00	0,00	0,00	-126,17	0,00	3.153,21	42
10/07/2019	3.153,21	90,80	0,00	8,08	0,00	0,00	0,00	0,00	-126,17	0,00	3.125,92	43
10/08/2019	3.125,92	92,98	0,00	7,76	0,00	0,00	0,00	0,00	-126,17	0,00	3.100,49	44
10/09/2019	3.100,49	92,19	0,00	7,95	0,00	0,00	0,00	0,00	-126,17	0,00	3.074,46	45
10/10/2019	3.074,46	88,44	0,00	7,89	0,00	0,00	0,00	0,00	-126,17	0,00	3.044,63	46
10/11/2019	3.044,63	90,46	0,00	7,58	0,00	0,00	0,00	0,00	-126,17	0,00	3.016,49	47
10/12/2019	3.016,49	86,70	0,00	7,75	0,00	0,00	0,00	0,00	-126,17	0,00	2.984,77	48
10/01/2020	2.984,77	88,61	0,00	7,43	0,00	0,00	0,00	0,00	-126,17	0,00	2.954,64	49
10/02/2020	2.954,64	87,67	0,00	7,59	0,00	0,00	0,00	0,00	-126,17	0,00	2.923,73	50
10/03/2020	2.923,73	81,12	0,00	7,52	0,00	0,00	0,00	0,00	-126,17	0,00	2.886,20	51
10/04/2020	2.886,20	85,55	0,00	6,96	0,00	0,00	0,00	0,00	-126,17	0,00	2.852,54	52
10/05/2020	2.852,54	81,78	0,00	7,34	0,00	0,00	0,00	0,00	-126,17	0,00	2.815,49	53
10/06/2020	2.815,49	83,36	0,00	7,02	0,00	0,00	0,00	0,00	-126,17	0,00	2.779,70	54
10/07/2020	2.779,70	79,60	0,00	7,16	0,00	0,00	0,00	0,00	-126,17	0,00	2.740,28	55
10/08/2020	2.740,28	81,03	0,00	6,84	0,00	0,00	0,00	0,00	-126,17	0,00	2.701,98	56
10/09/2020	2.701,98	79,84	0,00	6,97	0,00	0,00	0,00	0,00	-126,17	0,00	2.662,62	57
10/10/2020	2.662,62	76,08	0,00	6,88	0,00	0,00	0,00	0,00	-126,17	0,00	2.619,41	58

EM BRANCO



VCTO	saldo inicial	Encargos	IOF Adicional	IOF Diário	Tarifa de Saque	Sq. Cx. Eletrônico	Telesaque	Compras	Desc. Folha	Parto Aviso	Saldo Final Exibido na Fatura	Qt. descontos em folha baixado até a data
10/11/2020	2.619,41	77,28	0,00	6,57	0,00	0,00	0,00	0,00	-126,17	0,00	2.577,09	59
10/12/2020	2.577,09	73,52	0,00	6,67	0,00	0,00	0,00	0,00	-126,17	0,00	2.531,11	60
10/01/2021	2.531,11	74,54	0,00	6,36	0,00	0,00	0,00	0,00	-126,17	0,00	2.485,83	61
10/02/2021	2.485,83	73,14	0,00	6,45	0,00	0,00	0,00	0,00	-126,17	0,00	2.439,26	62
10/03/2021	2.439,26	64,76	0,00	6,33	0,00	0,00	0,00	0,00	-126,17	0,00	2.384,18	63
10/04/2021	2.384,18	69,99	0,00	5,63	0,00	0,00	0,00	0,00	-126,17	0,00	2.333,62	64
10/05/2021	2.333,62	66,21	0,00	6,09	0,00	0,00	0,00	0,00	-126,17	0,00	2.279,75	65
10/06/2021	2.279,75	66,75	0,00	5,77	0,00	0,00	0,00	0,00	-126,17	0,00	2.226,10	66
10/07/2021	2.226,10	62,99	0,00	5,81	0,00	0,00	0,00	0,00	-126,17	0,00	2.168,73	67
10/08/2021	2.168,73	63,31	0,00	5,50	0,00	0,00	0,00	0,00	-126,17	0,00	2.111,37	68
10/09/2021	2.111,37	61,53	0,00	5,53	0,00	0,00	0,00	0,00	-126,17	0,00	2.052,26	69
10/10/2021	2.052,26	57,77	0,00	5,40	0,00	0,00	0,00	0,00	-126,17	0,00	1.989,26	70
10/11/2021	1.989,26	57,75	0,00	5,09	0,00	0,00	0,00	0,00	-126,17	0,00	1.925,92	71
10/12/2021	1.925,92	53,98	0,00	5,10	0,00	0,00	0,00	0,00	-126,17	0,00	1.858,83	72
10/01/2022	1.858,83	53,70	0,00	4,76	0,00	0,00	0,00	0,00	-126,17	0,00	1.791,12	73
10/02/2022	1.791,12	51,60	0,00	4,76	0,00	0,00	0,00	0,00	-126,17	0,00	1.721,31	74
10/03/2022	1.721,31	44,65	0,00	4,58	0,00	0,00	0,00	0,00	-126,17	0,00	1.644,37	75
10/04/2022	1.644,37	47,05	0,00	3,99	0,00	0,00	0,00	0,00	-126,17	0,00	1.569,24	76
10/05/2022	1.569,24	43,28	0,00	4,22	0,00	0,00	0,00	0,00	-126,17	0,00	1.490,57	77
10/06/2022	1.490,57	42,29	0,00	3,89	0,00	0,00	0,00	0,00	-126,17	0,00	1.410,59	78
10/07/2022	1.410,59	38,52	0,00	3,84	0,00	0,00	0,00	0,00	-126,17	0,00	1.326,77	79
10/08/2022	1.326,77	37,21	0,00	3,51	0,00	0,00	0,00	0,00	-126,17	0,00	1.241,32	80
10/09/2022	1.241,32	34,56	0,00	3,41	0,00	0,00	0,00	0,00	-126,17	0,00	1.153,13	81
10/10/2022	1.153,13	30,80	0,00	3,19	0,00	0,00	0,00	0,00	-126,17	0,00	1.060,95	82
10/11/2022	1.060,95	28,97	0,00	2,88	0,00	0,00	0,00	0,00	-126,17	0,00	966,63	83
10/12/2022	966,63	25,20	0,00	2,74	0,00	0,00	0,00	0,00	-126,17	0,00	868,40	84
10/01/2023	868,40	23,00	0,00	2,43	0,00	0,00	0,00	0,00	-126,17	0,00	767,66	85
10/02/2023	767,66	19,88	0,00	2,27	0,00	0,00	0,00	0,00	-126,17	0,00	663,65	86
10/03/2023	663,65	15,04	0,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-126,17	0,00	554,52	87
10/04/2023	554,52	13,27	0,00	1,58	0,00	0,00	0,00	0,00	-126,17	0,00	443,20	88

EM BRANCO



VCTO	saldo inicial	Encargos	IOF Adicional	IOF Diário	Tarifa de Saque	Sq. Cr. Eletrônico	Teletaque	Compras	Desc. Folha	Pagto Avulso	Saldo Final Exibido na Fatura	Qt. descontos em folha baixado até a data
10/05/2023	443,20	9,50	0,00	1,48	0,00	0,00	0,00	0,00	-126,17	0,00	328,01	89
10/06/2023	328,01	6,25	0,00	1,16	0,00	0,00	0,00	0,00	-126,17	0,00	209,25	90
10/07/2023	209,25	2,48	0,00	0,90	0,00	0,00	0,00	0,00	-126,17	0,00	86,46	91
10/08/2023	86,46	0,00	0,00	0,59	0,00	0,00	0,00	0,00	-86,46	0,00	0,00	92

EM BRANCO

Central de Atendimento: 3004 5300 (Capitais e Regiões Metropolitanas) / 0800 721 5300 (Demais Localidades)

Valor Total Devedor
R\$ 3.357,13

Pagamento Mínimo
Previsto para Desc. em Folha
R\$ 126,17

Atenção: verifique se houve o desc. na sua folha de pagamento, caso contrário utilize o boleto abaixo para pagamento.

Saldo Devedor
Após Pagamento Mínimo
R\$ 3.230,96

Vencimento
10/09/2018

Lançamentos do Período

LIMITES	
Compras	R\$ 3.400,00
Saque/Telebique	R\$ 3.400,00

RESUMO	
Saldo da Fatura Anterior	R\$ 3.374,32
(-) Pagamentos/Créditos	R\$ 126,17
(+) Despesas/Débitos	R\$ 108,98
(=) Saldo Total Devedor	R\$ 3.357,13

OPERAÇÕES CONTRATADAS	
Rotativo	R\$ 3.240,15
Saque/Telebique	R\$ 0,00
Parcelamento emissor	R\$ 0,00

ENCARGOS	
Rotativo	R\$ 100,89
Saque/Telebique	R\$ 0,00
Parcelamento emissor	R\$ 0,00
Total de Encargos	R\$ 100,89

TAXAS DE JUROS	Período (%)	Próx. Per. (%)
Rotativo	3,00	3,00
Saque/Telebique	3,00	3,00
Parcelamento emissor	3,00	3,00

CET (Custo Efetivo Total)	Ano mês (%)	Ano unit. (%)
Rotativo	3,08	54,24
Saque/Telebique	39,14	5185,21
Parcelamento emissor	0,00	0,00

Encargos para o próximo período caso saque (R\$) o mínimo até o vencimento	R\$ 99,92
Compras Parceladas - Próximas Faturas	R\$ 0,00
Cotação do Dólar	R\$ 4,2265
Previsto fechamento próxima fatura	20/09/2018

Observações:
N.D. - SERVIÇO NÃO DISPONÍVEL

Data	Descrição	Valor US\$	Valor R\$
	UBANILDA F DE AZEVE - Cartão Final: 9811		8,20
07/08/2018	30F DIARIO ROTATIVO		-126,17
10/08/2018	PAGAMENTO DESCONTO EM FOLHA		100,89
21/08/2018	ENCARGOS DE FINANCIAMENTO		



Bradesco [237-2] 23792.37411 99701.002307 89006.332103 7 00000000000000
Pagador: UBANILDA DE FERRAZ DE AZEVEDO - 096 940.481-68
QR 507 CONJUNTO 7 000004 SAMAMBAIA SUL SAMAM
72313-107 BRASILIA DF
Beneficiário: Banco Daycoval S/A - 62232889/0001-90
Av. Paulista, 1793 - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP 01311200
Autenticação:

Nosso Número: 18/97010023089-6
Nro. Documento: 0
Vencimento: 10/09/2018
Valor do Documento: R\$ 3.357,13
Valor Pago:
Agência/Cod. Beneficiário: 2374-4/000000063321-4

Bradesco 237-2 23792.37411 99701.002307 89006.332103 7 00000000000000

Local de pagamento					Vencimento	
Pagável em qualquer banco até o vencimento					10/09/2018	
Beneficiário					Agência / Código Beneficiário	
Banco Daycoval S/A Av. Paulista, 1793 CEP 01311200 - Bela Vista - São Paulo/SP - 62232889/0001-90					2374-4/000000063321-6	
Data do Documento					Nosso Número	
22/08/2018					18/97010023089-6	
Nº do documento					(-) Valor documento	
0					3.357,13	
Espécie do doc.					(-) Pagamento Mínimo (Desc. Folha)	
RECIBO					126,17	
N					(-) Saldo Devedor (após mínimo)	
Data processam.					3.230,96	
22/08/2018					(-) Descontos / Deduções	
Quantidade					(-) Outras Acreditações	
Valor					(-) Valor Cobrado	
Uso do Banco					096 940.481-68	
CNP						
Carteira						
19						
Moeda						
R\$						

Instruções
O "Pagamento Mínimo previsto para Desconto em Folha" é suficiente para deixar seu cartão em dia. Se o desconto ocorrer regularmente, você pode escolher o valor que deseja pagar, basta preenchê-lo no "Valor Cobrado" ao lado. Os encargos decorrentes de pagamentos parciais ou após o vencimento serão incluídos na próxima fatura.

Pagador: UBANILDA DE FERRAZ DE AZEVEDO
QR 507 CONJUNTO 7 000004 SAMAMBAIA SUL SAMAM
72313-107 BRASILIA DF

Sacador / Avalista



Autenticação mecânica - Ficha de compensação

EM BRANCO

CONDIÇÕES GERAIS DE EMISSÃO E UTILIZAÇÃO DO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO DO BANCO DAYCOVAL PARA TRABALHADORES DE EMPRESAS PRIVADAS, SERVIDORES PÚBLICOS ATIVOS E INATIVOS E/OU APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO INSS



Pelo presente contrato, de um lado, o BANCO DAYCOVAL S/A, com sede em São Paulo/SP, na Av. Paulista nº 1.793, inscrito no CNPJ sob nº 62.232.889/0001-90, doravante denominado ("DAYCOVAL"), emissor do CARTÃO, e de outro lado, o titular do CARTÃO, pessoa física que o solicitou previamente, responsável pelas obrigações estabelecidas neste contrato e que mantém vínculo jurídico com a entidade CONVENIADA, doravante denominado ("TITULAR") nomeado e qualificado em Termo de Adesão vinculado a este contrato, e que por sua vez aderiu ao SISTEMA ajustam entre si o presente contrato, obrigando-se mutuamente a cumprir e respeitar o quanto segue:

Importante: leia este contrato com atenção.

O TITULAR deverá ler este contrato atentamente, pois, ao preencher e assinar o Termo de Adesão ou, ao aceitar, desbloquear ou utilizar o CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO DAYCOVAL, o que ocorrer primeiro, (inclusive o CARTÃO de reposição ou substituição emitido em seu nome), estará concordando com os termos e condições deste Contrato e seus aditamentos vigentes ao tempo da utilização.

CLÁUSULA 1ª – DEFINIÇÕES: Para a interpretação e entendimento do presente instrumento, as expressões abaixo, quando utilizadas no plural ou no singular, tem os seguintes significados:

ADICIONAL: pessoa física indicada pelo TITULAR para receber e utilizar um CARTÃO vinculado ao seu CARTÃO.

BANDEIRA: significa empresa que autoriza o uso de sua marca e de sua tecnologia, proprietária dos sistemas que permitem a emissão do CARTÃO e utilização nos ESTABELECIMENTOS;

CARTÃO: cartão de crédito emitido pelo DAYCOVAL, destinado ao TITULAR e seu ADICIONAL, quando permitido pela legislação regulamentadora e/ou convênios, para utilização como meio de pagamento eletrônico para aquisição de bens e/ou serviços em ESTABELECIMENTOS.

CENTRAL DE ATENDIMENTO: central de atendimento telefônico do DAYCOVAL, disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, inclusive feriados, por meio da qual o TITULAR, mediante confirmação de dados, poderá: (i) obter informações sobre o CARTÃO (uso, desbloqueio, limites de crédito, etc.) e dos lançamentos na FATURA, especialmente saldos, taxas e/ou encargos financeiros; (ii) comunicar mudanças de endereço e outras ocorrências de seu interesse; (iii) comunicar o roubo, furto, perda ou extravio do CARTÃO; e (iv) realizar as TRANSAÇÕES disponíveis exclusivamente por meio da CENTRAL DE ATENDIMENTO.

COMPROVANTE DE VENDA: documento emitido pelo

ESTABELECIMENTO comprobatório da TRANSAÇÃO realizada.

CONVENIADA: entidades e pessoas jurídicas públicas ou privadas em geral; Órgãos, autarquias, entidades, fundações da Administração Pública Direta e Indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; Sindicatos; Associações; Entidades Previdenciárias Municipais, Estaduais e Federais, assim como quaisquer outras pessoas e/ou entidades com as quais o DAYCOVAL mantenha convênio para oferta do CARTÃO com desconto na REMUNERAÇÃO e que seja empregador ou pagador de benefício previdenciário ao TITULAR.

ENCARGOS DE SAQUE: são os juros, tributos, despesas e encargos financeiros que o TITULAR pagará ao DAYCOVAL na realização de SAQUE, inclusive por meio de Telesaque e/ou transferência de recursos. Os ENCARGOS DE SAQUE do período e o percentual máximo que incidirá no mês seguinte serão informados na FATURA, de forma a possibilitar que o TITULAR saiba, previamente à contratação da operação, os ônus financeiros que assumirá. O PORTADOR poderá obter este percentual através da CENTRAL DE ATENDIMENTO.

ENCARGOS MORATÓRIOS: significam os juros remuneratórios indicados na FATURA, acrescido dos juros moratórios e multa conforme definido neste contrato.

ESTABELECIMENTO: significa o fornecedor de bens e/ou serviços que aceitam o CARTÃO como forma de pagamento.

FATURA: documento mensal emitido pelo DAYCOVAL ao TITULAR, enviado por correio e/ou disponibilizada por meios eletrônicos, as despesas decorrentes das TRANSAÇÕES realizadas e já processadas, valores e datas, identificação do ESTABELECIMENTO, montantes totais e mínimos a pagar, débitos anteriores em aberto, o valor dos encargos contratuais, inclusive os de mora, quando houver, percentual máximo de encargos para o próximo período, limite de crédito total, data de vencimento, taxas praticadas, anuidades, tarifas, IOF e seguros, o valor pago no mês anterior e o saldo anterior quando devido, bem como eventuais créditos, local e instruções para pagamento e o Custo Efetivo Total (CET) tudo em conformidade com o disposto neste Contrato e na legislação vigente, bem como os avisos ou comunicados relacionados a este Contrato ou de relevância para o TITULAR, entre outras informações.

PAGAMENTO MÍNIMO: valor constante no campo "Pagamento Mínimo" na FATURA, que será consignado junto à CONVENIADA na REMUNERAÇÃO do TITULAR e repassado ao DAYCOVAL para amortização do saldo devedor da FATURA.

PORTADOR: significa o usuário do CARTÃO, TITULAR

EM BRANCO

e/ou seu ADICIONAL.



REMUNERAÇÃO: salário, benefício, verbas trabalhistas (inclusive indenizatórias) que o TITULAR receba da CONVENIADA e que será objeto de consignação nos termos previstos neste contrato.

SALDO DEVEDOR REMANESCENTE: resultado do "Saldo Devedor" indicado na FATURA, após a subtração do valor efetivamente pago, seja por consignação do PAGAMENTO MÍNIMO e/ou pelo pagamento da ficha de compensação que acompanha a FATURA, sempre que não houver o pagamento total dos valores da FATURA.

SAQUE: é um serviço facultativo atrelado ao CARTÃO que estará disponível, desde que permitido pela legislação regulamentadora e/ou convênios firmados entre o DAYCOVAL e a CONVENIADA, sujeito a cobrança dos ENCARGOS DE SAQUE. O SAQUE permite a retirada de dinheiro em espécie em caixas eletrônicos conveniados à BANDEIRA, incluindo as transferências de recursos solicitadas através da Central de Atendimento do CARTÃO ou por meio dos canais de relacionamento disponibilizados pelo DAYCOVAL, inclusive correspondentes bancários autorizados no país e por outros meios eletrônicos disponibilizados pelo DAYCOVAL, e resulta na imediata contratação de financiamento com o DAYCOVAL.

SENHA: sequência de números que representa assinatura eletrônica do PORTADOR na realização de qualquer TRANSAÇÃO, sendo esta pessoal, intransferível e sigilosa.

SISTEMA: significa o conjunto de pessoas (DAYCOVAL, Processadora, CREDENCIADORA, BANDEIRA, TITULAR, ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS, ETC), procedimentos, contratos, normas e tecnologia operacional, necessários à prestação de serviços de administração dos CARTÕES;

TERMO DE ADESÃO: significa o documento vinculado a este contrato, assinado pelo PORTADOR, com a indicação da data de vencimento da FATURA e manifestação de concordância com os termos e condições do presente contrato.

TITULAR: pessoa física que solicitou o CARTÃO, que mantém vínculo jurídico com a CONVENIADA.

TRANSAÇÃO: toda e qualquer compra, saque ou outra operação realizada com o CARTÃO, desde que permitido pela legislação regulamentadora e/ou convênios firmados entre o DAYCOVAL e a CONVENIADA, ou prestação de serviço que gere uma movimentação financeira efetuada com o CARTÃO.

CLÁUSULA 2ª - DO CARTÃO

2.1. O CARTÃO é destinado ao TITULAR, vinculado à CONVENIADA, que tenha o seu crédito previamente aprovado pelo DAYCOVAL e atenda as condições previstas no convênio celebrado entre a CONVENIADA e o DAYCOVAL.

CLÁUSULA 3ª - FORMAS DE ADESÃO

3.1. A adesão do TITULAR a este contrato ocorrerá a partir do primeiro de qualquer um dos seguintes eventos: (i) assinatura física ou eletrônica, ou aceite verbal com gravação

de voz do TERMO DE ADESÃO, sendo que esta última não será aplicada caso haja vedação expressa nas legislações regulamentadoras da CONVENIADA; (ii) desbloqueio do CARTÃO na CENTRAL DE ATENDIMENTO; (iii) assinatura do recibo de entrega do CARTÃO; (iv) utilização do CARTÃO para TRANSAÇÕES junto aos ESTABELECIMENTOS; ou (v) pagamento da FATURA do CARTÃO.

CLÁUSULA 4ª - CARACTERÍSTICAS DO CARTÃO DAYCOVAL

4.1. O CARTÃO será emitido exclusivamente com função de crédito, de utilização nacional e/ou internacional quando habilitada esta funcionalidade, de emissão do DAYCOVAL.

4.2. O CARTÃO contém no mínimo o nome do PORTADOR, número composto por 16 (dezesseis) algarismos, data de validade, logomarca do DAYCOVAL e da BANDEIRA.

4.3. O CARTÃO é de uso pessoal e intransferível e se destina à aquisição de bens e/ou serviços nos ESTABELECIMENTOS e/ou realização de saques dentro dos limites e do prazo de validade do CARTÃO.

4.4. O CARTÃO será entregue ao PORTADOR bloqueado para qualquer utilização.

CLÁUSULA 5ª - USO DO CARTÃO

5.1 O PORTADOR é responsável pela correta e adequada utilização do CARTÃO e deverá ser devolvido, ao DAYCOVAL, quando solicitado.

5.2 Obrigações especiais do PORTADOR: (a) ler atentamente as instruções e o contrato enviado juntamente com seu CARTÃO; (b) ter plena ciência e concordar com os termos deste contrato, antes de assinar o TERMO DE ADESÃO; (c) conferir os dados do CARTÃO e assinar no local indicado, no ato de seu recebimento; (d) manter o CARTÃO em boa guarda, conservando-o em segurança, na qualidade de depositário; (e) assumir total responsabilidade pelo uso de sua SENHA individual, confidencial e privativa; (f) manter o DAYCOVAL informado sobre alterações de endereço e demais dados cadastrais; (g) não usar CARTÃO vencido, cancelado, bloqueado ou cujo uso esteja suspenso, sem prejuízo da obrigação de liquidar o débito existente e restitui-lo, quando for o caso; (h) não exceder o LIMITE DE CRÉDITO que lhe foi atribuído; (i) consultar seu saldo devedor por telefone ou sistema eletrônico, caso não receba a FATURA com antecedência de 02 (dois) dias de seu vencimento; (j) pagar as importâncias, até a data de vencimento, através da FATURA ou por outros meios admitidos pelo DAYCOVAL, ainda que não esteja de posse ou não tenha recebido a FATURA em tempo hábil; (k) usar o CARTÃO unicamente para efetuar TRANSAÇÕES, sendo vedado seu uso para o pagamento de dívida de jogos de azar, bem como para qualquer outra finalidade vedada em lei ou que configure crime e/ou contravenção penal; e (l) após o recebimento do CARTÃO, efetuar o seu desbloqueio antes da 1ª utilização.

5.3. O CARTÃO será apresentado aos ESTABELECIMENTOS pelo PORTADOR, que assinará os

EM BRANCO

COMPROVANTES DE VENDA ou digitará a SENHA para efetuar as TRANSAÇÕES.

5.3.1. O PORTADOR poderá utilizar o CARTÃO como meio de pagamento para aquisição de bens e/ou serviços, para PAGAMENTO DE CONTAS e SAQUES, conforme permitido por lei, observado o LIMITE DE CRÉDITO constante da FATURA e que esteja efetivamente disponível na data da TRANSAÇÃO.

5.3.2 As TRANSAÇÕES com o CARTÃO estão sujeitas à prévia aprovação do DAYCOVAL, a qual será solicitada pelo ESTABELECIMENTO, podendo o DAYCOVAL negar autorização para determinadas TRANSAÇÕES e/ou bloquear ou cancelar o CARTÃO, de acordo com a política de risco e de crédito do DAYCOVAL, caso tenha sido excedido o LIMITE DE CRÉDITO, ou nas demais hipóteses previstas neste contrato.

5.4. Caberá ao PORTADOR verificar a veracidade dos dados lançados no COMPROVANTE DE VENDA pelo ESTABELECIMENTO, sendo certo que a assinatura desse documento e/ou digitação da SENHA e/ou fornecimento dos dados do CARTÃO em TRANSAÇÕES de assinatura em arquivo caracteriza sua inequívoca manifestação de vontade e concordância com as TRANSAÇÕES realizadas, obrigando o TITULAR pelo pagamento das TRANSAÇÕES e por todos os encargos e responsabilidades delas decorrentes.

5.5. O PORTADOR poderá adquirir bens e serviços nos ESTABELECIMENTOS, sem apresentação do CARTÃO, através do telefone, internet ou pedidos de compras divulgados via marketing direto.

5.5.1. O PORTADOR tem ciência de que o uso da Internet e/ou canais de televendas para efetuar TRANSAÇÕES com o CARTÃO implica em riscos e que o DAYCOVAL não se responsabiliza pela qualidade, legitimidade e autenticidade dos serviços e/ou produtos adquiridos por estes canais, bem como pela reputação e idoneidade dos respectivos ESTABELECIMENTOS.

5.5.2. O PORTADOR obriga-se a utilizar computadores com antivírus, firewall e demais recursos de segurança compatíveis com o uso da Internet para TRANSAÇÕES seguras com o CARTÃO.

5.6. **Saques:** Os SAQUES e os telesaques com o CARTÃO de crédito são concedidos sob forma de financiamento e sujeitos a cobrança de ENCARGOS DE SAQUE que serão calculados *pro rata die* a partir da data do SAQUE e/ou telesaque, até data de pagamento da FATURA, conforme valores e limites previamente definidos na FATURA.

5.6.1. O PORTADOR poderá solicitar o SAQUE no ato da contratação do CARTÃO, desde que haja LIMITE DE CRÉDITO disponível (pré-saque).

5.6.2. Após recomposição do LIMITE DE CRÉDITO, o PORTADOR, poderá realizar novos SAQUES (saques complementares).

5.7. O DAYCOVAL não se responsabiliza por eventual restrição imposta pelos ESTABELECIMENTOS ao uso do CARTÃO, nem pelo preço, qualidade e quantidade dos bens adquiridos ou serviços prestados, cabendo ao TITULAR pagar ao DAYCOVAL a despesa correspondente e resolver

qualquer pendência diretamente com o ESTABELECIMENTO.

5.8. O PORTADOR deverá deixar de utilizar o CARTÃO imediatamente caso o TITULAR tenha, por qualquer motivo e a qualquer tempo, suspenso ou rescindido seu vínculo junto à CONVENIADA.

5.9. Na hipótese de desistência da TRANSAÇÃO entre o PORTADOR e o ESTABELECIMENTO, esta somente poderá ser estornada da FATURA mediante apresentação, ao DAYCOVAL de carta de cancelamento emitida pelo ESTABELECIMENTO contendo, no mínimo, a razão social e número de CNPJ, data e valor da TRANSAÇÃO; número do CARTÃO e nome do PORTADOR.

5.10. É vedado ao PORTADOR utilizar o CARTÃO bem como fornecer sua numeração, senha ou código que o identifiquem como usuário de serviços do SISTEMA, para acessar jogos via internet, ou mesmo cassinos, conforme legislação pertinente à matéria, tornando-se o TITULAR o único responsável por qualquer consequência que provier da utilização do CARTÃO por terceiros, não cabendo ao DAYCOVAL qualquer responsabilidade por eventuais prejuízos que possam ocorrer, devendo o TITULAR arcar com todos os ônus decorrentes, inclusive os que forem causados ao próprio DAYCOVAL, pelo uso indevido do CARTÃO.

5.11. **Comunicação de Perda ou Roubo do CARTÃO:** O PORTADOR deverá comunicar imediatamente à CENTRAL DE ATENDIMENTO do DAYCOVAL a perda, extravio, roubo, fraude ou furto do CARTÃO ou suspeita de que o mesmo esteja sendo utilizado por terceiros a qual informará ao PORTADOR o código de cancelamento do CARTÃO.

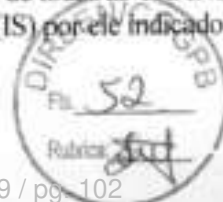
5.11.1. Até o comunicado de que trata a Cláusula 5.11 o TITULAR é civilmente responsável pelo uso do CARTÃO e das correspondentes TRANSAÇÕES, exonerando-se apenas após o comunicado.

5.11.2. Mediante solicitação do DAYCOVAL, o PORTADOR deverá ratificar a comunicação de que trata a Cláusula 5.11, por escrito e acompanhada de um Boletim de Ocorrência Policial.

5.12. **Pagamento de Contas:** Se esta funcionalidade estiver disponível para o CARTÃO, o PORTADOR poderá utilizá-la para pagar boletos e fichas de compensação mediante pagamento de tarifa ao DAYCOVAL.

5.12.1. O PAGAMENTO DE CONTAS deverá ser utilizado apenas para contas de natureza pessoal, não podendo ser utilizado para contas de terceiros ou de pessoas jurídicas. **Fica certo e ajustado que este serviço não poderá ser utilizado para pagamento de FATURAS do CARTÃO do PORTADOR e/ou de outros cartões emitidos pelas empresas pertencentes ao conglomerado do DAYCOVAL.**

5.13. O TITULAR tem ciência e expressamente concorda, de forma irrevogável e irretratável, que é o único responsável pela utilização e pelo pagamento de todas as TRANSAÇÕES realizadas pelo(s) ADICIONAL(IS) por ele indicado(s).



EM BRANCO

5.13.1. O LIMITE DE CRÉDITO é compartilhado com o TITULAR e o ADICIONAL.

5.13.2. A emissão do CARTÃO ADICIONAL está sujeita à análise e aprovação do DAYCOVAL.

CLÁUSULA 6ª - LIMITE DE CRÉDITO

6.1. O LIMITE DE CRÉDITO atribuído pelo DAYCOVAL para o CARTÃO será definido com base na margem consignável disponível do TITULAR junto à CONVENIADA e comunicado ao TITULAR na entrega da FATURA e/ou desbloqueio do CARTÃO e/ou através da CENTRAL DE ATENDIMENTO, e suas alterações serão comunicadas através da FATURA.

6.2. O LIMITE DE CRÉDITO tem validade de 30 (trinta) dias, contados da data de sua emissão e será informado mensalmente na FATURA, ficando facultado ao DAYCOVAL reduzir ou aumentar, a seu exclusivo critério, de acordo com a sua política de crédito e/ou aumento ou redução de margem consignável, mediante comunicação na FATURA, sendo que eventual discordância poderá ensejar o bloqueio ou suspensão do CARTÃO.

6.2.1. Considerando que o LIMITE DE CRÉDITO é concedido pelo DAYCOVAL com base na margem consignável disponível no momento da adesão ao CARTÃO, o DAYCOVAL, na hipótese de redução da margem consignável, poderá, consequentemente, reduzir o LIMITE DE CRÉDITO, independentemente de aviso prévio ao TITULAR.

6.2.2. O uso do CARTÃO após a comunicação de alteração do LIMITE DE CRÉDITO será considerado expressa concordância do TITULAR com o novo LIMITE DE CRÉDITO.

6.3. O TITULAR poderá, sempre que necessário, confirmar o seu LIMITE DE CRÉDITO disponível por meio de consulta à CENTRAL DE ATENDIMENTO do DAYCOVAL.

6.4. Os valores das TRANSAÇÕES realizadas comprometem o LIMITE DE CRÉDITO do CARTÃO. Este limite será restabelecido no prazo mínimo de 72 (setenta e duas) horas após o efetivo pagamento da FATURA e no mesmo valor pago. Da mesma forma, o LIMITE DE CRÉDITO nas compras parceladas será restabelecido no valor de cada parcela quitada.

CLÁUSULA 7ª - COMPRAS PARCELADAS

7.1. O PORTADOR poderá, dentro do LIMITE DE CRÉDITO previamente fixado, efetuar TRANSAÇÕES na modalidade parcelada. Nas compras parceladas, o valor total da TRANSAÇÃO comprometerá o LIMITE DE CRÉDITO:

(a) **Parcelado Emissor:** se disponível para o CARTÃO, o PORTADOR poderá efetuar compras parceladas pelo Emissor, com acréscimo de juros remuneratórios, IOF e demais encargos. O PORTADOR deverá consultar previamente a CENTRAL DE ATENDIMENTO ou a FATURA sobre as taxas de juros e demais condições aplicáveis.

(b) **Parcelado ESTABELECIMENTO** (se disponível à época da compra pelo ESTABELECIMENTO): o PORTADOR poderá efetuar compras parceladas pelo ESTABELECIMENTO, sem a cobrança de juros. As

condições de parcelamento nessa modalidade devem ser consultadas diretamente com o ESTABELECIMENTO.

7.2. **Vencimento Antecipado das Parcelas:** O atraso no pagamento de qualquer parcela acarretará o vencimento antecipado das demais, reservando-se ao DAYCOVAL o direito de cobrar, a qualquer momento e de uma só vez, o valor total do débito.

CLÁUSULA 8ª - TARIFAS

8.1. As tarifas e/ou anuidade, serão cobradas de acordo com os termos da legislação regulamentadora e/ou convênio celebrado entre o DAYCOVAL e a CONVENIADA.

8.2. Os valores das tarifas poderão ser alterados pelo DAYCOVAL, de tempos em tempos, observadas as normas editadas pelo Banco Central do Brasil, hipótese em que, o TITULAR será comunicado através da FATURA e/ou na tabela de tarifas do DAYCOVAL, no Site DAYCOVAL e na CENTRAL DE ATENDIMENTO.

8.3. O TITULAR pagará ao DAYCOVAL, conforme Tabela de Tarifas disponível nas agências do DAYCOVAL, no SITE e na CENTRAL DE ATENDIMENTO, em vigor na data da prestação dos serviços, as seguintes tarifas:

- (i) tarifa pela emissão do CARTÃO;
- (ii) tarifa pela emissão de 2ª via do CARTÃO, restrito a casos de pedidos de reposição formulados pelo TITULAR e/ou ADICIONAL, decorrente de perda, roubo, furto, danificação e outros motivos não imputáveis à instituição emitente;
- (iii) tarifa de fornecimento emergencial de 2ª via do CARTÃO, solicitada pelo TITULAR e/ou pelo ADICIONAL, desde que não vedada pela legislação regulamentadora e/ou convênio celebrado entre o DAYCOVAL e a CONVENIADA;
- (iv) tarifa de PAGAMENTO DE CONTAS;
- (v) tarifa de utilização de canais de atendimento para SAQUES, desde que a funcionalidade esteja habilitada e/ou que não haja vedação na legislação regulamentadora e/ou convênio celebrado entre o DAYCOVAL e a CONVENIADA;
- (vi) tarifa por avaliação emergencial de crédito, devidamente solicitada pelo TITULAR, desde que não haja vedação na legislação regulamentadora e/ou convênio celebrado entre o DAYCOVAL e a CONVENIADAS; e
- (vii) outras tarifas não vedadas e que não contrariem regulamentação em vigor e os termos do convênio celebrado entre o DAYCOVAL e a CONVENIADA.

CLÁUSULA 9ª - PAGAMENTO DA FATURA

9.1. Mensalmente o DAYCOVAL disponibilizará a FATURA ao TITULAR para conferência das TRANSAÇÕES efetuadas no período, do saldo devedor e do valor a ser consignado. A data de vencimento da FATURA será a data de pagamento da REMUNERAÇÃO do TITULAR, ou na data em que é realizado o repasse do valor consignado na REMUNERAÇÃO do TITULAR pela CONVENIADA, conforme condições estabelecidas pelo respectivo Convênio.

9.2. O DAYCOVAL, de acordo com as normas vigentes, aceitará, para fins de adimplência, o pagamento do valor mínimo indicado na FATURA que será consignado na

EM BRANCO

REMUNERAÇÃO do TITULAR junto à CONVENIADA, podendo o SALDO DEVEDOR REMANESCENTE não quitado ser financiado pelo DAYCOVAL, nos termos da cláusula 10ª adiante, caso não haja o pagamento da FATURA, nos termos da cláusula 9.4.

9.2.1. O PAGAMENTO MÍNIMO não tem valor fixo, sendo variável conforme a utilização do cartão, combinada com a MARGEM CONSIGNÁVEL disponível.

9.3. Caso não seja possível a averbação do PAGAMENTO MÍNIMO da FATURA na REMUNERAÇÃO do TITULAR, este deverá providenciar o pagamento e, em caso de desconto parcial, o TITULAR deverá pagar a diferença entre o valor descontado de sua REMUNERAÇÃO e do PAGAMENTO MÍNIMO, através da ficha de compensação enviada com a FATURA, sob pena de incidência dos encargos moratórios, bloqueio/suspensão do CARTÃO.

9.4. Se o valor consignado na REMUNERAÇÃO do TITULAR for inferior ao valor total da FATURA, o TITULAR poderá efetuar o pagamento do SALDO DEVEDOR REMANESCENTE da FATURA, utilizando a ficha de compensação disponibilizada com a FATURA, na rede bancária.

9.5. Sobre o saldo devedor da FATURA (não consignado na REMUNERAÇÃO do TITULAR e não pago em sua integralidade pelo TITULAR) incidirão os encargos moratórios previstos neste instrumento, contados a partir da data do vencimento da FATURA até a data da sua efetiva quitação.

9.6. O não recebimento da FATURA pelo TITULAR não exclui a obrigação de pagamento até a sua data de vencimento, sendo que, caso a FATURA não seja recebida em até 02 (dois) dias úteis antes do vencimento, o TITULAR deverá entrar em contato com a CENTRAL DE ATENDIMENTO para obter o valor do saldo devedor e instruções de pagamento da FATURA ou através dos meios eletrônicos disponibilizados pelo DAYCOVAL.

9.7. O DAYCOVAL poderá receber pagamentos em atraso, pagamentos parciais ou outros tipos de pagamentos, a crédito de valores então devidos ou de um acordo de pagamentos. A aceitação desses pagamentos pelo DAYCOVAL não implica renúncia a direitos ou alteração deste contrato.

9.8. Ocorrendo inadimplência e/ou a impossibilidade do desconto em folha de pagamento do valor mínimo estipulado na FATURA, o DAYCOVAL está autorizado, em caráter irrevogável e irretratável por prazo indeterminado a debitar o valor devido na conta corrente do TITULAR descrita no Termo de Adesão e/ou em outra conta corrente de sua titularidade no Brasil, especialmente a conta que venha a ser disponibilizada por seu empregador.

CLÁUSULA 10ª - FINANCIAMENTO DO SALDO DEVEDOR

10.1. O TITULAR está ciente de que se deixar de pagar o valor integral do saldo devedor da FATURA, até a data de vencimento, estará optando por financiar este saldo remanescente com a incidência dos juros de financiamento e encargos indicados na FATURA. O valor do financiamento corresponderá à diferença entre o saldo devedor indicado na

FATURA e o valor consignado e/ou pago diretamente pelo TITULAR.

10.2. Ao ser exercida a opção de financiamento referida no item 10.1., o DAYCOVAL abrirá um crédito ao TITULAR, na modalidade de crédito rotativo ou em outra modalidade de crédito oferecida pelo DAYCOVAL, cujo valor não poderá exceder ao SALDO DEVEDOR REMANESCENTE.

10.3. O CET – Custo Efetivo Total das operações de crédito passíveis de contratação pelo PORTADOR com o CARTÃO será indicado na própria FATURA, na forma de percentual mensal e anual.

10.3.1. O cálculo do CET será composto por todos os juros, tributos, tarifas e outras despesas devidas, nos termos deste contrato, considerando o valor do LIMITE DE CRÉDITO, menos o valor do PAGAMENTO MÍNIMO de cada mês, de acordo com a regulamentação em vigor.

10.4. O saldo devedor financiado será computado pelo DAYCOVAL como utilização do LIMITE DE CRÉDITO, que será recomposto proporcionalmente à quitação das FATURAS.

CLÁUSULA 11ª – CARTÕES DE USO INTERNACIONAL

11.1. O DAYCOVAL poderá, e desde que permitido pela legislação regulamentadora e/ou convênio firmado com a CONVENIADA, disponibilizar a funcionalidade do CARTÃO para uso internacional, o qual estará identificado com a expressão “internacional” no plástico.

11.2. Para possibilitar a apuração dos valores devidos, o valor das Transações e/ou Saques efetuados com o Cartão fora do território brasileiro será convertido para a moeda corrente nacional mediante a aplicação da taxa de câmbio do dólar norte-americano praticada pelo Daycoval na data de emissão da Fatura.

11.3. A taxa de câmbio do dólar utilizada pelo DAYCOVAL será compatível com a taxa média de mercado para operações de varejo praticada para pessoas físicas podendo, em alguns casos, ser superior ou inferior à taxa informada pelo Banco Central.

11.4. O valor das TRANSAÇÕES realizadas no exterior em moeda diferente do dólar norte-americano será primeiramente convertido em dólar norte-americano, na data da TRANSAÇÃO, conforme os critérios e sistemas utilizados pela Bandeira, para só então haver a conversão para a moeda corrente nacional na data de emissão da FATURA.

11.5. Se a taxa de câmbio utilizada pelo DAYCOVAL na data de emissão da FATURA for diferente da taxa de câmbio vigente na data de seu vencimento (ou de seu pagamento quando este ocorrer antes do vencimento) o valor relativo à diferença das taxas de câmbio será creditado ou debitado, conforme o caso, na próxima FATURA.

11.6. Conforme a legislação pertinente sobre os valores das TRANSAÇÕES efetuados em moeda estrangeira haverá a incidência do IOF – Imposto sobre Operações Financeiras (e/ou outro tributo que legalmente vier a substituí-lo ou se torne exigível), à alíquota e condições vigentes à época, cujos valores serão lançados na FATURA.



EM BRANCO

11.7. Se forem estabelecidos novos tributos e/ou custos adicionais decorrentes da remessa de moeda ao exterior para pagamento das TRANSAÇÕES efetuadas fora do território brasileiro com o CARTÃO, estes serão de responsabilidade exclusiva do TITULAR, ficando o DAYCOVAL autorizado a lançá-los na FATURA.

11.8. Se houver restrição para remessa de moeda ao exterior, o TITULAR será responsável pelo valor de eventual variação cambial da remessa, bem como pelos custos adicionais decorrentes até que seja possível efetuar as remessas devidas.

11.9. O PORTADOR deverá comunicar o DAYCOVAL previamente à utilização do CARTÃO para TRANSAÇÕES no exterior de modo a evitar que o CARTÃO seja bloqueado por TRANSAÇÕES fora do perfil do PORTADOR.

CLÁUSULA 12ª – RECONHECIMENTO DE DÍVIDA - DIVERGÊNCIAS

12.1. Havendo qualquer dúvida em relação à FATURA, o TITULAR deverá entrar imediatamente em contato com o DAYCOVAL, através da CENTRAL DE ATENDIMENTO, para que lhe sejam prestadas as informações necessárias e tomadas as providências cabíveis, se aplicável.

12.2. Sem prejuízo da exigibilidade da consignação do valor da FATURA com a CONVENIADA, o TITULAR poderá contestar por escrito, qualquer lançamento à débito ou à crédito constante na FATURA nos 30 (trinta) dias seguintes ao vencimento da respectiva FATURA na qual foi discriminada o lançamento alvo da contestação.

12.2.1. Na hipótese acima, o não exercício dessa faculdade implicará no reconhecimento pelo TITULAR da exatidão das TRANSAÇÕES e valores constantes na FATURA.

12.3. A contestação de TRANSAÇÕES pelo TITULAR, deverá ser apresentada por escrito e assinada pelo TITULAR, acompanhada de documentação pertinente e, eventualmente, pelo CARTÃO.

12.3.1. O TITULAR reconhece que a não apresentação da documentação requerida pelo DAYCOVAL poderá suspender o processo interno de análise da contestação.

12.4. CABE UNICAMENTE AO TITULAR PROMOVER, POR SUA CONTA E RISCO, QUAISQUER CANCELAMENTOS DE TRANSAÇÕES OU RECLAMAÇÕES CONTRA OS ESTABELECIMENTOS, INCLUSIVE EM RELAÇÃO À DEVOLUÇÃO DE MERCADORIAS, EM DECORRÊNCIA DE SEU DIREITO DE ARREPENDIMENTO E/OU POR EVENTUAIS VÍCIOS E DEFEITOS.

12.5. Em caso de divergência com um ESTABELECIMENTO, remanesce a obrigação do TITULAR efetuar o pagamento total devido ao DAYCOVAL e solucionar a divergência diretamente com o ESTABELECIMENTO.

12.6. O TITULAR tem ciência de que o estorno e cancelamento de TRANSAÇÕES dependerão de solicitação do ESTABELECIMENTO à BANDEIRA, conforme regras e procedimentos da BANDEIRA.

CLÁUSULA 13ª – ENCARGOS

13.1. Sobre o saldo devedor não pago ou pago em atraso,

bem como o valor remanescente ao PAGAMENTO MÍNIMO consignado na REMUNERAÇÃO do TITULAR, incidirão os encargos indicados na FATURA para crédito rotativo

13.2. Em caso de falta de consignação do PAGAMENTO MÍNIMO será de exclusiva responsabilidade do TITULAR o pagamento da FATURA. Caso o PAGAMENTO MÍNIMO não seja realizado, o DAYCOVAL bloqueará o CARTÃO para novas TRANSAÇÕES, nos termos da cláusula 13.5. adiante, sem prejuízo da responsabilidade do TITULAR de efetuar o pagamento integral e pontual na data de vencimento constante na FATURA.

13.3. Caso não seja possível, em qualquer mês, a consignação integral do PAGAMENTO MÍNIMO pela CONVENIADA e o TITULAR não o efetue por meio de ficha de compensação que acompanha a FATURA, o TITULAR estará em mora pelo atraso ou falta de pagamento, estando sujeito aos seguintes encargos, calculados sobre o saldo devedor desde a data do vencimento da FATURA até a data do efetivo pagamento:

(i) juros de financiamento (crédito rotativo) indicados na FATURA;

(ii) juros moratórios à taxa de 1% (um por cento) ao mês;

(iii) multa de 2% (dois por cento) calculada sobre os valores devidos e não pagos;

13.4. O recebimento do valor principal pelo DAYCOVAL não significará a quitação dos encargos previstos neste contrato ou nas operações de crédito incidentes.

13.5. O atraso no pagamento de qualquer valor devido em relação a este contrato, bem como o descumprimento de suas demais disposições, facultará ao DAYCOVAL efetuar, a seu exclusivo critério, o bloqueio e/ou cancelamento automático do CARTÃO, permanecendo o TITULAR responsável pelo pagamento das TRANSAÇÕES e respectivos valores não pagos até a data do cancelamento.

13.6. O TITULAR fica ciente desde já que além do bloqueio/cancelamento do CARTÃO, o atraso no pagamento de qualquer valor devido em relação a este contrato, acarretará na inclusão de seu nome nos cadastros dos órgãos de proteção ao crédito.

CLÁUSULA 14ª - BLOQUEIO, CANCELAMENTO, VENCIMENTO ANTECIPADO E SUBSTITUIÇÃO DO CARTÃO

14.1. O DAYCOVAL poderá, a seu exclusivo critério, sem prejuízo da aplicação das demais disposições contratuais, bloquear, cancelar ou suspender temporariamente ou definitivamente o CARTÃO, na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses:

(a) rescisão do presente Contrato por qualquer das partes;

(b) solicitação de cancelamento do CARTÃO pelo TITULAR;

(c) comunicação de perda, roubo, furto ou extravio ao DAYCOVAL;

(d) cancelamento do CARTÃO pelo DAYCOVAL, com prévia comunicação ao TITULAR;

(e) cancelamento do CARTÃO pelo DAYCOVAL por



EM BRANCO

exigência judicial ou do Banco Central do Brasil, por utilização ilícita ou em desacordo com as normas vigentes;

(f) falecimento do TITULAR;

(g) alteração de endereço cadastral sem notificação ao DAYCOVAL;

(h) bloqueio preventivo pelo DAYCOVAL caso as TRANSAÇÕES efetuadas sejam incompatíveis com o perfil de uso do PORTADOR;

(i) suspensão e/ou cancelamento do benefício e/ou rescisão do vínculo (relação de emprego) do TITULAR junto à CONVENIADA;

(j) rescisão do Convênio firmado entre o DAYCOVAL e a CONVENIADA;

(k) na ocorrência de qualquer hipótese de suspensão do CARTÃO prevista neste Contrato;

(l) na ocorrência de perda total ou parcial da margem consignável com a CONVENIADA;

(m) atraso no pagamento;

(n) restrição de crédito em nome do TITULAR perante quaisquer órgãos de proteção ao crédito, incluindo o CCF (Cadastro de Emitente de Cheques Sem Fundo);

(o) suspeita de uso irregular do CARTÃO;

(p) caso não seja possível a consignação integral do PAGAMENTO MÍNIMO pela CONVENIADA;

(q) ATRASO ou FALTA DE REPASSE dos valores consignados, por parte da CONVENIADA.

14.2 O DAYCOVAL cancelará o CARTÃO e exigirá de imediato o pagamento antecipado do total da dívida, mediante aviso ao TITULAR com antecedência mínima de 2 (dois) dias, se:

(a) o TITULAR descumprir qualquer das obrigações assumidas neste contrato, sofrer protesto de título ou tiver sua insolvência requerida;

(b) qualquer declaração prestada pelo TITULAR for falsa ou enganosa ou, ainda incorreta ou incompleta;

(c) o TITULAR descumprir qualquer obrigação assumida em outros contratos com o DAYCOVAL;

(d) se o DAYCOVAL constatar que as informações prestadas pelo TITULAR são inverídicas e/ou insuficientes; ou

(e) nos demais casos previstos em lei.

14.3. Substituição e Reposição do CARTÃO: O CARTÃO será válido pelo prazo indicado no plástico. O DAYCOVAL poderá emitir um novo CARTÃO em substituição ou reposição por ocasião do término do prazo de validade.

14.3.1. Caso o CARTÃO apresente algum problema de funcionamento, o DAYCOVAL deverá ser comunicado, a fim de que proceda a sua substituição.

CLÁUSULA 15ª - VIGÊNCIA E RESCISÃO

15.1. Este contrato entrará em vigor no momento da aceitação, assinatura do Termo de Adesão ou utilização do CARTÃO, o que ocorrer primeiro, e vigorará por prazo indeterminado, podendo, ser rescindido, por qualquer uma das partes.

15.2. A qualquer tempo poderá o TITULAR e/ou o DAYCOVAL resolver o presente contrato comunicando a outra parte sobre a sua decisão. Nesta hipótese o TITULAR deverá devolver o(s) CARTÃO(ÕES) ao DAYCOVAL,

devidamente inutilizado(s), e permanecerá responsável pelos débitos remanescentes decorrentes deste contrato, que deverão ser pagos pelo TITULAR de uma só vez, através da ficha de compensação disponibilizada na FATURA.

CLÁUSULA 16ª - ALTERAÇÕES DO CONTRATO

16.1. O DAYCOVAL poderá alterar este contrato em decorrência de mudanças na legislação e/ou regulamentação aplicáveis, bem como para ampliar a utilidade do CARTÃO, agregar-lhe outros serviços, o que será formalizado mediante aditivo e/ou nova versão com registro em Cartório e comunicado ao TITULAR por correspondência e/ou mensagem na FATURA.

16.2. Fica assegurado ao TITULAR o direito de se manifestar contrariamente as alterações e exercer seu direito de rescindir o presente contrato em até 30 (trinta) dias da referida mensagem.

16.2.1. O pagamento parcial da fatura ou a utilização do CARTÃO pelo TITULAR e/ou pelo ADICIONAL após este período implicará na sua adesão e concordância com as alterações efetuadas.

16.3. Os comunicados de alteração no contrato serão informados por meio da FATURA disponibilizada ao TITULAR.

CLÁUSULA 17ª - CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

17.1. O TITULAR concorda que o DAYCOVAL poderá a qualquer tempo, ceder sua posição contratual ou transferir os direitos e garantias decorrentes deste contrato para suas afiliadas, controladoras, controladas ou para qualquer instituição financeira. A cessão ou transferência não alterará o teor do Contrato e o DAYCOVAL comunicará o TITULAR acerca da cessão ou transferência.

17.2. Caso o TITULAR discorde da cessão ou transferência, poderá rescindir este contrato entrando em contato com a CENTRAL DE ATENDIMENTO.

17.3. Se o TITULAR e/ou ADICIONAL usar(em) o CARTÃO após o recebimento da notificação da cessão ou transferência, esses atos serão considerados pelo DAYCOVAL como renúncia pelo TITULAR à faculdade prevista no item 17.2. acima.

CLÁUSULA 18ª - DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. A omissão ou tolerância do DAYCOVAL quanto ao exercício de qualquer direito, poder ou privilégio conferido em lei ou neste Contrato não constituirá novação, desistência ou renúncia, nem afetará os seus direitos que poderão ser exercidos a qualquer tempo.

18.2. O PORTADOR autoriza o DAYCOVAL em caráter irrevogável e irretratável a fornecer ao Banco Central do Brasil, ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras e outros órgãos que a lei prever, qualquer informação relativa à TRANSAÇÕES que possam estar configuradas na Lei nº 9.613/98 e suas posteriores alterações – que dispõe sobre os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores.

18.3. O PORTADOR autoriza o DAYCOVAL, em caráter irrevogável e irretratável a: (a) trocar informações cadastrais, de créditos e débitos com sistemas positivos e negativos de crédito, como aqueles do Serasa S.A. e do Serviço de Proteção ao Crédito; (b) consultar todas as suas informações



EM BRANCO

no Sistema de Informações de Crédito ("SCR") e no Sistema Integrado de Registro de Operações de Câmbio (PCAM 415) do Banco Central do Brasil ("BCB"); e (c) fornecer ao BCB quaisquer informações solicitadas, inclusive para inserção no SCR. A autorização ora concedida ao DAYCOVAL no item (b) acima é extensiva (i) às câmaras e aos prestadores de serviço de compensação e de liquidação, no âmbito do sistema de pagamentos brasileiro; (ii) às entidades autorizadas a exercer as atividades de depósito centralizado ou de registro de ativos e de valores mobiliários; e (iii) às instituições que adquiram ou recebam em garantia, ou manifestem interesse de adquirir ou receber em garantia, total ou parcialmente, operações de crédito do PORTADOR.

18.3.1. O PORTADOR declara estar ciente que o SCR é um sistema administrado pelo BCB, que armazena dados remetidos pelas instituições especificadas na regulamentação em vigor sobre operações de crédito, com a finalidade de prover informações ao BCB para monitoramento do crédito no sistema financeiro, exercício de suas atividades de fiscalização e intercâmbio de informações entre instituições financeiras a respeito do montante de responsabilidades de clientes em operações de crédito.

18.3.2. As consultas no SCR podem ser feitas (i) pelo próprio BCB; (ii) pelos clientes em geral, junto ao BCB, de acordo com as orientações constantes de sua página na internet; e (iii) pelas instituições participantes do SCR que tenham autorização específica do PORTADOR para tanto.

18.3.3. Caso seja necessário alterar, excluir, cadastrar medida judicial ou manifestar discordância relacionada a quaisquer informações remetidas ao SCR pelo DAYCOVAL, o PORTADOR deverá entrar em contato com a CENTRAL DE ATENDIMENTO.

18.3.4. Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos diretamente junto ao BCB, em qualquer de suas unidades, por meio da Central de Atendimento ao Público ou ainda em sua página na internet.

18.4. O TITULAR autoriza o DAYCOVAL a contatá-lo por qualquer meio, inclusive telefone, e-mail, SMS e correspondência, para ofertar produtos e serviços do conglomerado, ações destinadas à prevenção de fraudes, bloqueio ou desbloqueio do CARTÃO, novidades do DAYCOVAL e/ou empresas do Grupo DAYCOVAL. Fica facultado ao TITULAR proceder ao cancelamento desta autorização a qualquer tempo, mediante comunicação ao DAYCOVAL.

18.4.1. Todas as notificações e outras comunicações relacionadas a este Contrato deverão ser feitas por escrito e entregues por correio eletrônico (e-mail) ou pessoalmente

com protocolo de recebimento ou ainda, pelo correio, mediante carta com aviso de recebimento, em qualquer caso, para os endereços físicos e eletrônicos indicados no Termo de Adesão.

18.4.2. O PORTADOR para fins de notificação, citação ou intimação, nos termos dos artigos 190, 246, inciso V e 513 § 2º, inciso III do Código de Processo Civil informam os endereços eletrônicos indicados no Termo de Adesão.

18.4.3. As partes obrigam-se (i) a manter válidos e ativos os endereços indicados no Termo de Adesão durante todo o período de vigência deste Contrato; e (ii) a comunicar a outra parte em caso de alteração de quaisquer dos endereços acima indicados, sob pena de considerarem-se válidas quaisquer comunicações (incluindo quaisquer notificações, intimações e citações) enviadas aos endereços acima referidos.

18.5. O DAYCOVAL, através da CENTRAL DE ATENDIMENTO, prestará informações, esclarecerá dúvidas e tomará as devidas providências a fim de solucionar eventuais problemas relacionadas ao CARTÃO.

18.6. Este contrato obriga as partes, seus herdeiros e sucessores, sendo sempre aplicável a legislação brasileira em vigor e as normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil.

18.7. O TITULAR autoriza o DAYCOVAL, a seu exclusivo critério, proceder à compensação da dívida ou saldo devedor oriundos da FATURA não paga com quaisquer valores mantidos por este junto ao próprio DAYCOVAL e também em outras instituições financeiras, de modo a liquidar e/ou amortizar as obrigações inadimplidas junto ao DAYCOVAL decorrentes do uso do CARTÃO.

18.8. O TITULAR reconhece de forma irrevogável e irretratável que este contrato e sua(s) respectiva(s) FATURA(S) constituem título executivo para todos os fins e efeitos de direito, sendo passíveis de processo de execução, nos termos do art. 784 do Código de Processo Civil.

CLÁUSULA 19ª - FORO

19.1 As partes elegem o foro da capital do Estado de São Paulo como o competente para dirimir quaisquer questões resultantes deste Contrato.

São Paulo, 09 de fevereiro de 2018.

BANCO DAYCOVAL S.A.

Este contrato foi registrado sob nº 2.150.519 no 10º Registro de Títulos e Documentos e Civil da Pessoa Jurídica da cidade de São Paulo – SP, em 12/03/2018.

Central de Atendimento:

3004 5300 Capitais e Regiões Metropolitanas

0800 721 5300 Demais Localidades

Todos os dias, 24 horas, inclusive feriados.

Ouvidoria: 0800- 777 0900

De segunda à sexta feira, das 09h às 18h, exceto feriados.

SAC: 0800 – 880 6158 (para sugestões, reclamações e cancelamento)

Serviço de Atendimento ao Deficiente Auditivo e de Fala:

0800 – 880 1919

Todos os dias, 24 horas, inclusive feriados.

Site DAYCOVAL: www.daycoval.com.br



EM BRANCO



15/10/2018

Número: 0707205-16.2018.8.07.0009

Classe: **PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**

Órgão julgador: **1º Juizado Especial Cível e Criminal de Samambaia**

Última distribuição : **03/08/2018**

Valor da causa: **R\$ 18.579,00**

Assuntos: **Contratos Bancários, Indenização por Dano Moral, Rescisão do contrato e devolução do dinheiro, Empréstimo consignado, Capitalização e Previdência Privada, Antecipação de Tutela /**

Tutela Específica

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes	Advogados
UBANILDA FERRAZ DE AZEVEDO (AUTOR)	
	CIRENE ESTRELA (ADVOGADO) DEBORAH RODRIGUES AFFONSO (ADVOGADO)
BANCO DAYCOVAL S/A (RÉU)	
	IGNEZ LUCIA SALDIVA TESSA (ADVOGADO)

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
23800978	10/10/2018 17:48	<u>Sentença</u>	Sentença



EM BRANCO

**TJDFT**

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS
TERRITÓRIOS

**1JECICRSAM**

1º Juizado Especial Cível e Criminal de Samambaia

Número do processo: 0707205-16.2018.8.07.0009

Classe judicial: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)

AUTOR: UBANILDA FERRAZ DE AZEVEDO

RÉU: BANCO DAYCOVAL S/A

SENTENÇA

Dispensado o relatório, consoante previsão do art. 38, caput, da Lei nº 9.099/95.

DECIDO.

A matéria posta em deslinde subordina-se às normas estabelecidas no Código de Defesa do Consumidor, posto que a autora enquadra-se no conceito de consumidora, a ré caracteriza-se como fornecedora de serviços, de acordo com o artigo 3º e a relação jurídica estabelecida entre as partes tem por finalidade a prestação de serviços ao consumidor como destinatário final.

Alega a autora que em nenhum momento houve a intenção de contratação de cartão de crédito consignável, nem mesmo a informação pela ré a respeito da constituição da reserva de margem consignável (RMC), tendo em vista que tal modalidade de empréstimo nunca por ela foi solicitada. Aduz que não foi informada da contratação do referido cartão, seja por omissão ou mesmo má-fé da empresa, nunca houve sua contratação. Sustenta que ao verificar seu extrato de pagamento, constatou que a Ré, sem que houvesse qualquer solicitação de sua parte, implantou um empréstimo de Reserva de Margem para Cartão de Crédito Consignado, passando a partir de 15/10/2015 até a presente data o valor de R\$ 126,17 mensal, a título de RMC, os quais se dão de forma ilegal, tendo em vista que tal modalidade de empréstimo nunca foi solicitada ou sequer informada à parte requerente. Pretende, ao final, que a ré se abstenha de debitar no seu contracheque valores referentes a Reserva de Margem de Crédito, determinar que a ré exiba cópia do contrato de empréstimo. Requer ainda a declaração de inexistência da contratação de empréstimo consignado da RMC (cartão de crédito, igualmente a Reserva de Margem Consignável (RMC), a suspensão dos descontos referentes a RMC, a restituição em dobro de R\$ 8.579,00 quantia esta indevidamente cobrada da parte autora a título de RMC ou ainda na hipótese de comprovação de contratação de cartão de crédito consignado (RMC) seja declarada a sua nulidade e indenização pelos danos morais.

A ré, por sua vez, esclarece que conforme expresso no contrato, as cláusulas são claras acerca da contratação realizada CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO, bem como utilização da margem consignável. Destaca que acerca dos produtos, por se tratar de um CARTÃO de crédito consignado, a Ré realiza o desconto mínimo em folha, ficando a cargo de a parte Autora realizar o pagamento do restante

EM BRANCO

EM BRANCO



da fatura. Contudo, no caso dos autos, conforme se verifica pelos documentos anexos a inicial ocorreu apenas a reserva de margem, não houve qualquer desconto no benefício da autora no valor pleiteado. Pugna pela improcedência dos pleitos autorais.

O cerne da questão a ser dirimida consiste em saber se houve vício de consentimento no momento da adesão do contrato e falha no dever de informação quanto ao cartão de crédito emitido em favor da consumidora.

Com efeito, a legislação consumerista equiparou a publicidade à oferta, disciplinando que uma vez veiculada a comunicação publicitária, o fornecedor a ela se vincula, segundo a disciplina do art. 30, da Lei nº 8.078/90. Assim, toda informação ou publicidade, suficientemente precisa, veiculada por qualquer forma ou meio de comunicação com relação a produtos e serviços oferecidos ou apresentados, obriga o fornecedor que a fizer veicular ou dela se utilizar e integra o contrato que vier a ser celebrado.

Na espécie, o descumprimento da oferta restou demonstrado pela autora nos termos do artigo 373, I do CPC.

No caso, a parte autora comprova que, ao contrário do alegado pela ré, foram efetuados descontos pertinentes a Reserva de Margem Consignável (RMC) pertinente ao cartão de crédito, embora não tivesse feito uso de qualquer limite vinculado ao cartão.

Destaque-se ainda que a autora sequer utilizou o cartão para fazer compras.

As faturas anexadas pela ré (ID 23102327) demonstram que não houve nenhuma transação efetivada pelo cartão disponibilizado à autora.

Conclui-se, portanto, conforme faturas anexadas pela ré, que a consumidora não utilizou o cartão de crédito em qualquer modalidade, seja saque ou compras de modo que os descontos da margem consignável da autora a título de abatimento pelo uso do cartão não se justificam.

Nota-se que desconto pertinente ao empréstimo no importe de R\$ 126,17, conforme parcela pactuada em contrato, tem sido regularmente lançado no contracheque da autora. Logo, o desconto da margem consignável (RMC) não se reveste de legitimidade a título de abatimento de empréstimo contraído pela consumidora.

A documentação anexada pela autora prova os descontos a título de margem consignável (RMC) no período de outubro de 2015 a agosto de 2018.

Assim, merece guarida os pleitos autorais para que a ré suspenda os descontos referentes a RMC diretamente no benefício da autora, bem como restitua os valores pertinente a RMC.

Na situação em análise, verifica-se que os requisitos para a incidência do artigo 42, parágrafo único do Código do Consumidor, porquanto de forma indevida, foram debitados do benefício da requerente reserva de margem consignável de um cartão sem qualquer movimentação.

Portanto, comprovados os descontos indevidos e não sendo a hipótese de engano justificável, legítima se mostra a devolução em dobro dos valores pagos pelo autor, o que corresponde a R\$ 8.579,00, referente a trinta e quatro meses de descontos.

Lado outro, embora ilegítimo o desconto do RMC, considero que não há nada nos autos que demonstre que houve defeito de informação que justifique o reconhecimento de prática abusiva pela requerida quanto ao desconto da parcela de empréstimo no importe de R\$ 126,17.

Isto porque o contrato aderido pela autora prevê o desconto em sessenta parcelas.

EM BRANCO



Demais disso, o valor foi disponibilizado à autora, o que implica dizer que o contrato de consignação celebrado entre as partes foi perfeito e acabado, ocasião em que acertaram sobre os termos, o preço e a coisa. Tem, portanto, força vinculante. Nesse ponto não há o que se falar em nulidade do contrato.

Quanto ao pleito de danos morais, restaram configurados.

Na situação em análise, considero que o desconto indevido de parte do salário caracteriza abalo aos direitos de personalidade, porquanto a requerente foi privada da utilização da quantia para sua manutenção.

Indubitável que o desconto em salário de forma errática e repetitiva produz danos ao consumidor, posto que atinge a integridade dos salários, cuja retenção indevida é fato grave. O consumidor, na condição de assalariado depende da regularidade e irredutibilidade do seu salário, sendo esta uma regra sagrada, protegida pela Constituição Federal.

Inexistindo critério objetivo para fixação dos danos morais, uma vez que é impossível a valoração da dor ou da mágoa sofrida pela parte, cabe ao Juiz arbitrar o valor da indenização observando-se determinados critérios, tais como: a condição pessoal da vítima; a capacidade econômica do ofensor; a natureza ou extensão do dano causado, devendo evitar o enriquecimento sem causa e analisar os aspectos pedagógico-punitivo da condenação. Ressalte-se que o nome do autor não foi inscrito nos órgãos de proteção ao crédito.

Assim, observado estes parâmetros considero como justa e razoável a quantia de R\$ 3.000,00 (três mil reais), a título de dano moral, valor suficiente para compensar o autor de todos os percalços sofridos e incentivar o réu a agir de forma mais diligente e zelosa na prestação dos serviços.

CONCLUSÃO.

Diante do exposto, julgo **PARCIALMENTE PROCEDENTES** os pedidos os pedidos deduzidos na petição inicial para:

a) **SUSPENDER** os descontos referentes a RMC diretamente no benefício da autora.

b) **CONDENAR** o banco BMG S.A ao pagamento, a título de repetição de indébito, da quantia de **R\$ 8.579,00 (oito mil, quinhentos e setenta e nove reais)**, corrigida monetariamente e acrescida de juros de 1% a partir dos descontos indevidos.

c) **CONDENAR** o banco BMG S.A ao pagamento da quantia de **R\$ 3.000,00 (três mil reais)** a título de reparação por danos morais, devendo incidir sobre este valor correção monetária a partir e juros de mora de 1% ao mês a partir do arbitramento (Súmula 362 do STJ).

Por conseguinte, extingo o processo com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

Oficie-se ao INSS para suspensão dos descontos a título de RMC do benefício da autora.

Sem custas e sem honorários advocatícios, conforme determinação do artigo 55, "caput", da Lei nº 9.099/95.

Sentença registrada. Publique-se. Intimem-se. Oportunamente, arquivem-se os autos.

EM BRANCO



Samambaia/DF, 10 de outubro de 2018 14:13:32.

LILIA SIMONE RODRIGUES DA COSTA VIEIRA

Juíza de Direito

Num. 23800978 - Pág. 4

EM BRANCO



07/12/2018

Número: 0707205-16.2018.8.07.0009

Classe: RECURSO INOMINADO

Órgão julgador colegiado: Segunda Turma Recursal

Órgão julgador: Gabinete do Juiz de Direito Almir Andrade de Freitas

Última distribuição : 14/11/2018

Valor da causa: R\$ 18.579,00

Relator: ALMIR ANDRADE DE FREITAS

Assuntos: Antecipação de Tutela / Tutela Específica

Segredo de justiça? NÃO

Justiça gratuita? NÃO

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? NÃO

Partes	Advogados
BANCO DAYCOVAL S/A (RECORRENTE)	
	IGNEZ LUCIA SALDIVA TESSA (ADVOGADO)
UBANILDA FERRAZ DE AZEVEDO (RECORRIDO)	
	DEBORAH RODRIGUES AFFONSO (ADVOGADO) CIRENE ESTRELA (ADVOGADO)

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
6547234	05/12/2018 17:07	Acórdão	Acórdão

EM BRANCO

**TJDFT**

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS
TERRITÓRIOS

**Órgão**

Segunda Turma Recursal DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO DISTRITO
FEDERAL

Processo N. RECURSO INOMINADO 0707205-16.2018.8.07.0009

RECORRENTE(S) BANCO DAYCOVAL S/A

RECORRIDO(S) UBANILDA FERRAZ DE AZEVEDO

Relator Juiz ALMIR ANDRADE DE FREITAS

Acórdão N° 1141698

EMENTA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. CONSUMIDOR. CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. ALEGADA INTENÇÃO DE CONTRATAR EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. INSTRUMENTO CONTRATUAL QUE NÃO ATENDE AOS CRITÉRIOS ESTABELECIDOS NA INSTRUÇÃO NORMATIVA 28 DO INSS. NULIDADE DO CONTRATO. DEVER DE RESTITUIÇÃO DAS PARCELAS DESCONTADAS. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE.

I. A relação estabelecida entre as partes guarda natureza consumerista e o contrato aludido na inicial caracteriza-se como contrato de adesão, considerado pela lei como aquele cujas cláusulas tenham sido aprovadas pela autoridade competente ou estabelecidas unilateralmente pelo fornecedor de produtos ou serviços, sem que o consumidor possa discutir ou modificar substancialmente seu conteúdo (CDC, art. 54).

II. A teor do disposto no art. 6º, incisos III e V, do CDC, são direitos básicos do consumidor a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço.

III. No caso, apesar do nome conferido ao contrato (Termo de adesão as condições gerais de emissão e utilização do cartão de crédito consignado do Banco Daycoval – ID 6242148), trata-se de um negócio jurídico para outorga de crédito, como se depreende da forma de liberação do crédito, que se faz por meio de transferências eletrônicas - TEDs (IDs 6242149 e 6242150).



Número do documento: 18120517071029700000006408980
<https://pje2l.tjdft.jus.br/443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18120517071029700000006408980>
Assinado eletronicamente por: ALMIR ANDRADE DE FREITAS - 05/12/2018 17:07:10

Num. 6547234 - Pág. 1

EM BRANCO



IV. Por se tratar de contrato de outorga de crédito, é assegurado ao consumidor o direito de ser informado de forma prévia e adequadamente sobre: preço do produto ou serviço em moeda corrente nacional (valor contratado); montante dos juros de mora e da taxa efetiva anual de juros; acréscimos legalmente previstos; número e periodicidade das prestações; soma total a pagar, com e sem financiamento, bem como a liquidação antecipada do débito, total ou parcialmente, mediante redução proporcional dos juros e demais acréscimos, consoante disposições contidas no art. 52 do CDC.

V. Semelhante disposição foi replicada na Instrução Normativa nº 28/2008 do INSS que “estabelece critérios e procedimentos operacionais relativos à consignação de descontos para pagamento de empréstimos e cartão de crédito, contraídos nos benefícios da Previdência Social”.

VI. Os artigos 21 e 21-A da referida instrução, estabelecem, dentre outras disposições que merecem destaque, que o contrato de cartão de crédito consignado firmado entre a instituição financeira e o beneficiário do INSS deve conter “o tipo de operação realizada (cartão de crédito, reserva de margem consignável), indicado de forma clara e objetiva, discriminando com clareza sua forma de pagamento” (VI, art. 21-A) e informações quanto “ao montante dos juros de mora e da taxa efetiva anual de juros” (“a”, VII, art. 21-A); “aos acréscimos legalmente previstos” (“b”, VII, art. 21-A); “ao número e periodicidade das prestações, incluindo seus termos inicial e final”; (“c”, VII, art. 21-A) e “à soma total a pagar, com e sem financiamento” (“d”, VII, art. 21-A), destacando, ainda, em seu parágrafo único que “a omissão de qualquer uma das informações disciplinadas nos incisos de I a VII do caput, a operação será considerada irregular e não autorizada, sendo motivo de exclusão da consignação”.

VII. Da leitura dos termos contratuais e das guias de solicitação de saque (ID 6242148, p; 2 e ID 6242151), embora estejam em destaque o valor solicitado, a taxa de juros, IOF, tarifa e custo efetivo total, não inclui informações quanto ao número e periodicidade das prestações, termo inicial e final, soma total a pagar, dentre outras.

Além disso, não restou demonstrado nos autos que a parte autora tenha utilizado o cartão para outras finalidades que não o saque realizado, ou que tenha recebido as faturas de cartão de crédito, o que impede o acompanhamento da evolução da dívida e que, apesar dos descontos efetuados mensalmente em seu benefício, não há significativo abatimento do valor devido, o que configura uma dívida excessivamente onerosa.

VIII. Diante do cenário apresentado, verifica-se que a instituição financeira não observou integralmente o dever de informação, deixando de inserir nos termos de contratação, dados especificados na Instrução Normativa nº 28/2008 do INSS, impondo-se a declaração de nulidade do contrato e a restituição dos valores descontados.

IX. Contudo, a fim de evitar o enriquecimento sem causa do consumidor, deve ser feita a compensação entre o valor descontado do benefício de aposentadoria e aquele transferido para a conta da parte autora, o que pode ser obtido mediante simples cálculo no momento do cumprimento de sentença.

X. Por derradeiro, não há que se falar em dano moral indenizável, pois o consumidor manifestou vontade de contrair empréstimo consignado, de forma que seriam realizados descontos diretamente na sua fonte de pagamento. A abusividade reside na forma da contratação, que não foi suficientemente esclarecida, não tendo sido observadas com rigor as normas que disciplinam a espécie contratual. Em que pese a nulidade decorrente da inobservância do ordenamento jurídico para a contratação, não houve reflexo em direito de personalidade do consumidor, que se valeu do numerário que lhe foi disponibilizado.



Número do documento: 1812051707102970000006408960
<https://pje2.trjdf.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/view.seam?nd=1812051707102970000006408960>
Assinado eletronicamente por: ALMIR ANDRADE DE FREITAS - 05/12/2018 17:07:10

Num. 6547234 - Pág. 2

EM BRANCO

XI. Recurso conhecido e provido em parte para determinar a compensação entre o valor descontado do benefício de aposentadoria e aquele transferido para a conta da parte autora e decotar da sentença guerreada a condenação a título de danos morais.



Custas recolhidas. Sem honorários ante o provimento recursal. **Oficie-se ao INSS, em atenção ao disposto no art. 52 da IN 28/INSS, bem como para que suspenda os descontos referentes a RMC no benefício da parte autora.**

ACÓRDÃO

Acordam os Senhores Juizes da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, ALMIR ANDRADE DE FREITAS - Relator, JOÃO LUIS FISCHER DIAS - 1º Vogal e ARNALDO CORRÊA SILVA - 2º Vogal, sob a Presidência do Senhor Juiz ALMIR ANDRADE DE FREITAS, em proferir a seguinte decisão: CONHECIDO. RECURSO PROVIDO EM PARTE. UNANIME., de acordo com a ata do julgamento e notas taquigráficas.

Brasília (DF), 05 de Dezembro de 2018

Juiz ALMIR ANDRADE DE FREITAS
Presidente e Relator

RELATÓRIO

Trata-se de recurso inominado interposto pela parte ré em face da sentença que julgou procedente em parte os pedidos formulados na inicial, determinando a suspensão dos descontos referentes a RMC diretamente no benefício da parte autora, condenando o banco requerido a pagar a parte autora, o valor de R\$8.579,00, a título de repetição de indébito e o valor de R\$3.000,00, a título de reparação por danos morais.

Em seu recurso o banco recorrente sustenta, em apertada síntese, que não houve falha no dever de informação, tendo a parte autora plena ciência dos termos da contratação. Defende que, na ausência de ilícito, não há que se falar em condenação ao pagamento de indenização por danos morais.

Contrarrazões apresentadas (ID 6242172).

É o relatório.



Número do documento: 18120517071029700000006408960
<https://pje2i.trt1.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18120517071029700000006408960>
Assinado eletronicamente por: ALMIR ANDRADE DE FREITAS - 05/12/2018 17:07:10

Num. 6547234 - Pág. 3

EM BRANCO



VOTOS

O Senhor Juiz **ALMIR ANDRADE DE FREITAS - Relator**

Recurso próprio, tempestivo e com regular preparo (ID 6242163 e 6242165).

Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso e, a partir do exame dos autos, devo lhe dar integral provimento.

De início, há que se destacar que a relação estabelecida entre as partes guarda natureza consumerista e o contrato aludido na inicial caracteriza-se como contrato de adesão, considerado pela lei como aquele cujas cláusulas tenham sido aprovadas pela autoridade competente ou estabelecidas unilateralmente pelo fornecedor de produtos ou serviços, sem que o consumidor possa discutir ou modificar substancialmente seu conteúdo (CDC, art. 54).

A teor do disposto no art. 6º, incisos III e V, do CDC, são direitos básicos do consumidor a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço.

No caso, apesar do nome conferido ao contrato (Termo de adesão às condições gerais de emissão e utilização do cartão de crédito consignado do Banco Daycoval – ID 6242148), trata-se de um negócio jurídico para outorga de crédito, como se depreende da forma de liberação do crédito, que se faz por meio de transferências eletrônicas - TEDs (IDs 6242149 e 6242150).

Por se tratar de contrato de outorga de crédito, é assegurado ao consumidor o direito de ser informado prévia e adequadamente sobre: preço do produto ou serviço em moeda corrente nacional (valor contratado); montante dos juros de mora e da taxa efetiva anual de juros; acréscimos legalmente previstos; número e periodicidade das prestações; soma total a pagar, com e sem financiamento, bem como a liquidação antecipada do débito, total ou parcialmente, mediante redução proporcional dos juros e demais acréscimos, consoante disposições contidas no art. 52 do CDC.

Semelhante disposição foi replicada na Instrução Normativa nº 28/2008 do INSS que “*estabelece critérios e procedimentos operacionais relativos à consignação de descontos para pagamento de empréstimos e cartão de crédito, contraídos nos benefícios da Previdência Social*”.

Os artigos 21 e 21-A da referida instrução, estabelecem, dentre outras disposições que merecem destaque, que o contrato de cartão de crédito consignado firmado entre a instituição financeira e o beneficiário do INSS deve conter “o tipo de operação realizada (cartão de crédito, reserva de margem consignável), indicado de forma clara e objetiva, discriminando com clareza sua forma de pagamento” (VI, art. 21-A) e informações quanto “ao montante dos juros de mora e da taxa efetiva anual de juros” (“a”, VII, art. 21-A); “aos acréscimos legalmente previstos” (“b”, VII, art. 21-A); “ao número e periodicidade das prestações, incluindo seus termos inicial e final”; (“c”, VII, art. 21-A) e “à soma total a



Número do documento: 1812051707102970000006408980
<https://pje2i.trf1.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=1812051707102970000006408980>
Assinado eletronicamente por: ALMIR ANDRADE DE FREITAS - 05/12/2016 17:07:10

Num. 6547234 - Pág. 4

EM BRANCO

pagar, com e sem financiamento" ("d", VII, art. 21-A), destacando, ainda, em seu parágrafo único que "*da omissão de qualquer uma das informações disciplinadas nos incisos de I a VII do caput, a operação será considerada irregular e não autorizada, sendo motivo de exclusão da consignação*".

Da leitura dos termos contratuais e das guias de solicitação de saque (ID 6242148, p. 2 e ID 6242151), embora estejam em destaque o valor solicitado, a taxa de juros, IOF, tarifa e custo efetivo total, não inclui informações quanto ao número e periodicidade das prestações, termo inicial e final, soma total a pagar, dentre outras.

Além disso, não restou demonstrado nos autos que a parte autora tenha utilizado o cartão para outras finalidades que não o saque realizado, ou que tenha recebido as faturas de cartão de crédito, o que impede o acompanhamento da evolução da dívida e que, apesar dos descontos efetuados mensalmente em seu benefício, não há significativo abatimento do valor devido, o que configura uma dívida excessivamente onerosa.

Diante do cenário apresentado, verifica-se que a instituição financeira não observou integralmente o dever de informação, deixando de inserir nos termos de contratação, dados especificados na Instrução Normativa nº 28/2008 do INSS, impondo-se a declaração de nulidade do contrato e a restituição dos valores descontados.

Contudo, a fim de evitar o enriquecimento sem causa do consumidor, deve ser feita a compensação entre o valor descontado do benefício de aposentadoria e aquele transferido para a conta da parte autora, o que pode ser obtido mediante simples cálculo no momento do cumprimento de sentença.

Por derradeiro, não há que se falar em dano moral indenizável, pois o consumidor manifestou vontade de contrair empréstimo consignado, de forma que seriam realizados descontos diretamente na sua fonte de pagamento. A abusividade reside na forma da contratação, que não foi suficientemente esclarecida, não tendo sido observadas com rigor as normas que disciplinam a espécie contratual. Em que pese a nulidade decorrente da inobservância do ordenamento jurídico para a contratação, não houve reflexo em direito de personalidade do consumidor, que se valeu do numerário que lhe foi disponibilizado.

Ante o exposto conheço o recurso interposto, dando-lhe provimento em parte para determinar a compensação entre o valor descontado do benefício de aposentadoria e aquele transferido para a conta da parte autora e decotar da sentença guerrçada a condenação a título de danos morais. Custas recolhidas. S em honorários ante o provimento recursal.

Oficie-se ao INSS, em atenção ao disposto no art. 52 da IN 28/INSS, bem como para que suspenda os descontos referentes a RMC no benefício da parte autora.

É como voto.



O Senhor Juiz JOÃO LUIS FISCHER DIAS - 1º Vogal



Número do documento: 18120517071029700000006408980

<https://pje2i.trf1.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18120517071029700000006408980>

Assinado eletronicamente por: ALMIR ANDRADE DE FREITAS - 05/12/2018 17:07:10

Num. 6547234 - Pág. 5

EM BRANCO

Com o relator

O Senhor Juiz ARNALDO CORRÊA SILVA - 2º Vogal

Com o relator



DECISÃO

CONHECIDO. RECURSO PROVIDO EM PARTE. UNANIME.



Número do documento: 18120517071029700000006408980

<http://pje2i.trf4.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18120517071029700000006408980>

Assinado eletronicamente por: ALMIR ANDRADE DE FREITAS - 05/12/2018 17:07:10

Num. 6547234 - Pág. 6

EM BRANCO

JUL 23 10 01 19



BANCO DAYCOVAL S.A.

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º

BANCO DAYCOVAL S.A. (a "Sociedade" ou "Companhia") é uma instituição financeira constituída sob a forma de sociedade anônima, regida pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2º

A Sociedade tem sede e foro na Capital do Estado de São Paulo, podendo, por deliberação da Diretoria, alterar o endereço da sede, desde que dentro do mesmo município.

Artigo 3º

A Sociedade tem como objeto a prática de operações ativas, passivas e acessórias e serviços inerentes às respectivas carteiras autorizadas (comercial, investimento e de crédito, financiamento e investimento), inclusive câmbio, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor.

Artigo 4º

É vedado à Sociedade adquirir bens não destinados ao uso próprio, salvo os recebidos em liquidação de dívidas de difícil ou duvidosa solução, caso em que deverá vendê-los dentro do prazo de 01 (um) ano, a contar do recebimento, prorrogável até duas vezes, a critério do Banco Central do Brasil.

Artigo 5º

O prazo de duração da Sociedade é indeterminado.



EM BRANCO

DUCEB
10 01 19



CAPÍTULO II CAPITAL E AÇÕES

Artigo 6º

O Capital Social é de **R\$2.253.595.560,09** (dois bilhões, duzentos e cinquenta e três milhões, quinhentos e noventa e cinco mil, quinhentos e sessenta reais e nove centavos) dividido em **230.820.429** (duzentos e trinta milhões, oitocentos e vinte mil, quatrocentas e vinte e nove) ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Parágrafo 1º - Todas as ações da Sociedade são escriturais e serão mantidas em conta de depósito, em nome de seus titulares, junto à instituição financeira autorizada, sem emissão de certificados. A instituição depositária poderá cobrar dos acionistas o custo do serviço de transferência e averbação da propriedade das ações escriturais, assim como o custo dos serviços relativos às ações custodiadas, observados os limites máximos fixados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Parágrafo 2º - Fica vedada a emissão de partes beneficiárias pela Sociedade.

Artigo 7º

Cada ação ordinária dará direito a 01 (um) voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Parágrafo Único - Os acionistas poderão, a qualquer tempo, converter ações da espécie ordinária em preferencial, à razão de 01 (uma) ação ordinária para 01 (uma) ação preferencial, desde que integralizadas e observado o limite legal, bem como a regulamentação vigente sobre transferência de controle. Os pedidos de conversão deverão ser encaminhados por escrito à Diretoria. Os pedidos de conversão recebidos e aceitos pela Diretoria deverão ser homologados na primeira reunião do Conselho de Administração que se realizar após a aprovação da conversão pela Diretoria.

Artigo 8º

A Sociedade fica autorizada a aumentar o seu capital social, independente de reforma estatutária, em até **381.225.807** (trezentos e oitenta e um milhões, duzentos e vinte e cinco mil e oitocentas e sete) ações ordinárias ou preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, sem guardar proporção entre as ações de cada espécie, observando-se, quanto às ações preferenciais, o limite máximo previsto em lei.

Parágrafo 1º - O aumento de capital social será realizado mediante deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá estabelecer as condições da emissão de ações, inclusive preço, prazo e forma de integralização. Em caso de aumento de capital decorrente da incorporação de reservas, segundo normas expedidas pelo Conselho Monetário Nacional, a competência será da Assembleia Geral, ouvido o Conselho Fiscal, caso instalado.

4.º TABELÃO - SP
Marco Aurélio de Almeida
Escritor



4.º TABELÃO DE NOTAS DA CAPITAL
R. Estado União, 456 - São Paulo SP
Dr. OSVALDO CARMO - TABELÃO
AUTENTICAÇÃO - Autêntico e preservado
a proposta que contém o
preservado, original.

02 JAN 2019
MARCO AURELIO DE ALMEIDA
Escritor Autorizado
Valor pago pelo ato R\$ 3,50

EM BRANCO

EM BRANCO

DIJESB
10 01 19



Parágrafo 2º - Dentro do limite do capital autorizado, a Sociedade poderá emitir ações e bônus de subscrição.

Parágrafo 3º - A critério do Conselho de Administração, poderá ser excluído o direito de preferência ou reduzido o prazo para seu exercício, nas emissões de ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante (i) venda em bolsa de valores ou subscrição pública, ou (ii) permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos da lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), arts. 257 e 263, e dentro do limite do capital autorizado.

Parágrafo 4º - Dentro do limite do capital autorizado e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, a Sociedade poderá estabelecer as condições e outorgar opção de compra de ações destinada a administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Sociedade ou à sociedade sob seu controle.

CAPÍTULO III ADMINISTRAÇÃO

Artigo 9º

A Sociedade será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria, na forma da lei e deste Estatuto Social.

Artigo 10

Os Conselheiros e Diretores serão investidos nos seus cargos mediante assinatura de termo de posse lavrado no livro de atas das Reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria, respectivamente, após homologação da eleição pelo Banco Central do Brasil. Os Conselheiros poderão ser destituídos a qualquer tempo pela Assembleia Geral e os Diretores pelo Conselho de Administração, devendo permanecer no exercício de seus respectivos cargos até a investidura de seus sucessores.

Parágrafo Único - Vencido o prazo de seus mandatos, os Conselheiros e os Diretores continuarão no exercício de seus cargos até a posse de seus respectivos substitutos, caso não tenham sido eles próprios reeleitos.

Artigo 11

Observado o disposto no Artigo 10 acima, a posse dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria estará condicionada ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis. Os administradores deverão, imediatamente após a posse no cargo, comunicar à CVM a quantidade e as características dos valores mobiliários de emissão da Sociedade de que sejam titulares, direta ou indiretamente, inclusive seus derivativos.



EM BRANCO

DUCEP
10 01 19



Artigo 12

A Assembleia Geral fixará o montante anual global da remuneração dos administradores da Sociedade, cabendo ao Conselho de Administração deliberar sobre sua distribuição.

SEÇÃO I

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Artigo 13

O Conselho de Administração é órgão colegiado, composto por, no mínimo, 05 (cinco) e, no máximo, 10 (dez) membros, eleitos pela Assembleia Geral, que indicará dentre eles o Presidente, com mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

Parágrafo 1º - A Assembleia Geral determinará pelo voto da maioria absoluta, não se computando os votos em branco, previamente à sua eleição, o número de cargos do Conselho de Administração a serem preenchidos em cada mandato unificado de dois anos.

Parágrafo 2º - No mínimo 20% (vinte por cento) dos membros do Conselho de Administração deverão ser Conselheiros Independentes, conforme a definição do Regulamento do Nível 2, e expressamente declarados como tais na ata da Assembleia Geral que os eleger. Quando a aplicação do percentual anteriormente mencionado resultar em número fracionário de Conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro: (i) imediatamente superior, se a fração for igual ou superior a 0,5; ou (ii) imediatamente inferior, se a fração for inferior a 0,5.

Parágrafo 3º - Para fins deste Estatuto Social, considera-se Conselheiro Independente aquele que: (i) não tiver qualquer vínculo com a Sociedade, exceto participação no capital social; (ii) não é Acionista Controlador, cônjuge ou parente até segundo grau do Acionista Controlador, ou não ser ou não ter sido, nos últimos três anos, vinculado à Sociedade ou entidade relacionada ao Acionista Controlador (pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa estão excluídas desta restrição); (iii) não tiver sido, nos últimos três anos, empregado ou Diretor da Sociedade, do Acionista Controlador ou de sociedade controlada pela Sociedade; (iv) não for fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da Sociedade, em magnitude que implique perda de independência; (v) não é funcionário ou administrador de Sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Sociedade, em magnitude que implique perda de independência; (vi) não é cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Sociedade; e (vii) não receber outra remuneração da Sociedade além da de Conselheiro (excluem-se desta restrição proventos em dinheiro oriundos de participação no capital). É também considerado Conselheiro Independente aquele eleito mediante faculdade prevista nos parágrafos 4º e 5º do Artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações.

4.º TABELIÃO - SP

Marco Aurélio de Almeida
Escritor

AUTENTICAÇÃO
AUT038UD087455

4.º TABELIÃO DE NOTAS DA CAPITAL
R. Estados Unidos, 456 - São Paulo/SP
DR. OSVALDO CANHÃO - TABELIÃO
AUTENTICAÇÃO - Autentica e preserva
cópia notarial que contém o
documento original, datado

02 JAN 2019

MARCO AURÉLIO DE ALMEIDA
Escritor Autorizado
valor por... pelo ato R\$ 3,50

EM BRANCO

JUL 2018
10 01 19



Parágrafo 4º - O Presidente do Conselho de Administração, em suas ausências ou impedimentos temporários, será substituído pelo Conselheiro que ele próprio designar.

Parágrafo 5º - No caso de vacância do cargo de Presidente do Conselho de Administração, será convocada a Assembleia Geral no prazo de 30 (trinta) dias, para escolher o substituto, que completará o prazo de gestão do substituído.

Parágrafo 6º - Em caso de vacância em outro cargo do Conselho de Administração, o seu Presidente designará o substituto, observados os preceitos legais e deste Estatuto Social, que servirá até a primeira Assembleia Geral que eleger novos Conselheiros.

Parágrafo 7º - Nos casos de impedimento temporário ou ausência, os Conselheiros serão substituídos entre si, por indicação do Presidente.

Parágrafo 8º - Os cargos de presidente do Conselho de Administração e de principal executivo não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

Artigo 14

O Conselho de Administração reunir-se-á sempre que os interesses sociais o exigirem, por convocação do seu Presidente ou de qualquer um de seus membros, e independente de convocação se todos os seus membros estiverem presentes, instalando-se e deliberando validamente com a presença da maioria de seus membros.

Parágrafo 1º - As reuniões serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração.

Parágrafo 2º - Nas deliberações do Conselho de Administração, o Presidente terá também o voto de qualidade.

Parágrafo 3º - Das reuniões do Conselho de Administração serão lavradas atas, assinadas por todos os membros presentes, devendo ser publicadas as que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros.

Artigo 15

Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições previstas em lei:

- fixar a orientação geral dos negócios da Sociedade, decidir sobre a política econômico-financeira e administrativa e criar mecanismos internos para verificação do cumprimento de suas determinações;
- deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral Ordinária e, quando julgar conveniente, da Assembleia Geral Extraordinária;
- eleger e destituir Diretores e fixar-lhes as funções;



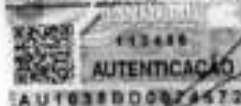
EM BRANCO

PROCESSO
10 01 19



- d) aprovar a estrutura organizacional da Sociedade;
- e) deliberar, "ad referendum" da Assembleia Geral, sobre a distribuição de dividendos intermediários, inclusive à conta de lucros ou de reservas de lucros existentes no balanço semestral ou anual;
- f) deliberar, "ad referendum" da Assembleia Geral, sobre pagamento ou o crédito de juros sobre capital próprio, nos termos da legislação aplicável;
- g) aprovar políticas e estratégias operacionais, planos e orçamentos semestrais, anuais ou plurianuais para operações, investimentos e atividades administrativas;
- h) manifestar-se sobre os relatórios da administração e as contas da Diretoria;
- i) deliberar sobre emissão de ações ou de bônus de subscrição;
- j) propor o aumento de capital à Assembleia Geral Ordinária e à Assembleia Geral Extraordinária, quando conveniente, pela incorporação de reservas ou por emissão e subscrição de ações;
- k) deliberar sobre os casos extraordinários ou omissos, orientando-se por este Estatuto Social e pela legislação vigente;
- l) deliberar sobre a distribuição da remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, quando fixada de forma global pela Assembleia Geral;
- m) escolher e destituir os auditores independentes;
- n) submeter à Assembleia Geral proposta de aumento de capital acima do limite do capital autorizado, bem como de reforma do Estatuto Social;
- o) deliberar sobre a aquisição de ações de emissão da Sociedade para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como sobre sua revenda ou recolocação no mercado, observadas as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis;
- p) nomear e destituir os membros do Comitê de Auditoria;
- q) aprovar as regras operacionais que o Comitê de Auditoria vier a estabelecer para o seu próprio funcionamento e tomar ciência das atividades do Comitê através de seus relatórios;
- r) fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria;
- s) nomear e destituir os membros do Comitê de Remuneração;
- t) aprovar as regras operacionais que o Comitê de Remuneração vier a estabelecer para o seu próprio funcionamento e tomar ciência das atividades do Comitê de Remuneração; e
- u) fixar a remuneração dos membros do Comitê de Remuneração.

4.º TABELIÃO - SP
Marco Aurélio de Almeida
Escritor



4.º TABELIÃO DE NOTAS DA CAPITAL
do Estado de São Paulo, 455 - São Paulo, SP
Del. OSVALDO CANHÃO - TABELIÃO
AUTENTICAÇÃO - Autentico e presente
cópia reprográfica que contém com o
original assinado, (R\$ 3,50)

MARCO AURÉLIO DE ALMEIDA
Escritor Autorizado
Valor pago pelo ato R\$ 3,50

EM BRANCO

JUCESP
10 01 19



Artigo 16

Compete ao Presidente do Conselho de Administração:

- a) convocar, instalar e presidir as Assembleias Gerais;
- b) convocar, instalar e presidir as reuniões do Conselho de Administração; e
- c) diligenciar para que sejam cumpridas as resoluções do Conselho de Administração e das Assembleias Gerais.

SEÇÃO II DIRETORIA

Artigo 17

A Sociedade será administrada por uma Diretoria, composta de, no mínimo, 04 (quatro) e, no máximo, 20 (vinte) Diretores, sendo de 03 (três) a 05 (cinco) Diretores Executivos e até 15 (quinze) Diretores sem designação especial, destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, residentes no Brasil, acionistas ou não, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de 02 (dois) anos, permitida a reeleição.

Parágrafo 1º - A Diretoria Executiva terá suas atribuições definidas neste Estatuto Social e as conferidas em reunião do Conselho de Administração, permitida a acumulação de funções por um mesmo Diretor.

Parágrafo 2º - Dentre os membros da Diretoria, deverá ser nomeado um Diretor de Relações com Investidores.

Parágrafo 3º - Nos casos de impedimentos ou ausências temporárias de qualquer um dos Diretores, os remanescentes escolherão, dentre si, o substituto que exercerá as funções do substituído cumulativamente.

Parágrafo 4º - Nos casos de renúncia, morte, ou impedimento definitivo de qualquer Diretor, e se houver necessidade de substituição, competirá ao Conselho de Administração eleger um novo Diretor para completar o mandato do Diretor substituído.

Artigo 18

A Diretoria reunir-se-á sempre que os interesses sociais o exigirem, por convocação de quaisquer de seus Diretores Executivos.

Parágrafo 1º - As deliberações nas reuniões da Diretoria serão tomadas por maioria de votos dos presentes, devendo, em qualquer hipótese, contar com o voto favorável de pelo menos 2 (dois) Diretores Executivos.

4.º TABELIÃO - SP
Marco Aurélio de Almeida



4.º TABELIÃO DE NOTAS DA CAPITAL
R. Estados Unidos, 456 - São Paulo/SP
Del. OSVALDO CAHEDO - TABELIÃO
AUTENTICAÇÃO - Autenticado e presente
cópia reproduzida que confere com o
original apresentado, não há

02 JAN 2019

MARCO AURÉLIO DE ALMEIDA
Escritório Autorizado
Valor pago pelo ato R\$ 3,80

EM BRANCO

EM BRANCO

PROCESSO
10 01 19



Artigo 21

Compete aos Diretores Executivos, agindo isoladamente:

- a) exercer as funções que lhes forem atribuídas pelo Conselho de Administração;
- b) cumprir as atribuições específicas que lhes forem outorgadas em reunião da Diretoria; e
- c) orientar as atividades dos Diretores sem designação específica.

Artigo 22

Compete ao Diretor de Relações com Investidores, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas, representar a Sociedade perante os órgãos reguladores e demais instituições que atuem no mercado de valores mobiliários, cabendo-lhe prestar informações aos investidores, à CVM, ao Banco Central do Brasil, às bolsas de valores em que a Sociedade tenha seus valores mobiliários negociados e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas pela Sociedade no mercado de valores mobiliários, no Brasil e no exterior.

Artigo 23

A Sociedade será representada, ativa e passivamente, em Juízo ou fora dele, por:

- a) 02 (dois) Diretores Executivos;
- b) 01 (um) Diretor Executivo e 01 (um) Diretor sem designação específica;
- c) 01 (um) Diretor Executivo e um procurador com poderes específicos para a prática do ato; ou
- d) 02 (dois) procuradores com poderes específicos para a prática do ato.

Parágrafo 1º - Dependerá sempre da assinatura de 02 (dois) Diretores Executivos, ou de 01 (um) Diretor Executivo em conjunto com 01 (um) Diretor sem designação específica, a prática dos seguintes atos:

- a) a alienação de bens do ativo permanente e a constituição ou cessão de direitos reais de garantia sobre tais bens;
- b) a prestação de outras garantias a favor de terceiros, observado o disposto no Parágrafo 2º desse Artigo; e



MARCO AURÉLIO DE ALMEIDA
Escritor Autorizado
Valor pago pelo ato R\$ 3,50

EM BRANCO

100357
10 01 19



c) a contratação de empréstimos, financiamentos e captação de recursos em valor igual ou superior a US\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de Dólares dos Estados Unidos) ou seu equivalente em moeda nacional, no Brasil e no exterior, inclusive mediante emissão de Notas Promissórias, Letras Financeiras e quaisquer outros títulos e valores mobiliários, desde que não sejam linhas de crédito destinadas a fomentar exportação ou exportação ou concedidos por agência, banco ou organismo internacional de fomento e desenvolvimento, os quais podem ser contratados por 02 (dois) procuradores com poderes específicos ou 01(um) procurador com poderes específicos em conjunto com 01 (um) Diretor Executivo.

Parágrafo 2º - Na concessão de avais, fianças e todas as demais garantias bancárias em favor de terceiros, a Sociedade será representada em conformidade com o disposto no caput deste Artigo 23.

Parágrafo 3º - Excepcionalmente, a Sociedade poderá ser representada por apenas um procurador ou um Diretor Executivo:

- a) perante qualquer órgão da administração pública, direta ou indireta, nos atos que não impliquem na assunção ou renúncia de direitos e obrigações;
- b) nos mandatos com cláusula "ad judicium"; e
- c) em assembleias gerais, reuniões de acionistas ou cotistas de empresas ou fundos de investimento nos quais a sociedade participe.

Artigo 24

Para a constituição de procurador a Sociedade será representada por 02 (dois) Diretores em conjunto, sendo necessariamente 1 (um) Diretor Executivo, devendo o respectivo instrumento de procuração ter prazo de vigência de até 02 (dois) anos e especificar todos os poderes, atos e operações que poderão ser praticados, observadas as limitações legais e estatutárias.

Parágrafo Único - Para a constituição de procurador com poderes de cláusula "ad judicium" o mandato não terá prazo limite de vigência.

Artigo 25

É vedada a qualquer dos membros da Diretoria a prática de atos de liberalidade às custas da Sociedade, permitida a concessão de avais, fianças e outras garantias, em nome da Sociedade, desde que não contrariem seu objeto social.

Artigo 26

A alienação ou a constituição de ônus sobre qualquer bem imóvel de uso do patrimônio da Sociedade dependerá de prévia autorização da Diretoria.

4.ª TABELÃO - SP
Marco Aurélio de Almeida



4.ª TABELÃO DE NOTAS DA CAPITAL
R. Estados Unidos, 455 - São Paulo/SP
DR. OSWALDO CAMARGO - TABELÃO
AUTENTICAÇÃO - Autentica o presente
documento representado por este Tabelião
em 02 JAN 2019

1
4
MARCO AURÉLIO DE ALMEIDA
Escrivão Autorizado
Valor pago pelo ato R\$ 3,60

EM BRANCO

DUESSP
10 01 19

11



CAPÍTULO IV CONSELHO FISCAL

Artigo 27

A Sociedade terá um Conselho Fiscal cujo funcionamento não será permanente, podendo ser instalado pela Assembleia Geral a pedido de acionistas que representem, no mínimo, 0,1 (um décimo) das ações com direito a voto, ou 5% (cinco por cento) das ações sem direito a voto.

Parágrafo 1º - A Assembleia Geral a que for formulado o pedido de instalação do Conselho Fiscal elegerá os seus membros, fixando-lhes a respectiva remuneração, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo 2º - O período de funcionamento do Conselho Fiscal terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a sua instalação.

Parágrafo 3º - O Conselho Fiscal será composto de, no mínimo, 03 (três) e, no máximo, 05 (cinco) membros, e suplentes em igual número, acionistas ou não, residentes no País.

Artigo 28

As atribuições e poderes do Conselho Fiscal são os definidos em lei, não podendo ser outorgados a outro órgão da Sociedade.

Parágrafo Único - Instalado o Conselho Fiscal, em caso de vacância ou de licença de Conselheiro por mais de 2 (dois) meses, será o cargo vacante ocupado pelo respectivo suplente, convocado pelo Presidente do Conselho de Administração.

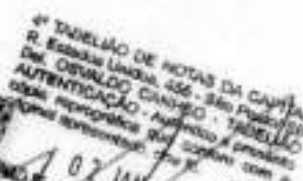
CAPÍTULO V ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 29

A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 04 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para deliberar sobre os assuntos que lhe competem por lei e, extraordinariamente sempre que os interesses sociais o exigirem, observadas as prescrições legais que disciplinem a matéria.

Artigo 30

A Assembleia Geral será convocada, instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração, que convidará um dos acionistas presentes para secretariar os trabalhos da mesa.



02 JAN 2019
MARCO AURÉLIO DE ALMEIDA
Escritório Autorizado
R\$ 3,50

EM BRANCO

10 01 19



Parágrafo Único - Na ausência ou impedimento do Presidente do Conselho de Administração, as atividades mencionadas no "caput" deste artigo serão delegadas a um Conselheiro pelos demais membros do Conselho de Administração.

Artigo 31

As deliberações da Assembleia Geral ressalvadas as exceções previstas em lei, serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco.

Parágrafo 1º - É permitida a representação do acionista por procurador que seja acionista ou administrador da Sociedade, bem como advogado, desde que o instrumento respectivo tenha sido outorgado há menos de 01 (um) ano.

Parágrafo 2º - O acionista que se fizer representar por procurador deverá, nos 05 (cinco) dias que antecederem a Assembleia Geral, apresentar à Sociedade os documentos necessários ao exame do respectivo instrumento.

CAPÍTULO VI DO COMITÊ DE AUDITORIA E COMITÊ DE REMUNERAÇÃO

Artigo 32

O Comitê de Auditoria será composto de, no mínimo, 03 (três) membros, nomeados e destituídos pelo Conselho de Administração, devendo um deles ser designado Coordenador.

Parágrafo 1º - O prazo de mandato dos membros do Comitê de Auditoria é indeterminado.

Parágrafo 2º - O Comitê de Auditoria reportar-se-á diretamente ao Conselho de Administração.

Parágrafo 3º - Além das previstas em lei ou regulamento, serão também atribuições do Comitê de Auditoria:

- estabelecer as regras operacionais para seu próprio funcionamento, as quais devem ser aprovadas pelo Conselho de Administração, formalizadas por escrito e colocadas à disposição dos respectivos acionistas;
- recomendar, à administração da Sociedade, a entidade a ser contratada para prestação dos serviços de auditoria independente, bem como a substituição do prestador desses serviços, caso considere necessário;

4.º TABELIÃO - SP
Marco Aurélio de Almeida
Escritório

113458
AUTENTICACAO
AUT038BD0814584

4.º TABELIÃO DE NOTAS DE CAPITAL
R. Estado União, 456 - São Paulo/SP
DAI OSVALDO GUINÉO - TABELIÃO
AUTENTICACAO - Autentico a presente
cópia notarial que contém com si
original assinado por mim.

02 JAN 2019

OSVALDO DE ALMEIDA
Escritório Autorizado
pago pelo ato R\$ 3,80

EM BRANCO

DUCESP
10 01 19



13

- c) revisar, previamente à publicação, as demonstrações contábeis semestrais, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e parecer do auditor independente;
- d) avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Sociedade, além de regulamentos e códigos internos;
- e) avaliar o cumprimento, pela administração da Sociedade, das recomendações feitas pelos auditores independentes ou internos;
- f) estabelecer e divulgar procedimentos para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Sociedade, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação;
- g) recomendar, à Diretoria da Sociedade, correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições;
- h) reunir-se, no mínimo trimestralmente, com a Diretoria da Sociedade, com a auditoria independente e com a auditoria interna para verificar o cumprimento de suas recomendações ou indagações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos de auditoria, formalizando, em atas, os conteúdos de tais encontros;
- i) verificar, por ocasião das reuniões previstas na alínea "h", o cumprimento de suas recomendações pela Diretoria da Sociedade;
- j) reunir-se com o Conselho Fiscal, quando instalado, e Conselho de Administração, por solicitação dos mesmos, para discutir acerca de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências;
- k) outras atribuições determinadas pelo Banco Central do Brasil.

Artigo 32-A

O Comitê de Remuneração será composto de, no mínimo, 03 (três) e, no máximo, 06 (seis) integrantes, pessoas físicas residentes no país, eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração, que fixará sua remuneração.

Parágrafo 1º - O prazo de mandato dos membros do Comitê de Remuneração é de 5 (cinco) anos, vedada a permanência de integrante no Comitê de Remuneração por prazo superior a 10 (dez) anos.

Parágrafo 2º - O Comitê de Remuneração deverá:

- a) reportar-se diretamente ao Conselho de Administração;



EM BRANCO

[illegible]

- b) ter na sua composição pelo menos um membro não administrador da Companhia;
- c) ter na sua composição integrantes com as qualificações e a experiência necessárias ao exercício de julgamento competente e independente sobre política de remuneração da Sociedade, inclusive sobre as repercussões dessa política na gestão de riscos.

Parágrafo 3º - Cumprido o prazo máximo previsto no Parágrafo 1º acima, o integrante do Comitê de Remuneração somente pode voltar a integrar tal órgão da Sociedade após decorridos, no mínimo, 3 (três) anos.

Parágrafo 4º - Nos casos de vaga por renúncia ou destituição em que o Comitê de Remuneração ficar reduzido a menos de 3 (três) membros, o Conselho de Administração deverá, tempestivamente, eleger um substituto, que servirá até o término do mandato do substituído.

Parágrafo 5º - O Comitê de Remuneração se reunirá semestralmente, ou extraordinariamente mediante convocação de qualquer de seus membros, sendo certo que a reunião do Comitê de Remuneração só será validamente instalada com a presença da maioria de seus membros.

Parágrafo 6º - Além das previstas em lei ou regulamento, serão também atribuições do Comitê de Remuneração:

- a) Elaborar a política de remuneração de administradores da Sociedade, propondo ao Conselho de Administração as diversas formas de remuneração fixa e variável, além de benefícios e programas especiais de recrutamento e desligamento;
- b) Supervisionar a implementação e operacionalização da política de remuneração de administradores da Sociedade;
- c) Revisar anualmente a política de remuneração de administradores da Sociedade, recomendando ao Conselho de Administração a sua correção ou aprimoramento;
- d) Propor ao Conselho de Administração o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à Assembleia Geral, na forma do art. 152 da Lei das Sociedades por Ações;
- e) Avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração de administradores;
- f) Analisar a política de remuneração de administradores da Sociedade em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação a empresas congêneres, propondo os ajustes necessários;



19/05/2013 14/05/2013
SARCO ALVAREZ DE ALMEIDA
Escritorio Autorizado
valor pago pelo ITO R\$ 3,50

EM BRANCO

OUVIDORIA
10 01 19

15



g) Zelar para que a política de remuneração de administradores esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e a situação financeira atual e esperada da Sociedade e com o disposto na regulamentação vigente.

Parágrafo 7º - O Comitê de Remuneração elaborará, com periodicidade anual, no prazo de 90 (noventa) dias, relativamente à data-base de 31 de dezembro, documento denominado "Relatório do Comitê de Remuneração", o qual deverá ser mantido à disposição do Banco Central do Brasil pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos.

CAPÍTULO VII OUVIDORIA

Artigo 33

A Sociedade terá uma Ouvidoria, de funcionamento permanente, que atuará em nome de todas as instituições integrantes do conglomerado financeiro da Sociedade, autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Instituições do Conglomerado"), com as seguintes atribuições:

- a) prestar atendimento de última instância às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços que não tiverem sido solucionadas nos canais de atendimento primário das Instituições do Conglomerado;
- b) atuar como canal de comunicação entre as Instituições do Conglomerado e os clientes e usuários de produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos; e
- c) informar ao Conselho de Administração da Sociedade a respeito das atividades de Ouvidoria.

Artigo 34

As atribuições da Ouvidoria abrangem as seguintes atividades:

- a) atender, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços;
- b) prestar esclarecimentos aos demandantes acerca do andamento das demandas, informando o prazo previsto para resposta, o qual não poderá ultrapassar dez dias úteis, podendo ser prorrogado, excepcionalmente e de forma justificada, uma única vez, por igual período, limitado o número de prorrogações a 10% (dez por cento) do total de demandas no mês, devendo o demandante ser informado sobre os motivos da prorrogação;
- c) encaminhar resposta conclusiva para a demanda no prazo previsto;



EM BRANCO

JUL 23 10 01 19



d) manter o Conselho de Administração da Sociedade, informado sobre os problemas e deficiências detectados no cumprimento de suas atribuições e sobre o resultado das medidas adotadas pelos administradores da Sociedade para solucioná-los; e

e) elaborar e encaminhar à auditoria interna, ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração da Sociedade, ao final de cada semestre, relatório quantitativo e qualitativo acerca das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria no cumprimento de suas atribuições.

Artigo 35

O Ouvidor será designado pela Diretoria mediante observância de que preencha as condições e requisitos mínimos para garantir seu bom funcionamento, devendo ter aptidão em temas relacionados à ética, aos direitos e defesa do consumidor e à mediação de conflitos, com mandato por prazo indeterminado.

Parágrafo Único - A Diretoria poderá destituir o Ouvidor caso o mesmo descumpra as atribuições previstas nos artigos 33 e 34 ou substituí-lo, nos casos de impedimento ou ausência temporária.

Artigo 36

Serão dadas à Ouvidoria as condições adequadas para o seu funcionamento, bem como para que sua atuação seja pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção.

Artigo 37

A Ouvidoria terá acesso às informações necessárias para a elaboração de resposta adequada às demandas recebidas, com total apoio administrativo, podendo requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades no cumprimento de suas atribuições.

CAPÍTULO VIII

EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, DESTINAÇÃO DOS LUCROS E DIVIDENDO OBRIGATÓRIO

Artigo 38

O exercício social inicia-se no dia 1º de janeiro e encerra-se-á, cada ano, no dia 31 de dezembro. Ao final de cada exercício social, a Diretoria providenciará a elaboração das demonstrações financeiras previstas em lei, observadas as normas legais e regulamentares vigentes.



EM BRANCO

JUCESP
10 01 19

17



Artigo 39

O balanço de todo o ativo e passivo, obediente a todas as prescrições legais, será levantado em 30 (trinta) de junho e 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano. Facultativamente, a critério da Diretoria, a Sociedade poderá levantar balanços intermediários, inclusive para distribuição de dividendos, no último dia útil de cada mês, desde que observadas as prescrições legais.

Artigo 40

Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e as provisões legais.

Artigo 41

O lucro líquido apurado em cada exercício social, após as deduções referidas no artigo 40 acima, será diminuído ou acrescido dos seguintes valores, nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações:

- a) 5% (cinco por cento) destinados à Reserva Legal, que não poderá exceder a 20% (vinte por cento) do capital social;
- b) 25% (vinte e cinco por cento) destinados ao pagamento de dividendo obrigatório aos acionistas;
- c) importância destinada à formação de reservas para contingências e de reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e
- d) lucros a realizar transferidos para a respectiva reserva, e lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados.

Artigo 42

O saldo remanescente do lucro líquido ajustado na forma do artigo 41 poderá, por proposta do Conselho de Administração, "ad referendum" da Assembleia Geral, ser 100% (cem por cento) destinado à Reserva de Lucros – Estatutária, visando assegurar a manutenção de adequadas condições operacionais à Sociedade. O saldo desta reserva, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas as reservas de lucros a realizar e as reservas para contingências, não poderá ultrapassar o limite de 100% (cem por cento) do capital social integralizado.

Parágrafo Único - A parcela dos lucros que ainda remanescer após as deduções previstas neste artigo 42 e no artigo 41 deverá ser distribuída como dividendos.



EM BRANCO

JUCESP
10 01 19

18



Artigo 43

O Conselho de Administração poderá declarar dividendos à conta do lucro apurado em balanço semestral ou trimestral, bem como declarar dividendos intermediários à conta de lucros ou reservas.

Parágrafo 1º - Os dividendos declarados pelo Conselho de Administração serão colocados à disposição dos acionistas no prazo de 60 (sessenta) dias da data da publicação da respectiva ata.

Parágrafo 2º - Revertem em favor da Sociedade os dividendos não reclamados em 03 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição dos acionistas.

Artigo 44

Por deliberação do Conselho de Administração, "ad referendum" da Assembleia Geral, poderão ser pagos aos acionistas juros sobre o capital próprio, nos termos do artigo 9º da Lei nº. 9.249/95 e demais disposições legais e regulamentares pertinentes à matéria.

Parágrafo Único - Os valores pagos aos acionistas a título de juros sobre o capital próprio poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício.

Artigo 45

A Assembleia Geral poderá atribuir à Diretoria e ao Conselho de Administração participação nos lucros, obedecidos os limites legais que lhe forem pertinentes.

CAPÍTULO IX

JUÍZO ARBITRAL

Artigo 46

A Sociedade, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Nível 2, do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado e, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação no Nível 2 de Governança Corporativa.

4.ª TABELIAÇÃO - SP
Marco Aurélio de Almeida
Escritório

AUTENTICAÇÃO
AUT038800074896

4ª TABELIAÇÃO DE NOTAS DA CAPITAL
R. Estados Unidos, 456 - São Paulo/SP
Del. ORIVALDO CARNEIRO - TABELIAÇÃO
AUTENTICAÇÃO - Autentica o presente
documento, que contém o conteúdo
constante do R.

02 JAN. 2019

MARCO AURELIO DE ALMEIDA
Escritório Autorizado
Mior pago pelo ato R\$ 3,00

EM BRANCO

300297
10 01 19

19



CAPÍTULO X DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 47

A Sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação, eleger os liquidantes e fixar sua remuneração, bem como eleger o Conselho Fiscal que deverá funcionar durante o período de liquidação.

Artigo 48

Os Acordos de Acionistas que tenham por objeto regular o exercício do direito de voto e o poder de controle da Sociedade, deverão ser previamente submetidos à aprovação do Banco Central do Brasil.

Artigo 49

Os casos omissos neste Estatuto serão disciplinados pela Lei das Sociedades por Ações e pela legislação aplicável às instituições financeiras, sendo decididos ou solucionados pelo Conselho de Administração à luz desses diplomas legais.

Estatuto Social atualizado até a A.G.E. de 30 de outubro de 2018.


BANCO DAYCOVAL S.A.
Morris Dayan
Diretor Executivo


Salim Dayan
Diretor Executivo


4.º TABELIÃO - SP
Marco Aurélio de Almeida
Escrivão Autorizado
113489
AUTENTICAÇÃO
AUI938500074628
02 JAN. 2019
TABELIÃO DE NOTAS DA CAPITAL
R. do Estado Unidos, 465 - São Paulo/SP
D. TABELIÃO - CARRÃO - TABELIÃO
AUTENTICAÇÃO - Autenticação a pedido
do Tabelião que significa que o
documento autenticado, é verdadeiro.
MARCO AURÉLIO DE ALMEIDA
Escrivão Autorizado
Valor pago pelo ato R\$ 3,80

EM BRANCO

DIRBEN/CGGPB
89
Rubric: *[Signature]*

CNPJ nº 62.232.889/0001-90
NIRE 35300524110

ALBUQUERQUE AURÉLIO DE ALMEIDA
Escritório Autorizado
pago pelo ato R\$ 3,50

EM BRANCO

DIJES
10 01 19



DELIBERAÇÕES:

Após amplos debates, foram aprovadas por unanimidade, as seguintes deliberações:

1. Aprovar a conversão da totalidade das ações preferenciais emitidas pela Companhia, correspondente a **43.253.988** (quarenta e três milhões, duzentas e cinquenta e três mil, novecentas e oitenta e oito) ações preferenciais, em ações ordinárias, à razão de uma ação ordinária para cada ação preferencial.
 - 1.1. Desta forma, o capital social de **R\$1.892.143.161,22** (um bilhão, oitocentos e noventa e dois milhões, cento e quarenta e três mil, cento e sessenta e um mil reais e vinte e dois centavos) passa a ser dividido em **204.123.780** (duzentos e quatro milhões, cento e vinte e três mil, setecentas e oitenta) ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal, assim distribuídas entre os acionistas

Acionistas	Posição Anterior		Conversão de Ações PN em ON	Posição Final ON
	ON	PN		
Sasson Dayan	-	50.000	50.000	50.000
Carlos Moche Dayan	43.391.944	12.822.542	12.822.542	56.214.486
Salim Dayan	43.391.944	12.822.542	12.822.542	56.214.486
Morris Dayan	53.617.344	14.400.417	14.400.417	68.017.761
Rony Dayan	20.458.560	3.158.487	3.158.487	23.627.047
TOTAL	160.869.792	43.253.988	43.253.988	204.123.780

2. Aumentar o capital social em **R\$361.452.398,87** (trezentos sessenta e um milhões quatrocentos e cinquenta e dois mil, trezentos e noventa e oito reais e oitenta e sete centavos), mediante a emissão de **26.696.649** (vinte e seis milhões, seiscentas e noventa e seis mil, seiscentas e quarenta e nove) novas ações ordinárias, ao preço unitário de **R\$13,53924228**, de forma que o capital social da Companhia passa a ser de **R\$2.253.595.560,09** (dois bilhões, duzentos e cinquenta e três milhões, quinhentos e noventa e cinco mil, quinhentos e sessenta reais e nove centavos), dividido em **230.820.429** (duzentos e trinta milhões, oitocentos e vinte mil, quatrocentas e vinte e nove) ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal.
 - 2.1. As ações emitidas em razão do aumento de capital ora aprovado são neste ato subscritas e totalmente integralizadas pelos acionistas abaixo, mediante a capitalização de créditos detidos pelos referidos



EM BRANCO

DIJESB
10 01 10



acionistas, decorrentes da distribuição de dividendos aprovada na Reunião do Conselho de Administração realizada nesta data:

Acionistas	Quantidade de Ações ON			Valor - R\$ da Integralização (Crédito de Dividendos)
	Possuídas	Subscritas	Posição Atual	
Carlos Moche Dayan	56.214.486	11.803.275	68.017.761	159.807.399,92
Salim Dayan	56.214.486	11.803.275	68.017.761	159.807.399,92
Rony Dayan	23.627.047	3.090.099	26.717.146	41.837.599,03
TOTAL	136.056.019	26.696.649	162.752.668	361.452.398,87

2.2. Os acionistas **SASSON DAYAN** e **MORRIS DAYAN**, renunciaram expressamente ao direito de subscrição das ações ora emitidas.

2.3. A referida importância está dispensada de depósito no Banco Central do Brasil, conforme item 2 da Carta-Circular nº 2.994, de 15.01.2002.

3. Reformar os artigos 6º e 7º do Estatuto Social, os quais passam a vigorar com a seguinte redação:

Artigo 6º - O Capital Social é de **R\$2.253.595.560,09** (dois bilhões, duzentos e cinquenta e três milhões, quinhentos e noventa e cinco mil, quinhentos e sessenta reais e nove centavos) dividido em **230.820.429** (duzentos e trinta milhões, oitocentos e vinte mil, quatrocentas e vinte e nove) ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Parágrafo 1º - Todas as ações da Sociedade são escriturais e serão mantidas em conta de depósito, em nome de seus titulares, junto à instituição financeira autorizada, sem emissão de certificados. A instituição depositária poderá cobrar dos acionistas o custo do serviço de transferência e averbação da propriedade das ações escriturais, assim como o custo dos serviços relativos às ações custodiadas, observados os limites máximos fixados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Parágrafo 2º - Fica vedada a emissão de partes beneficiárias pela Sociedade.

Artigo 7º - Cada ação ordinária dará direito a 01 (um) voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Parágrafo Único - Os acionistas poderão, a qualquer tempo, converter ações da espécie ordinária em preferencial, à razão de 01 (uma) ação ordinária para 01 (uma) ação preferencial, desde que integralizadas e observado o limite legal, bem como a regulamentação vigente sobre transferência de controle. Os pedidos de conversão deverão ser encaminhados por escrito à Diretoria. Os pedidos de conversão recebidos e aceitos pela Diretoria deverão ser homologados na primeira reunião do Conselho de Administração que se realizar após a aprovação da conversão pela Diretoria.



EM BRANCO

JUCESP
10 01 19



- 3.1. Para efeito de arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo, o Estatuto Social, devidamente consolidado, é apensado ao final da presente ata.

ENCERRAMENTO:


Nada mais havendo a tratar, a palavra foi oferecida a todos que dela quisessem fazer uso e, ninguém se manifestando, a assembleia foi suspensa pelo tempo necessário à lavratura da presente ata. Reaberta a sessão, a ata foi lida e, estando em conformidade, foi assinada por todos os presentes.
São Paulo, 30 de outubro de 2018.

Assinaturas:

Presidente: **Sasson Dayan**
Secretário: **Morris Dayan**
Acionistas: **SASSON DAYAN;**
SALIM DAYAN;
MORRIS DAYAN;
CARLOS MOCHE DAYAN;
RONY DAYAN.

47

A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.


SASSON DAYAN
Presidente


MORRIS DAYAN
Secretário



4ª TABELAÇÃO DE NOTAS DE CAPITAL
R. Estados Unidos, 455 - São Paulo/SP
DEL. OSVALDO CANNED - TABELAÇÃO
AUTENTICAÇÃO - Autentica e promova
a cópia reproduzida que contém o presente
e a qual é apensado, uma vez.

MARCO AURÉLIO DE ALMEIDA
Escrivão Autorizado
taxa paga pelo ato R\$ 3,50



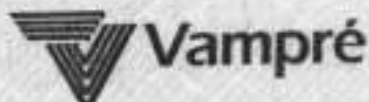
JUCESP

EM BRANCO

14º Tabelião de Notas

Comarca - São Paulo

Dr. Paulo Tupinambá Vampré



LIVRO 4832

PÁGINAS 317/318

PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ: -

BANCO DAYCOVAL S/A.

VALIDADE: 02 (DOIS) ANOS.

(DAYCOVAL - 2017 - PROCURAÇÃO CONTENCIOSA - Limite de R\$ 100.000,00)



Aos seis (06) dias do mês de junho do ano de dois mil dezessete (2017), nesta cidade de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1793, aí perante mim, escrevente deste 14º Tabelião, compareceu como outorgante, **BANCO DAYCOVAL S/A**, com sede na Avenida Paulista nº 1.793, bairro Bela Vista (CEP: 01311-200), nesta Capital, inscrito no CNPJ sob nº 62.232.889/0001-90, com sua situação cadastral ativa, possuidor do NIRE (JUCESP) nº 35-3-00524110, com seu Estatuto Social reformado e Consolidado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24/02/2017, cuja ata foi devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) sob nº 206.912/17-1, em 08/05/2017, da qual uma cópia reprográfica autenticada encontra-se arquivada nestas Notas no "Classificador Eletrônico", neste ato, representado por seus diretores executivos, **SALIM DAYAN**, brasileiro, casado, engenheiro de produção, portador da carteira de identidade RG nº 14.516.400-7 SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 154.174.598-10 e **MORRIS DAYAN**, brasileiro, casado, corretor de valores, portador da carteira de identidade RG nº 8.595.549 SSP-SP e inscrito no CPF sob nº 195.131.528-63, ambos residentes e domiciliados nesta Capital, com escritório na Avenida Paulista, nº 1.793, reeleitos pela Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 29/04/2016, cuja ata foi registrada na JUCESP sob nº 398.547/16-6, em 09/09/2016, da qual uma cópia reprográfica autenticada encontra-se arquivada nestas Notas, os quais declaram sob as penas da lei, que a Consolidação supracitada é o último ato constitutivo registrado que altera seu Estatuto Social, respondendo civil e criminalmente pela veracidade desta declaração; os presentes capazes, identificados por mim escrevente, consoante documentos de identidade apresentados, dou fê. Então, pelo outorgante, na forma representado, me foi dito que, por este público instrumento e melhor forma de direito, nomeia e constitui suas bastantes procuradoras, **ALINE MARQUES POLIDO**, brasileira, casada, advogada, portadora da carteira de identidade RG nº 42.112.754-5 SSP/SP, inscrita na OAB/SP sob nº 287.309 e no CPF sob nº 331.571.108-96; **ELIENE FATIMA CAMPOE BARBOSA**, brasileira, casada, advogada, portadora da carteira de identidade RG nº 29.936.202-4 SSP/SP, inscrita na OAB/SP nº 240.802 e no CPF sob nº 269.817.478-12; **JULIANA VIEIRALVES AZEVEDO CAMARGO**, brasileira, casada advogada, portadora da carteira de identidade RG nº 52.812.006-2 SSP/SP e inscrita na OAB/SP sob nº 181.718 e no CPF sob nº 074.577.217-03, **NEUZELY APARECIDA ORTEGA DE SIQUEIRA**, brasileira, divorciada, advogada, portadora da carteira de identidade RG nº 17.481.154-8 SSP/SP, inscrita na OAB/SP sob nº 243.747 e no CPF sob nº 103.059.088-55; **SANDRA KHAFIF DAYAN**, brasileira, advogada, portadora da carteira de identidade RG nº 10.106.888-8 SSP/SP e inscrita na OAB/SP sob nº

Rua Antônio Bícudo, 64 - CEP: 05418-010 - São Paulo
Fone: (11) 3065-4500 - Fax: (11) 3088-0292
www.vampre.com.br



104730263327 00000709-7

0.06/26.0-017799

SEI 35000.001686/2019-59 / pg. 184

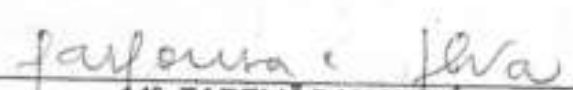
EM BRANCO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado de São Paulo



131.646 e no CPF sob nº 227.162.868-76 e **VIVIANE FIGUEIREDO**, brasileira, solteira, advogada, portadora da carteira de identidade RG nº 54.607.075-9 SSP/SP e inscrita na OAB/SP sob nº 208.039 e CPF sob nº 884.854.634-04, todas residentes e domiciliadas nesta Capital; às quais confere poderes para, isoladamente, representarem a Outorgante perante o foro em geral e onde mais preciso for, com a cláusula "ad judicium et extra", em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal e onde mais necessário for, inclusive, perante as Repartições Públicas em geral e seus Órgãos e Departamentos, sempre com o objetivo de preservar e defender direitos e interesses do Outorgante, podendo para tanto referidas procuradoras, promoverem quaisquer medidas, judiciais ou extrajudiciais, exigir direitos e reconhecer deveres, prestar declarações e informações, fazer comunicações, nomear prepostos para representá-lo administrativa e judicialmente, receber correspondências, interpelações e notificações, requerendo, alegando e produzindo provas, cumprindo exigências, juntando documentos e/ou o que mais se fizer necessário, requerendo desentranhamento e assinando papéis e documentos e os especiais para transigir, firmar, acordos e compromissos, dar e receber quitação, dando tudo por bom, firme e valioso, podendo enfim, praticar todos os demais atos inerentes ao fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, poderes esses válidos apenas para demandas judiciais que envolvam valores de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais). **O presente mandato tem validade por 02 (dois) anos, contados desta data.** Assim o disseram, dou fé, pediram-me e lhes lavrei este instrumento, o qual feito e lido em voz alta, foi achado conforme, aceitaram, outorgam e assinam. Emols - R\$255,06; Sec. da Fazenda - R\$72,02; Ipesp - R\$49,60; Reg Civil - R\$13,42; Tribunal de Justiça - R\$17,50; MP - R\$12,24 Imp. ao Município - R\$5,44; Santa Casa - R\$2,56; Total - R\$428,30. Eu, Eduardo Carlos da Silva, escrevente a escrevi. Eu, Maria do Carmo Sanches de Sousa e Silva, Substituta, subscrevi. Devidamente assinada pelos comparecentes, dou fé. Nada Mais. Traslada em seguida. Eu, Maria do Carmo Sanches de Sousa e Silva, Substituta do Tabelião, a conferi, subscrevo e assino em público e raso.

Em testº  da verdade


14º. TABELIÃO VAMPRE
SÃO PAULO - CAPITAL
MARIA DO CARMO SANCHES DE SOUSA E SILVA
SUBSTITUTA
PARÁGRAFO 5º DA LEI 8.935/94

EM BRANCO



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL



DIVISÃO DE CONSIGNAÇÕES EM BENEFÍCIOS – 01.500.502, em 18.06.2019

Ref.: Ofício nº 172/2019, de 12.03.2019

Interessado: Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal - TJDF

Assunto: Aplicação de penalidade ao Artigo 52 da Instrução Normativa nº 28/PRES/INSS de 06/05/2008, alterada pela IN nº 100, de 28/12/2018

1. Trata-se de solicitação da 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal, referente ao processo 0707205-16.2018.8.07.0009 (Acórdão e Certidão de Trânsito em Julgado), tendo como embargante BANCO DAYCOVAL S/A e embargado UBANILDA FERRAZ DE AZEVEDO.
2. Preliminarmente, remeta-se ao protocolo - 01.300-417 para abertura do processo, com posterior devolução a esta Divisão de Consignações em Benefícios - 01.500.502.

Karine Côrtes Segurado
Analista do Seguro Social

Divisão de Consignações em Benefícios – DCONB

Banco Ipagorá S/A
Resposta ao of. INSS 101

